



GERSON ANTONIO BARBOSA BORGES

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul

São Paulo

2020

GERSON ANTONIO BARBOSA BORGES

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

São Paulo

2020

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Borges, Gerson Antonio Barbosa.

B732 Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento
socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território
do Rio Grande do Sul / Gerson Antonio Barbosa Borges. – São
Paulo, 2020.
209 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e
Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL),
São Paulo, 2020.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Movimentos
sociais rurais – Brasil – História. 4. Movimentos sociais rurais – Rio
Grande do Sul. 5. Trabalhadores rurais – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDD 301.35098165



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitoria



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GERSON ANTONIO BARBOSA BORGES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE - REITORIA.

Aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2020, às 11:00 horas, no(a) Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - por videoconferência, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES - Orientador(a) do(a) Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus Presidente Prudente, Prof. Dr. PAULO FEDERICO PETERSEN do(a) AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Prof. Dr. ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA do(a) Instituto de Ciências da Natureza (ICN) (curso de Geografia) / Universidade Federal de Alfenas, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GERSON ANTONIO BARBOSA BORGES, intitulada **Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Prof. Dr. PAULO FEDERICO PETERSEN

Prof. Dr. ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA

Dedico este trabalho àqueles e àquelas que, por falta de um Estado voltado para a construção de uma nação soberana, não conseguiram completar os seus estudos, ou mesmo nunca chegaram a frequentar uma escola. Essas camponesas e camponeses, doutoras e doutores na arte do cultivar jamais se negaram a produzir alimentos ao Brasil.

Também quero dedicar à memória de Theodor Shanin, que se ausentou este ano enquanto presença física na Terra, mas que nos legou uma imensa obra para uma maior compreensão do campesinato. Este, que nas palavras de Borges, Fernandes e Silva (2020) deu “relevo à concepção dialética da história em Marx. Evidenciou em seu ‘Marx tardio e a via russa’ um Marx revolucionário, mais comprometido às realidades dos processos teórico-políticos de transformação. Shanin nos apresenta um Marx aberto, interessado na periferia do mundo e em suas formações sociais concretas. O alcance da via russa não trata apenas do papel do campesinato nas sociedades periféricas, mas de como as classes sociais realmente existentes na periferia do capital podem tornar-se sujeitos partícipes da luta emancipatória. As revoluções que sacudiram o século XX e as lutas que animam Latinoamérica, África e Ásia no presente demonstram sua validade e atualidade histórica”.

Aos que criam teorias artificiais para negar a existência do campesinato, Shanin disse: “Dia após dia, os camponeses fazem com que os economistas se lamentem, os políticos suem e os estrategistas praguejem, destruindo seus planos e profecias em todo o mundo” (SHANIN, 1983, p. 274-275, tradução nossa).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

Inicialmente, quero agradecer ao cosmos o acaso da minha existência. Como disse Sagan (2017), “[...] acredito que nosso futuro depende de quão bem vamos conhecer esse cosmos, no qual flutuamos como um grão de poeira no céu matinal”. Neste vasto oceano cósmico, sou apenas mais um grão de areia com uma herança genética de 4,6 bilhões de anos, que paira sobre este Planeta chamado Terra.

Ao meu pai, Luis Rogerio Borges, e à minha mãe, Cleonice Barbosa Borges, quero agradecer o apoio incondicional na minha caminhada como filho, militante e estudante. Nos momentos mais difíceis e prazerosos da vida, sempre estiveram me apoiando.

Quero agradecer o carinho da minha irmã Leticia e do meu irmão Clinton. Mesmo distantes espacialmente, sempre estamos próximos sentimentalmente.

Também quero recordar e agradecer ao meu avô Maurílio (*in memoriam*), o camponês que me transmitiu por fios invisíveis a vontade de nunca estar estático; à avó Almerinda (*in memoriam*), a camponesa que me legou a força, a indignação e o amor pela terra; à vó Carlinda, que tanto ensina a força da paciência, o amor pela terra e os animais, uma camponesa do século XXI; e o eterno Setembrino (*in memoriam*), o “vô nêgo”, este que criou as condições materiais para os meus primeiros passos na busca e construção do conhecimento, um camponês que lutou por seu território com as armas do seu tempo. Amava a terra, os animais, a vida, sem saber as conexões atômicas que ali existiam.

Para a produção artesanal desta dissertação, necessitei de tempo livre, sociabilidade, isolamento, tranquilidade, amor e paciência. A fim de que essas condições existissem, a sogra Carla e a minha companheira Marília foram imprescindíveis.

A Marília sempre esteve me dando ideias, força e energia nos momentos

complexos e belos desta jornada. Em muitas ocasiões, tive que me ausentar física e mentalmente para confeccionar a pesquisa, o que foi sempre compreensível da parte dela. Nosso amor e amizade recíprocos nos dão mais energia para enfrentar o porvir.

Aos meus filhos, Bento Luiz Hartmann Borges e Anna Lara Hartmann Borges, agradeço o amor que se expressa em palavras e gestos.

Quero agradecer ao Professor Bernardo Mançano Fernandes, meu mestre, orientador e amigo, este que me ensinou o caminho da pesquisa militante e a necessidade da dedicação rigorosa nos estudos, na pesquisa e na militância e, ao mesmo tempo, que essas questões são indissociáveis em nossa vida. Muito obrigado pela confiança, professor Bernardo!

O olhar criterioso, crítico e comprometido com o campesinato dos professores Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Paulo Petersen foram essenciais na qualificação desta dissertação. Muito obrigado por terem aceitado fazer parte da banca de qualificação e defesa.

Aos colegas das turmas Manoela Sáenz e Aqualtune, sou muito grato. Aprendi muito com todos.

Quero agradecer o apoio do Movimento dos Pequenos Agricultores para o desenvolvimento da minha pesquisa, nas pessoas do Frei Sérgio, Plínio Simas, Vergílio Matias da Rosa, Vicente Miguel Duarte Rocha, Romário Rossetto, Ivonildo, Evandro Lucas, Marcelo Leal Teles da Silva, Marcos Joni, Débora Varoli, Vivi, Bernadete Reis, Miquéli Schiavon, Josuán, Célio, Andrezinho, Marcelo Bernal, Sandra Lopes, Vagner Prestes, Alex Eboni, Gisele Diedrich, Vinícius Tuhtenhagen, Fabiano Pisoni, Léia, Leomar, Gilberto Wink, Frei Pedro, Alef, Jeremias, Caio Santana, Flávio Vivian, Saraí, Isnar, Rosiéle, Tuté, Geni Silva e Marquinhos. *In memoriam*, aos eternos dirigentes camponeses, Odair Luiz Bortolini e Gilberto Tuhtenhagen.

Ao sábio humanista e ecologista Sebastião Pinheiro, muito obrigado pela amizade e pelos ensinamentos.

Quero agradecer à Escola Nacional Florestan Fernandes na pessoa da Rosana Fernandes. Muito obrigado pela acolhida. A escola é um território que sempre nos transmite alegria e esperança.

Aos camponeses que sempre foram obsequiosos comigo nos meus trabalhos

de campo, minha gratidão. Aos camponeses em geral, quero dizer que, sem o alimento que vocês produzem, esta pesquisa não existiria. Ainda vale a pena viver, sonhar e lutar.

Quero agradecer a uma pessoa que ainda não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas que tem sido fundamental para o enriquecimento estético do meu trabalho. Muito obrigado, Bianca, pela sua confiança, leituras, sugestões e correções ortográficas.

A transformação das minhas ideias em desenhos e figuras foi um belo trabalho, o qual agradeço muito, realizado pela minha amiga Amanda Rosin.

Nos momentos de escrita e reflexões, a biblioteca da Fundação Universidade de Blumenau (FURB) foi basilar. Com mais de 400 mil livros e lugares aconchegantes para estudar, não tenho dúvida de que estava em um dos melhores locais de estudo e pesquisa do Brasil. Agradeço à direção e aos funcionários que sempre foram solícitos comigo, mesmo eu não sendo aluno da instituição.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e ao seu Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), o meu reconhecimento e agradecimento pelo compromisso que vocês têm com o ensino, a pesquisa e a extensão. Certamente, a criação do Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) e a Cátedra da UNESCO em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial estão dando visibilidade aos povos intencionalmente invisibilizados da América Latina e Caribe. Destarte, revelando-se em diferentes pesquisas que os movimentos socioterritoriais produzem conhecimento e desenvolvimento. Certamente, a luta do Professor Bernardo Mançano Fernandes e de todas as professoras e todos os professores do TerritoriAL para construir este Programa está valendo a pena. As sementes já germinaram e estão dando frutos. Muito obrigado.

Os grupos de pesquisa dos quais participo foram de grande relevância para minha reflexão e intercâmbio de conhecimentos em torno do campesinato, movimentos socioterritoriais, territórios existentes e em disputa e, da mesma forma, dos projetos de desenvolvimento territorial atuais, em construção e disputa no modo de produção capitalista. Quero agradecer aos membros do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional da FURB, Núcleo de Estudos em Agroecologia do Médio

Vale do Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC – Gaspar), do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional da FURB, da Rede DATALUTA e do NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – UNESP).

Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de 'acumulação primitiva' permanente, oferecendo mão de obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno 'da questão do seu não-desaparecimento'. (SHANIN, 2005).

RESUMO

O agronegócio, em seus complexos em rede e complexos de sistemas expressos no atual regime alimentar corporativo, fortaleceu-se ainda mais como modelo hegemônico de desenvolvimento territorial no Brasil nesta fase neoliberal do capitalismo. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) vem construindo e vivenciando um outro modelo de desenvolvimento territorial: o Plano Camponês. Esse Plano é um projeto de desenvolvimento territorial antagônico ao regime alimentar corporativo. Através da geografia crítica, do debate paradigmático e das categorias Espaço e Território, esta pesquisa buscou identificar os elementos que caracterizam o MPA como um movimento socioterritorial. No transcorrer desta investigação, apresentamos a gênese do Plano Camponês e as significações dos seus eixos estruturantes: Campesinato, História e Memória; Terra e Território; Soberania; Novas Bases Produtivas; e Nova Geração Camponesa com Protagonismo Feminista. Trabalhamos com as experiências do Plano Camponês no estado do Rio Grande do Sul e pesquisamos e exteriorizamos as ações do Plano e as conflitualidades a partir dos Centros Territoriais de Cooperação, os quais acreditamos que estabelecem as conexões do Plano nas diversas escalas e dimensões do território. Nos amparamos em leituras e sistematizações de obras de pensadores de geografia, questão agrária, sociologia, economia, história, ecologia e filosofia, além de escritos da militância dos movimentos socioterritoriais. Coadunadas aos exercícios teóricos, realizamos atividades de campo por meio de pesquisa militante, construindo diálogos entre iguais, referentes aos problemas, desafios e êxitos vivenciados cotidianamente pelo movimento socioterritorial na construção do Plano Camponês. A fim de contribuir para os estudos da questão agrária no Brasil, identificamos novas experiências de desenvolvimento territorial e as conflitualidades existentes entre projetos antagônicos de desenvolvimento. Por fim, concluímos que a construção de um projeto de desenvolvimento territorial elaborado por movimentos socioterritoriais é possível e já vem ocorrendo, como no caso do MPA com o Plano Camponês. Todavia, os avanços e rupturas em relação ao atual modelo de desenvolvimento hegemônico dependem das lutas de hoje e de amanhã, assim como o alcance das dimensões e escalas. Dessa maneira, as transformações profundas se apresentam como uma esperança em movimento.

Palavras-chave: Plano Camponês. Regime Alimentar Corporativo. Agronegócio. Impérios Alimentares. Território. Conflitualidade. Centros Territoriais de Cooperação.

ABSTRACT

Agribusiness, in its networked complexes and complexes of systems expressed in the current corporate food regime, has strengthened even more as a hegemonic model of territorial development in Brazil in this neoliberal phase of capitalism. The Small Farmers Movement (MPA) has been building and experiencing another model of territorial development: the Peasant Plan. This Plan is a territorial development project antagonistic to the corporate food regime. Through critical geography, paradigmatic debate and the categories Space and Territory, this research aimed to identify the elements that categorize MPA as a socio-territorial movement. In the course of this research, we presented the genesis of the Peasant Plan and the meanings of its structuring axes: Peasantry, History and Memory; Land and Territory; Sovereignty; New Productive Bases; and New Peasant Generation with Feminist Protagonism. We worked with the experiences of the Peasant Plan in the state of Rio Grande do Sul and researched and externalized the Plan's actions and conflicts from the Territorial Cooperation Centers, which we believe establish the connections of the Plan in the different scales and dimensions of the territory. We relied on readings and systematizations of works by thinkers from geography, agrarian issues, sociology, economics, history, ecology and philosophy, as well as writings from the militancy of socio-territorial movements. In line with the theoretical exercises, we carried out field activities through militant research, building dialogues between equals, referring to the problems, challenges and successes experienced daily by the socio-territorial movement in the construction of the Peasant Plan. In order to contribute to the study of the agrarian issue in Brazil, we identified new experiences of territorial development and the existing conflicts between antagonistic development projects. Finally, we concluded that the construction of a territorial development project elaborated by socio-territorial movements is possible and is already occurring, as in the case of the MPA with the Peasant Plan. However, the advances and ruptures in relation to the current model of hegemonic development depend on the struggles of today and tomorrow, as well as the scope of dimensions and scales. In this way, profound transformations present themselves as a hope in motion.

Keywords: Peasant Plan. Corporate Food Regime. Agribusiness. Food Empires. Territory. Conflict. Territorial Cooperation Centers.

RESUMEN

El agronegocio, en sus complejos en red y complejos de sistemas expresados en el actual régimen alimentario corporativo, se ha fortalecido aún más como modelo hegemónico de desarrollo territorial en Brasil en esta fase neoliberal del capitalismo. El Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA) viene construyendo y experimentando otro modelo de desarrollo territorial: el Plan Campesino. Este Plan es un proyecto de desarrollo territorial antagónico al régimen alimentario corporativo. A través de la geografía crítica, el debate paradigmático y las categorías Espacio y Territorio, esta investigación buscó identificar los elementos que caracterizan el MPA como un movimiento socioterritorial. En el transcurso de esta investigación, presentamos la génesis del Plan Campesino y los significados de sus ejes estructurantes: Campesino, Historia y Memoria; Tierra y Territorio; Soberanía; Nuevas Bases Productivas; y Nueva Generación Campesina con Protagonismo Feminista. Trabajamos con las experiencias del Plan Campesino en el estado de Rio Grande do Sul e investigamos y externalizamos las acciones y conflictos del Plan desde los Centros de Cooperación Territorial, que creemos establecen las conexiones del Plan en las diferentes escalas y dimensiones del territorio. Nos apoyamos en lecturas y sistematizaciones de obras de pensadores de la geografía, temas agrarios, sociología, economía, historia, ecología y filosofía, tal como escritos de la militancia de movimientos socio-territoriales. En línea con los ejercicios teóricos, realizamos actividades de campo a través de la investigación militante, construyendo diálogos entre iguales, haciendo referencia a los problemas, desafíos y éxitos vividos cotidianamente por el movimiento socio-territorial en la construcción del Plan Campesino. Con el fin de contribuir al estudio del tema agrario en Brasil, identificamos nuevas experiencias de desarrollo territorial y los conflictos existentes entre proyectos de desarrollo antagónicos. Finalmente, concluimos que la construcción de un proyecto de desarrollo territorial elaborado por movimientos socio-territoriales es posible y ya se está dando, como en el caso del MPA, con el Plan Campesino. Sin embargo, los avances y rupturas en relación al modelo actual de desarrollo hegemónico dependen de las luchas de hoy y de mañana, así como del alcance de dimensiones y escalas. De esta manera, profundas transformaciones se presentan como una esperanza en movimiento.

Palabras clave: Plan campesino. Régimen alimentario corporativo. Agronegocios. Imperios de alimentos. Territorio. Conflicto. Centros de Cooperación Territorial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Organograma “Caminhos da dissertação”	25
Figura 2 –	Organograma “TDR”	41
Figura 3 –	Espacialização das manifestações da seca e nascimento do MPA: 1995 – 1996.....	57
Figura 4 –	Organograma “Pauta de reivindicações na luta da seca: 1995/1996”	58
Figura 5 –	Organograma “Lutas Imediatas e Lutas Gerais do MPA”	59
Figura 6 –	Organograma “Estrutura do Plano Camponês”	62
Figura 7 –	Organograma “Terra e território”	65
Figura 8 –	Organograma “Soberania”	75
Imagem 1 –	Comparação entre preço do litro do leite e do litro da água.....	80
Gráfico 1 –	Exportações de minerais em dólares.....	84
Gráfico 2 –	Exportações em dólares.....	85
Desenho 1 –	ALIMERGIA.....	88
Desenho 2 –	Centro Territorial de Cooperação.....	92
Figura 9 –	Organograma “Centros Territoriais de Cooperação e suas conexões”	93
Figura 10 –	Organograma “Cooperação Sistêmica”	95
Figura 11 –	Organograma “Sistemas Agroflorestais”	96
Imagem 2 –	Viveiro.....	98
Imagem 3 –	Central de Bioinsumos – Colômbia.....	99
Imagem 4 –	Festa comunitária.....	101
Gráfico 3 –	Porcentagem de pessoas vivendo no campo por média de idade.....	103
Mapa 1 –	Território do Rio Grande do Sul.....	106
Mapa 2 –	Mesorregiões do Rio Grande do Sul.....	112
Quadro 1 –	Agricultura Camponesa x Agricultura Capitalista.....	119
Mapa 3 –	Localização do Centro Territorial de Cooperação em Santa Cruz do Sul.....	129
Mapa 4 –	Localização do Centro Territorial de Cooperação em Seberi....	129
Imagem 5 –	Centro Territorial de Cooperação em Seberi.....	133

Imagem 6 –	Centro Territorial de Cooperação em Santa Cruz do Sul.....	133
Imagem 7 –	Construindo os Centros Territoriais de Cooperação.....	134
Quadro 2 –	Quadro-síntese da estrutura curricular dos cursos de PRONATEC desenvolvidos pelo MPA.....	142
Imagem 8 –	PRONATEC – Poda de árvores frutíferas.....	145
Figura 12 –	Organograma “Sistemas Agroflorestais e os principais cultivos”.....	147
Imagem 9 –	Produção de micro-organismos eficientes.....	149
Imagem 10 –	Produção de biofertilizantes.....	151
Imagem 11 –	Análise cromatográfica da saúde do solo.....	153
Figura 13 –	Organograma “MPA/ATER”.....	155
Quadro 3 –	Atividades da Assistência Técnica e Extensão Rural.....	156
Figura 14 –	Organograma “Questões e sujeitos envolvidos na elaboração da política pública do Programa Camponês”.....	159
Figura 15 –	Organograma “Caminhos da Política Pública do Programa Camponês”.....	160
Quadro 4 –	Quadro-síntese da Política Pública “Programa Camponês”.....	166
Figura 16 –	Organograma “Política Pública ‘Programa Camponês’: Instrumentalização”.....	181
Figura 17 –	Organograma “Considerações”.....	183
Desenho 3 –	Território camponês.....	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura Fundiária Brasileira – 2018.....	50
Tabela 2 – Balanço de Pagamentos Brasileiro.....	54
Tabela 3 – Propriedades territoriais no Rio Grande do Sul – 1785.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural
AIA	Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico
ALIMERGIA	Alimento – Meio Ambiente – Energia
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BICAS	Iniciativa BRICS para Estudos Agrários Críticos
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAI	Complexos Agroindustriais
CDR	Construção, Destruição, Reconstrução
CLOC	<i>Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo</i>
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERFUMOS	Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil
COOPSAT	Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica e Educação Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTC	Centros Territoriais de Cooperação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EGAL	<i>Encuentro de Geógrafos de América Latina</i>
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEE	Fundação de Economia Estatística
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICPJ	Instituto Cultural Padre Josimo
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação e Cultura do Brasil
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Movimentos dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEAVI	Núcleo de Estudos em Agroecologia do Médio Vale do Itajaí
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PC	Plano Camponês
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Sistemas Agroflorestais
SCP	Sistemas Camponeses de Produção
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SOCLA	<i>Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología</i>
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TDR	Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
USAID	Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	ESPAÇO, TERRITÓRIO, MOVIMENTO E CAMPESINATO.....	30
2.1	Do espaço ao território.....	30
2.2	Do território ao movimento.....	35
2.3	O campesinato em movimento.....	36
2.4	MPA: Movimento socioterritorial.....	39
3	PLANO CAMPONÊS.....	43
3.1	Questões Sobre o Desenvolvimento.....	43
3.2	Gênese do Plano Camponês.....	53
3.3	Campesinato, História e Memória.....	63
3.4	Terra e Território.....	64
3.5	Soberania.....	74
3.6	Novas Bases Produtivas.....	88
3.6.1	ALIMERGIA.....	88
3.6.2	Sistemas Camponeses de Produção.....	89
3.6.3	Centros Territoriais de Cooperação.....	91
3.6.4	Cooperação.....	94
3.7	Nova Geração Camponesa com Protagonismo Feminista.....	102
4	RIO GRANDE DO SUL: O PLANO CAMPONÊS EM CONSTRUÇÃO.....	106
4.1	Sobre o território do Rio Grande do Sul.....	106
4.2	O Plano Camponês no Rio Grande do Sul.....	126
4.3	Centros Territoriais de Cooperação no Rio Grande do Sul.....	128
4.3.1	Construindo experiências emancipatórias a partir dos Centros Territoriais de Cooperação.....	135
4.3.1.1	Mutirão da Esperança Camponesa.....	135
4.3.1.2	Escola da Memória Camponesa.....	136
4.3.1.3	A Esperança na Nova Geração Camponesa.....	137
4.3.1.4	PRONATEC Campo.....	139
4.3.1.5	Organização Produtiva desde os Centros Territoriais de Cooperação: a ATER e o Programa Camponês.....	146

4.4	O Programa Camponês.....	158
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
	REFERÊNCIAS.....	192

1 INTRODUÇÃO

Antes de falarmos da nossa pesquisa, optamos por apresentar uma breve memória do autor. Entendemos que a dissertação é, também, o reflexo da história de vida do pesquisador; apresentando-se, dessa forma, como passo inicial da pesquisa.

Minha atuação com os movimentos socioterritoriais se iniciou de forma precoce, devido à participação da minha família nas lutas da seca de 1995/1996, no noroeste do Rio Grande do Sul, as quais resultaram na criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). No ano de 2004, em virtude da proximidade política com o MPA, me incorporei ao quadro de trabalhadores militantes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Palmeira das Missões, com ofício de delegado sindical no município de Boa Vista das Missões (RS).

No sindicato, minha incumbência era organizar documentos que possibilitassem aos camponeses acessar as políticas públicas conquistadas no período anterior, tais como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) Custeio e Investimento, programas de habitação rural e direitos previdenciários. Durante três anos realizei essas atividades em Boa Vista das Missões e em Palmeira das Missões.

Em 2005, fui convidado para participar de um curso de extensão em Realidade Brasileira, organizado pela Consulta Popular e pela Via Campesina e ocorrido na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), no município de Chapecó (SC). É relevante ressaltar que nas atividades de formação do Realidade Brasileira pude conhecer de maneira mais satisfatória os movimentos socioterritoriais que compõem a Via Campesina no Brasil. Os estudos proporcionaram uma aproximação teórica acerca da formação do Brasil e de seu desenvolvimento enquanto colônia e país subordinado aos interesses externos. No curso, conheci duas pessoas que considero importantes na minha trajetória acadêmica e militante: João Pedro Stedile, militante e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando lecionou a disciplina intitulada “Questão Agrária”, e Bernardo Mançano Fernandes, quem ministrou a disciplina “O pensamento de Milton Santos”. O estudo da “Questão Agrária” articulado com as categorias “Espaço” e “Território” redimensionou minhas visões de mundo.

Nesse mesmo período, cursei graduação em História, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, tendo ingressado no primeiro semestre de 2003. Foi uma fase muito rica, pois em todos os espaços dos quais participei houve processos de aprendizagem que me possibilitaram unir os conhecimentos teóricos e práticos. Em 2009, fiz uma especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, na Universidade Federal do Espírito Santo. Minha militância estava voltada ao coletivo de formação do Movimento dos Pequenos Agricultores no estado do Rio Grande do Sul.

Nos anos de 2010 e 2011, colaborei com o Movimento dos Pequenos Agricultores da Região de Frederico Westphalen – RS, coordenando e realizando cursos de formação para jovens e agricultores. Além disso, iniciei uma amizade com o engenheiro agrônomo e militante social, Marcelo Leal Telles da Silva, camaradagem que se consolidou também no campo das reflexões acerca da questão agrária, da questão camponesa, do Plano Camponês (PC) e dos possíveis rumos da humanidade – grandes discussões regadas à luz da teoria e da esperança.

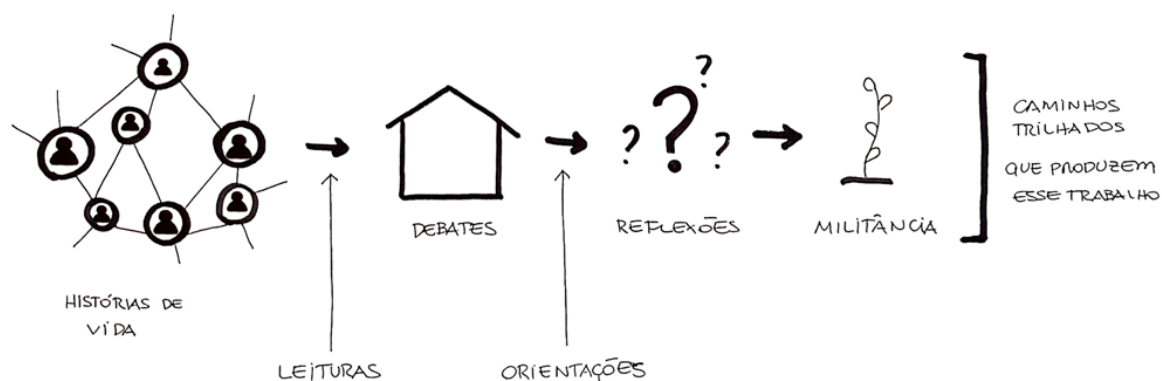
Em 2012, fui convidado por Frei Sérgio para coordenar um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolvido por cooperativas ligadas ao MPA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. As ações foram sucedidas na região do Vale do Rio Pardo, nos municípios do entorno de Santa Cruz do Sul – RS. Essas atividades estenderam-se até o ano de 2015.

Em 2016, como professor substituto, ministrei aulas de História, Filosofia e Educação e Mundo do Trabalho, no Instituto Federal Catarinense, com turmas de ensino médio integrado e turmas de cursos de graduação.

Em agosto de 2014, ingressei no mestrado de Geografia, em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, da UNESP, no entanto, não pude concluí-lo por questões pessoais e familiares. Em 2018, participei do processo seletivo novamente e retornei para o Programa.

Como síntese das histórias de vida, das leituras, debates em sala de aula, orientação, reflexões individuais e trabalho militante de campo, chegamos à resultante dissertação.

Figura 1 – Organograma “Caminhos da dissertação”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

Esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de nos aproximarmos de questões referentes à realidade agrária do Brasil, mais especificamente das iniciativas de construção de um projeto de desenvolvimento territorial por um movimento socioterritorial no estado do Rio Grande do Sul, assim como de suas conflitualidades diante da hegemônica agricultura capitalista.

Seguindo o pressuposto de que as pessoas, para fazerem história, necessitam existir e, antes de mais nada, dependem inexoravelmente de alimentar-se (MARX, 2007), nos dispusemos a elaborar uma pesquisa viva e em movimento, que percorre reflexões da práxis em torno de singulares projetos de desenvolvimento territorial, os quais envolvem a agricultura capitalista e a agricultura familiar camponesa. Por meio da diferencialidade e da conflitualidade, realizam, entre outras coisas, díspares maneiras de produzir e distribuir alimentos – situação de mais fácil percepção quando não há relações de subordinação.

Ao propormos investigar determinados fenômenos da questão agrária, intencionamos escalar e animar a 11ª tese sobre Feuerbach, a qual afirma que “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535). Sem embargo, comunicamos aos pensadores vulgares que não estamos negando a teoria; ao contrário, optamos pelo caminho da negação da contemplação e do praxismo, em troca da teoria que interpreta e transforma.

Pode-se, na verdade, proceder às mais variadas transformações, no sentido inautêntico do termo, inclusive sem ter um conceito; os hunos igualmente realizaram transformações; há também uma transformação provocada pela megalomania, pelo anarquismo, sim, até pela doença mental delirante que

Hegel chama de 'imagem perfeita do caos'. Mas a transformação *sólida* rumo ao *reino da liberdade* dá-se unicamente mediante um conhecimento sólido, com um domínio cada vez maior da sua obrigatoriedade. Dessa forma, filósofos puderam, desde então, perfeitamente transformar o mundo: Marx, Engels, Lenin. Os 'praticistas' das mãos vazias, os esquemáticos com seu tesouro de citações não foram capazes de transformá-lo, nem aqueles empiristas que Engels chamou de 'asnos da introdução'. (BLOCH, 2005, p. 276-277).

Portanto, aproximando-se e ao mesmo tempo distanciando-se dos objetos investigados desde, principalmente, categorias e conceitos geográficos, histórico espacial-territorial, totalizantes e em movimento, encetamos a interpretar que a agricultura capitalista constrói o agronegócio como seu modelo de desenvolvimento territorial, o qual tem subordinado e/ou desterritorializado as comunidades camponesas e indígenas em todo o mundo. No Brasil, as corporações do regime alimentar corporativo e do latifúndio estão representadas no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar da Agropecuária, com um total de 257 congressistas. Destes, 225 são deputados federais, ou seja, mais da metade dos 513 que integram essa casa, mais 32 senadores dos 81 atuais, de acordo com dados de Bassi (2019). Essa representação garante a formação de lobbies e influencia a elaboração de leis e políticas públicas que contribuem para a desterritorialização ou subordinação do campesinato (FERNANDES, 2013).

O agronegócio não acabou com a fome no mundo (ZIEGLER, 2013) – apesar de utilizar constantemente esse discurso – e, através da hegemonia territorial, política e econômica, aumentou a desigualdade. Na América Latina e no continente africano, cresce o número de pessoas com doenças causadas pela alteração das dietas alimentares locais. Paralelamente, o consumo de produtos ultraprocessados provenientes dos impérios alimentares (PLOEG, 2013) tem aumentado drasticamente o número de obesos e, como consequência, as enfermidades correlacionadas (MARCIS, 2018). A produção de commodities tem elevado o preço da terra e o nível de tensão nas disputas territoriais. A disputa pela terra é uma estratégia dos projetos de desenvolvimento territorial que exige a criação de planos multidimensionais de desenvolvimento para o território conquistado, a partir da lógica do modelo de produção.

A hegemonia da agricultura capitalista se expressa pelo poder de influência na mídia, na construção e direcionamento das políticas públicas, nos complexos do

agronegócio que controlam todos os sistemas das cadeias de commodities (COSTA NETO; FERNANDES, 2017) e nas estruturas de Estado; portanto, hegemoniza o território. Nesse cenário, um grupo de estudiosos da questão agrária e dos movimentos camponeses estão analisando, por meio de pesquisas, os movimentos da realidade agrária e articulando vias de desenvolvimento baseadas no modo de produção familiar.

Neste contexto, expomos, como objetivo geral da presente pesquisa, a discussão das correntes ações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no território do estado do Rio Grande do Sul para a construção de um Plano Camponês. Compreendemos que esse Plano tende a representar um projeto de desenvolvimento territorial numa perspectiva multidimensional e multiescalar, antagônico à via de desenvolvimento capitalista do campo representada pelo agronegócio.

Utilizaremos o debate paradigmático para auxiliar nossas reflexões sob uma perspectiva histórico-geográfica crítica, totalizante e dialética do território. Fernandes (2013) infere que o debate paradigmático apresenta ideias e caminhos de desenvolvimento territorial desde o Paradigma do Capitalismo Agrário e o Paradigma da Questão Agrária. O referido autor acrescenta ainda que os paradigmas são diferentes visões de mundo, modelos explicativos, caminhos distintos, que resultam em análises e ações conflitivas. Dessa forma, emergem para o debate distintos posicionamentos e intencionalidades. Isto possibilita uma abordagem do desenvolvimento territorial nas suas diversas dimensões, escalas e classes¹.

O Paradigma do Capitalismo Agrário, elaborado pelos defensores do agronegócio, defende que a agricultura é um espaço que deve ser explorado por corporações capitalistas e profissionais empreendedores dessa classe. Nesse paradigma, autores como Mendras (2016) e Abramovay (2007) inferem que a questão agrária não é relevante, porque o problema não está no capitalismo, e sim no campesinato. Os problemas agrários seriam conjunturais e superados pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção. A existência dos camponeses limitar-se-ia à sua capacidade de se inserir nas relações capitalistas pela

¹Classes, a meu ver, são verdadeiras aglomerações de pessoas cujo desenvolvimento ou declínio estão em circunstâncias históricas próprias e que agem, conjuntamente ou uns contra os outros, em busca de determinados interesses suscitados por essas mesmas circunstâncias. (WOLF, 1984, p. 12-13).

transformação em agricultores familiares. Outro “destino” dos camponeses seria o abandono da terra, pois seu modo de produzir e viver representaria um sistema produtivo incompleto, não compatível com os tempos modernos. A conflitualidade existente entre as classes sociais e seus projetos de desenvolvimento territorial também é ignorada nas análises desse paradigma.

No Paradigma da Questão Agrária, evidenciam-se outras perspectivas em relação ao desenvolvimento da agricultura e ao futuro do campesinato, a partir das contradições e do desenvolvimento desigual do capitalismo, em que a existência do campesinato é tanto parte de sua luta cotidiana quanto resultado da contradição do modo capitalista de produção. Shanin (2005, p. 9) salienta, em relação aos camponeses:

Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de ‘acumulação primitiva’ permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno ‘da questão do seu não-desaparecimento’. (SHANIN, 2005, p. 9).

Então, “o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo” (FERNANDES, 2013, p. 232). À vista disso, paradigmas estão em permanente conflitualidade, pois seus elaboradores defendem projetos de desenvolvimento territorial antagônicos. Os impactos desses debates são sentidos nos territórios, principalmente por meio das políticas públicas.

Na organização da nossa pesquisa, além da Introdução, definimos para a primeira seção o debate sobre “Espaço, Território, Movimento e Campesinato”, cujo propósito é a discussão do caminho percorrido durante a criação do território com característica multidimensional e multiescalar desde o espaço geográfico. Acreditamos que essa reflexão inicial será a base para podermos nos aproximar dos motivos que levam a existir diferentes tipos de movimentos reivindicatórios nos territórios. Ao interpretar esses diferentes movimentos e a agricultura camponesa familiar em conflitualidade com o agronegócio, passamos a investigar as diferencialidades entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Na sequência, abordamos a gênese do movimento socioterritorial – o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Na segunda parte, iniciaremos com uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento e a concepção a qual adotamos. Na sequência, reflexionamos em torno das razões que levaram esse movimento socioterritorial – o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – à consequente elaboração de um plano de desenvolvimento territorial intitulado Plano Camponês. Na sequência do capítulo, discutimos os elementos: Campesinato, História e Memória; Terra e Território; Soberania; Novas Bases Produtivas; e Nova Geração Camponesa com Protagonismo Feminista. Nossas investigações assestam esses elementos na qualidade de eixos fundantes do Plano Camponês. Durante a pesquisa, emergiram dos eixos centrais os conceitos de soberania energética, soberania do conhecimento, soberania genética, soberania mineral, soberania alimentar, soberania hídrica, ALIMERGIA e Centros Territoriais de Cooperação; a este último, por termos constatado um elo que o liga às diversas dimensões e escalas do territórios, dedicaremos uma atenção especial no final da dissertação; obviamente, isso não diminui a importância dos demais elementos.

Na terceira e última seção antes das Considerações Finais, nossa pesquisa se direciona ao processo de identificação da práxis do Plano Camponês no território do Rio Grande do Sul (RS). Findamos o capítulo discorrendo sobre a experiência de dois Centros Territoriais de Cooperação no RS e as suas potencialidades para alterar as configurações socioterritoriais nas disputas territoriais com a agricultura capitalista na sua fase neoliberal.

2 ESPAÇO, TERRITÓRIO, MOVIMENTO E CAMPESINATO

Os autores que classificamos como eternos ou realmente bons e que nos entusiasma possuem uma característica comum sumamente significativa: trilham determinado caminho e também convocam para segui-los. E sentis, não como a razão, mas com todo o vosso ser, que eles têm um alvo... Os melhores deles são realistas e mostram a vida como ela é. No entanto, visto que cada linha está permeada, como que por seiva, pela consciência do alvo, percebeis, além da vida como ela é, também a vida como deveria ser, e isso vos torna cativos. (TCHÉKHOV, 2002).

2.1 Do espaço ao território

Embora as categorias “espaço” e “território” não sejam equivalentes (RAFESTIN, 1993), ambas são multidimensionais e multiescalares (FERNANDES, 2013), o que oportuniza um potencial de leitura totalizante e não fragmentada da realidade investigada, desde que compreendamos o espaço tal como Santos (2017). Para ele, o espaço é:

Formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2017, p. 63).

Esse conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações admite o mundo enquanto uma totalidade. Tal espaço, para Lefebvre (1991), é onde se dá a materialização da existência humana e, podemos complementar, dos demais seres. Assim sendo, esse conjunto de sistemas é animado pelas ideias, florestas, campos, cidades, seres orgânicos, inorgânicos e sociais. É onde a vida e a morte se encontram e metamorfoseiam-se. Por ser pensamento e ação, material e imaterial, fixo e fluxo, podemos considerar que o espaço está simultaneamente em construção, destruição, reconstrução e disputa.

Destarte, por meio do espaço, temos o potencial de localizar e interpretar o objeto de pesquisa, pois este é espaço, assim como é o próprio investigador. Para compreender o objeto, precisa-se definir uma escala e utilizar um prisma multidimensional. Contudo, as análises das partes não devem estar desconectadas

do todo. As partes unidas constituem a totalidade, todavia, o todo é maior que as somas das partes. Santos (2017) argui que nem mesmo a totalidade dá conta de expressar a realidade total do objeto, é necessário entender o movimento da totalidade que está em constante totalização.

A realidade em constante metamorfose é o resultado dos movimentos do espaço em um tempo simultâneo (SANTOS, 2017). Esses movimentos decorrem da interação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação. A técnica, por ser um fenômeno histórico de criação unicamente humana (PINTO, 2013a, 2013b), abrange a função de alterar os objetos e as ações, repercutindo novas configurações do espaço. Ela é fundante nas transformações dos conjuntos de sistemas. Nas palavras de Santos (2017, p. 54), “é por intermédio das técnicas que o homem no trabalho realiza essa união entre espaço e tempo”.

Com o aprimoramento das técnicas, os objetos artificiais vão se sobrepondo aos naturais. A técnica, com o advento do modo de produção capitalista, está a cada instante mais universal, fato que vem acelerando as voltas dos ponteiros do tempo e uniformizando os objetos globalmente. Santos (2017, p. 181) assinala:

Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs a serviço de uma produção em escala, onde nem os limites dos Estados, nem os dos recursos, nem os dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo. (SANTOS, 2017, p. 181).

O capital captura o espaço por meio do sistema técnico-científico-informacional (SANTOS, 2017) na atualidade; mas como nenhum é uno, e estão mais para um ímã quebrado, existem espaços atraídos e espaços que resistem ao capital. Essa conexão envolve relações de poder que obviamente não são exclusividade do atual modo de produção, desde que existam interesses divergentes.

O território é a arena, os objetos e as classes sociais que compõem o espaço. O poder, tido como instrumento de díspares interesses, movimenta esses elementos no espaço e forja o território. Por meio dessa movimentação, as aspirações em conflito alteram o espaço e o território e criam novas territorialidades. Portanto, tal como Raffestin (1993), interpretamos que as relações de poder no espaço produzem o território. Desse modo, em nossa concepção, o território não é apenas uma superfície,

pois carrega todas as características do espaço que citamos anteriormente, mediadas por relações de poder.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Considerando que essa conexão é mediada pelo poder, o território pode exteriorizar territorialização, subordinação, desterritorialização e reterritorialização da classe camponesa ou capitalista. Essa categoria geográfica, ao ser composta por um cabedal de múltiplas determinações, com o potencial de aproximar o pesquisador dos fenômenos e estes do pesquisador, coloca a geografia em destaque nas ciências do conhecimento. Santos (1999, p. 7) argui que:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 1999, p. 7).

Esses elementos que constituem a essência e a aparência do território são confeccionados pelos sujeitos das singulares classes sociais no instante em que defendem e exercitam a materialização das suas necessidades e visões de mundo. A síntese das colisões internas e externas desses paradigmas revela a ontologia dos territórios.

Fernandes (2013, 2018) complementa que “todo o território é espaço, embora nem todo o espaço seja um território”, por se fazer ausente de conflitualidade e relações de poder. A partir da leitura que compreende o território como uma síntese de múltiplas intencionalidades e conflitualidades exercida por diferentes seres sociais, Fernandes (2013), no artigo “Sobre a tipologia dos territórios”, enriquece a categoria ao explorar uma leitura dos diferentes tipos de território, afirmando que:

O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias, transformando em território até mesmo as palavras. (FERNANDES, 2013, p. 248).

Essa leitura multidimensional cria a tipologia de territórios a partir da multiescalaridade e desmascara a interpretação reduzida de território apenas como espaço de governança (FERNANDES, 2013). Porém, os governos e as instituições privadas utilizam a definição diminuta, porque essa leitura dificulta a percepção das conflitualidades e, conseqüentemente, da realidade – elementos dispensáveis sob o ponto de vista dos que dominam. Fernandes (2013, p. 171) assinala que:

As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de territórios pelas classes sociais. O território compreendido apenas como espaço de governança é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. (FERNANDES, 2013, p. 171).

O território apenas como espaço de governança interessa ao Paradigma do Capitalismo Agrário (FERNANDES, 2013) por reduzir o território a um plano unidimensional. O território como totalidade é multiescalar e multidimensional. À vista disso, Fernandes (2013) infere que o primeiro, segundo e terceiro territórios constituem uma totalidade que compreende a natureza da tipologia dos territórios.

O primeiro território é considerado espaço de governança, em escala nacional, regional, estadual e municipal. O segundo e o terceiro são parte deste primeiro, contudo, não são sinônimos.

É a partir do primeiro que o judiciário, o executivo e o legislativo atuam e influenciam a composição, movimentação e transformação do território nas perspectivas multidimensional e multiescalar. Todavia, acreditamos que os sujeitos que atuam no primeiro território são oriundos do segundo, multiescalarmente, inclusive para além do território nacional, que é o caso das organizações multilaterais e das empresas transnacionais. Esses sujeitos localizados nos transterritórios (FERNANDES, 2013) aglutinam os seus interesses em consonância com parte das classes dominantes locais e alteram os territórios.

A hegemonia da classe que controla o primeiro território tende a ser o reflexo da classe hegemônica do segundo. O segundo território é integrado por “propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas” (FERNANDES, 2013, p. 179). A conflitualidade nessa esfera do território é constante,

pois as inclinações dos indivíduos que controlam cada laia de propriedade tendem a ser heterogêneas. Nesse redondel, o agronegócio e o campesinato defrontam-se e conflituam-se. O bosquejo dessa conflitualidade remodela a paisagem e o território.

O terceiro território tem o movimento como uma de suas principais características, na escala do local, do corpo, da sociabilidade, logo, também da conflitualidade (FERNANDES, 2013). Esse frenesi do terceiro território hospeda, produz e exterioriza as ideologias. Desse modo, também possui o pontencial de metamorfosear-se igualmente aos demais territórios.

Essa tipologia de territórios, segundo Fernandes (2013), é equilibrada por territórios imateriais, os quais estão em constante construção e disputa nos territórios materiais. O território imaterial abarca o *know-how* de vida dos seres sociais, seus paradigmas e ideologias:

Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think tanks*. É impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios. (FERNANDES, 2013, p. 184).

Isso é tão verdadeiro, que a agricultura capitalista disputa não apenas a terra do camponês, mas também o jeito de produzir, de se relacionar, de consumir; ou seja, de pensar e agir. Essa realidade é ilustrada, por exemplo, nas propagandas reproduzidas pela Rede Globo, com o slogan “Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo.” (AGRO..., 2019), em que se percebe a tentativa de vender a ideia de que o agronegócio é o único modelo de desenvolvimento existente na agricultura.

O agronegócio, ao exaltar seu projeto de desenvolvimento nos meios de comunicação – o qual ele próprio patrocina –, objetiva alienar as populações das cidades e os camponeses (CHÃ, 2019). Por esse caminho, a subordinação ou desterritorialização dos últimos é esperada com ausência de resistência, enquanto possíveis questionamentos – como “Quem produz?” ou “Como é produzido?” – são capturados pela nuvem da fumaça da qualidade e da eficiência. O território imaterial não é a alegoria da “trindade cristã”, no entanto, está em todos os territórios. Sob esses aspectos, passa a ser peça-chave para disputar territórios, paradigmas e os próprios elaboradores.

2.2 Do território ao movimento

O território, por não ser uno em sua multidimensionalidade e multiescalaridade, é produzido e disputado simultaneamente por diferentes classes sociais. Por meio dessas conflitualidades, os sujeitos das classes sociais tecem diferentes territórios que estabelecem multiterritorialidades (FERNANDES, 2013). As características desses singulares territórios estão relacionadas aos objetos de disputa, à correlação de forças e à organização dos sujeitos envolvidos nas conflitualidades.

Estamos partindo do princípio que o caminho fundamental, organizado para disputar territórios e expressar as intencionalidades que irão moldar as suas peculiaridades, seja a disputa por espaços políticos e territórios, a qual se dá através de múltiplos e distintos movimentos sociais oriundos da sociedade civil organizada. Para Gohn (1997, p. 174):

O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. Eles não existem a priori, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. (GOHN, 1997, p. 174).

Buscando uma aproximação dos atos adotados pelos homens na história a fim de compreendermos melhor os objetivos e as ações dos sujeitos engajados em diversos movimentos, seguimos nossa investigação utilizando a diferenciação tipológica “movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2013).

Em distintas escalas, determinados movimentos do campo e da cidade, de esquerda ou de direita, constroem a centralidade de suas disputas nos paradigmas, espaços políticos, condições de trabalho e questões salariais. Fernandes (2013, 2018) os conceitua como movimentos socioespaciais. Sem embargo, existem outros movimentos que também disputam paradigmas, espaços políticos, condições de trabalho e questões salariais, mas possuem como centralidade da disputa e de sua existência os territórios materiais, como a terra no campo, habitações ou fábricas. Esses são os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2013).

Determinadas organizações não governamentais que praticam lutas materiais e imateriais juntamente com a defesa dos interesses de povos do campo e/ou das

idades podem ser destacadas como exemplos concretos de movimentos socioespaciais por estarem inseridas em conflitualidades; todavia, não estando no centro da disputa territórios dos quais a existência desses sujeitos depende. No mesmo tipo de movimento, porém com características distintas, estão os que desenvolvem conflitos entre paradigmas, empreendem lutas por espaços políticos, condições de trabalho e questões salariais. As pessoas envolvidas nesses processos alteram o espaço, constroem territórios, mas não estão lutando por um território material que implica sua sobrevivência.

Ponderando que o território é material e imaterial, multiescalar e multidimensional, construído, mediado e disputado por relações de poder, no espaço em que uma classe ou grupo social se realiza, outros sujeitos de interesses opostos não se realizam sem conflitos. O ato de querer se impor no território do outro, com interesses antagônicos, possibilita uma série de múltiplos conflitos, com a propensão de se expressar por meio de uma conflitualidade constante (FERNANDES, 2013). Nessa enseada, materializam-se os movimentos socioterritoriais.

O contexto acima influencia o pensamento a que se refere a diferencialidade dos movimentos, pois os camponeses que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) têm algo em comum que vai além do fato de participarem da Via Campesina, produzirem comida e representarem uma parcela considerável do campesinato brasileiro com terra e sem terra. Não lutam apenas pela reforma agrária e demais políticas públicas estruturantes para o campo. Para ambos os movimentos, o território é central: se perdem o território, tendem a perder o motivo de existirem.

2.3 O campesinato em movimento

Comparando a ocupação do território brasileiro, no início do século XVI, aos dias atuais, é possível afirmar que o campesinato brasileiro se produziu, se reproduz e se mantém em movimento de construção nas suas diversas lutas territoriais, que vão desde o direito à terra, o modo de produzir, pensar, se relacionar com a terra e os demais seres, até o acesso e a elaboração de políticas públicas.

A manutenção dos territórios camponeses e a conquista de novos territórios pelos próprios percorrem o caminho da luta de classes. A luta de classes sempre põe

frente a frente programas díspares. Os interesses das classes sociais expressam-se, principalmente, pelos seus projetos de desenvolvimento. Acreditamos que o êxito de um projeto de desenvolvimento depende maioritariamente da interação entre Estado e classe social. Essa relação por vezes é conflituosa e contém em sua síntese o signo da política pública.

Fernandes (2015) vem discorrendo a necessidade da desconstrução e reconstrução do conceito de “políticas públicas”. Para o autor, a interpretação predominante na atualidade é que essas são um produto do Estado e por ele executadas. No entanto, uma nova significação parte do entendimento da existência de heterogêneas políticas públicas, as quais são teorizadas e executadas por diferentes classes sociais em consonância ou não com o Estado.

Políticas emancipatórias são formuladas pelo protagonismo e pela participação. Parte da coerência entre as relações sociais e a produção territorial. Políticas de subordinação são elaboradas por representantes ou ideólogos de uma classe para a outra, como forma de manter o controle, de possibilitar a manutenção de uma condição de existência. Isso não significa que políticas de subordinação não contribuam para o desenvolvimento, mas contribuem para o desenvolvimento desigual. (FERNANDES, 2015, p. 30).

Interpretando o Estado como uma fração do território, o primeiro, (FERNANDES, 2013) é um grande privilégio da agricultura capitalista no Brasil que essa classe, do segundo território, tenha quase sempre ocupado postos estratégicos do Estado, ou seja, no primeiro território. Desse modo, sua elaboração cabe aos beneficiários da política pública, os quais consequentemente assistirão os interesses da classe. Esse seria o caráter da política pública emancipatória (FERNANDES, 2015) se esta tivesse sido construída e aplicada em torno dos interesses da classe camponesa.

No caso da política pública conquistada, elaborada e aplicada pelas classes dominantes de acordo com os seus interesses, entendemos que ela não está para emancipar, pois a utilizam para se manterem na posição de privilegiados. Encetamos que ela é um bálsamo alienante da qual esses dependem para não sentir todos os impactos da sua pusilânime subordinação e dependência diante dos países centrais. Concordando com Marini (2017), em seu artigo “Dialética da Dependência” (publicado originalmente em 1973), compreendemos que essa situação se efetiva na distribuição do mais-valor social, coadunado à intensificação da superexploração dos trabalhadores, estejam no campo ou na cidade.

Em relação ao que discorremos acima, é possível considerar que a primeira política pública de viés mantenedor de privilégios, pós-independência de 1822, foi a Lei de Terras de 1850. Essa lei legalizou o latifúndio e distanciou a terra dos pobres. Posteriormente, na segunda metade do século, foi empregada uma política pública que subvencionava a vinda dos imigrantes europeus que substituiriam a mão de obra escrava (MARTINS, 2017). Essa, junto com a Lei de Terras, foi o alicerce central para os primeiros passos da formação do capitalismo brasileiro. No século XX, o Estado comprou café dos fazendeiros por duas ocasiões e o queimou para subsidiar o setor em crise de superprodução (MARTINS, 2017). Outro exemplo análogo de política pública mantenedora de privilégios, construída pela classe que controla o Estado, foi a reestruturação da agricultura, no período da então chamada modernização conservadora (DELGADO, 2012), nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com os pacotes tecnológicos da revolução verde, introduzidos ainda no período do regime alimentar intensivo (MCMICHAEL, 2016). Nota-se que desde o século XIX as políticas públicas foram o combustível para consolidar a hegemonia dos projetos de desenvolvimento territorial da agricultura capitalista.

No exercício teórico de reelaborar e disputar o conceito para “política pública”, Fernandes (2015) aponta que as lutas dos movimentos socioterritoriais também são políticas públicas e podem desdobrar-se nas relações com o Estado. Sob esse ponto de vista, podemos dizer que os ensaios na construção de políticas públicas pela classe camponesa a põem em movimento por meio da luta, porém, não são novidade. A história refere que, na maior parte das vezes, essas ações foram duramente reprimidas. Exemplos clássicos das repressões foram a Guerra de Canudos (MOURA, 2000; RIBEIRO, 2015) no século XIX e a Guerra do Contestado (MOTTA, 2009), a Revolta de Trombas e Formoso (MAIA, 2008) e as Ligas Camponesas (MORAIS, 2012) no século XX.

Entendemos as lutas por reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas consequentes conquistas de assentamentos rurais, a partir da década de 1980, como as primeiras grandes lutas exitosas na produção e conquista de políticas públicas por parte dos camponeses (FERNANDES, 2015); construídas de baixo para cima, pelos sujeitos do segundo território.

Para Fernandes (2015), as políticas públicas de subordinação são aquelas construídas por uma classe para outra classe. Obviamente, a intencionalidade na

elaboração não é sinônimo de libertar e emancipar, mas, sim, de subordinar. Esse caráter da política pública, na atualidade, é o que mais persevera no acesso dos camponeses. Embora sejam conquistas do campesinato, não são por ele elaboradas e chegam de cima para baixo (FERNANDES, 2015). Uma das razões de virem de cima para baixo é que as classes dominantes controlam o Estado. No entanto, existe outra questão: em momentos nos quais a classe trabalhadora esteve presente parcialmente no Estado, no período dos governos neodesenvolvimentistas (SINGER, 2012), inicialmente, podem ter faltado correlação favorável de forças, experiência e quantidade de pessoas qualificadas da classe trabalhadora no primeiro território para que, em diálogo e luta com os presentes do segundo território, pudessem elaborar políticas públicas conforme as necessidades e demandas da classe.

Essas conflitualidades constantes ante o modo de produção capitalista moldam as faces de um campesinato colorido e singular: camponeses formados entre o sincretismo de povos originários de diversos matizes africanos cativos e quilombolas, caboclos e europeus, nos séculos XIX e XX.

O desenho e a aplicabilidade das políticas públicas refletem a correlação de forças do campesinato em movimento perante as classes hegemônicas, que controlam as estruturas do Estado em suas diversas escalas e dimensões territoriais.

2.4 MPA: Movimento socioterritorial

O MPA é produto dos reflexos materiais do ciclo de conflitualidades no campo e na cidade nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000 – período marcado pela ascensão de um novo projeto de desenvolvimento territorial global na reestruturação do modo de produção capitalista, para este manter e elevar suas taxas de lucro a custo do trabalho humano e das riquezas naturais.

La quiebra a nivel mundial de la organización sindical, el ascenso de las dictaduras en América Latina, la derrota de los movimientos campesinos por la tierra y la emergencia de las contrarreformas agrárias, el declive del socialismo real y la decadencia de los movimientos guerrilleros de los años sesenta, expresan la correlación de fuerzas sobre la que se erigió el nuevo orden mundial. Esta derrota histórica explica el carácter excluyente del nuevo régimen de acumulación que emergió a fines de los años ochenta. (RUBIO, 2001, p. 90).

Essa nova ordem mundial, ou fase neoliberal do capitalismo, provocou grandes transformações na organização social, política e econômica dos países. Os mais impactados foram os que abriram mão da perspectiva de o Estado ser o agente central, que propõe, acolhe e impulsiona projetos de desenvolvimento territorial que produzam maior independência e autonomia aos seus povos.

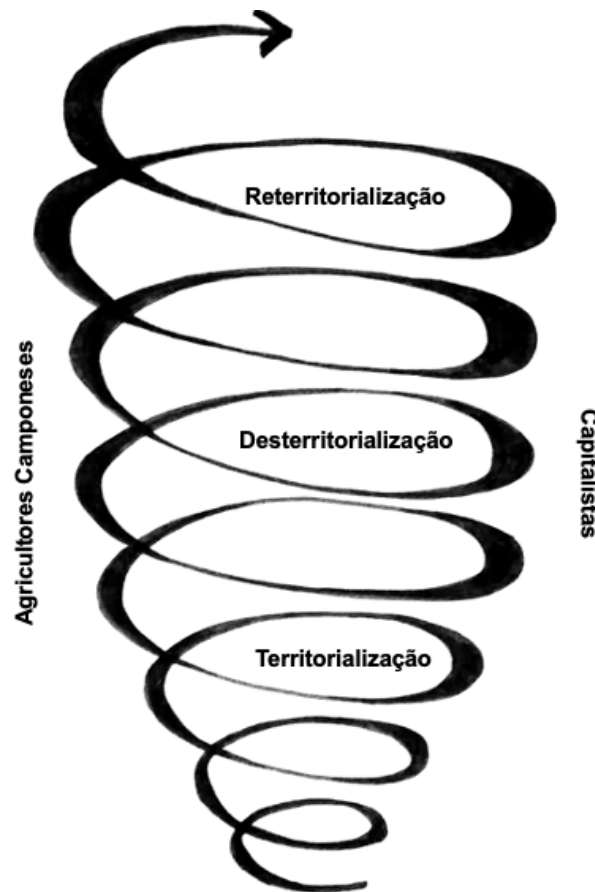
As rédeas dos Estados nacionais passaram a ser guiadas e subordinadas de acordo com os interesses dos projetos de desenvolvimento do “setor especulativo financeiro, setor industrial transnacional e setor agroalimentar multinacional” (RUBIO, 2001, p. 95). Esses agentes do segundo território sob o regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016) optaram por estreitar os laços, produzindo o que conhecemos por agronegócio, em seus complexos em rede e complexos de sistemas (FERNANDES, 2017). Nesse projeto de desenvolvimento territorial neoliberal, o campesinato tende a deixar de ser necessário para o capital.

Sob essa conjuntura encontravam-se os camponeses de todos os continentes. No Brasil, no final do ano de 1995, início de 1996, os pequenos agricultores se organizaram para reivindicar ao Estado políticas públicas para permanecerem exercendo suas atividades laborais nas propriedades que possuíam ou arrendavam. Na essência, o que estava em risco era o território desses camponeses e a sua própria existência enquanto campesinato. Assim, antes mesmo de existir oficialmente o novo movimento, esses sujeitos já eram, em seu âmago, um grupo socioterritorial, por julgarem o território como estratégico para sua existência e reprodução. Görden (1998) salienta que:

[...] a falta de políticas públicas do Estado para proteger a agricultura familiar diante da avalanche da globalização dos mercados, num primeiro momento sob o impacto do Mercosul, posteriormente do mundo, continuou destruindo, descapitalizando e até arrasando a base econômica de sobrevivência dos pequenos agricultores, fazendo com que a necessidade da luta política voltasse com todo o vigor. (GÖRGEN, 1998, p. 10).

A não conquista dos projetos demandados, portanto, poderia incidir sobre uma desterritorialização desses camponeses. Fernandes (2018) apresenta a ideia de que nas disputas territoriais ocorre a TDR (Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização) dos camponeses ou dos capitalistas. Conforme podemos analisar na Figura abaixo:

Figura 2 – Organograma “TDR”



Fonte: Elaboração própria.

Aproximando à nossa questão de estudo, a territorialização poderia acontecer por meio da compra das terras dos camponeses pelos agricultores capitalistas, que em condições favoráveis desterritorializariam os primeiros. Já a reterritorialização emerge em um novo momento, no qual os camponeses conquistam novos territórios, avançando na fronteira agrícola ou mesmo reconquistando territórios da agricultura capitalista mediante a luta pela terra.

Nessa TDR é relevante considerar que a territorialização pode se dar por parte dos camponeses ou dos capitalistas e, da mesma maneira, a desterritorialização e a reterritorialização. O fator preponderante deste processo dialético é a correlação de forças na luta de classes.

O território, em suas múltiplas dimensões e escalas, é uma construção social. Essa leitura nos leva a concluir que os territórios do campesinato portam características singulares em relação aos territórios da agricultura capitalista, pois os

sujeitos e interesses dos que os produzem são distintos. O camponês constrói os seus territórios e a paisagem a partir de um paradigma; no entanto, quando ele é desterritorializado devido às correlações de força nas relações de poder, não apenas perde o seu território para outro que se territorializa no mesmo espaço, mas também, nesse ínterim, a paisagem do seu antigo território deixa de existir. Ou seja, é destruída, e ali, no mesmo território, constrói-se uma nova territorialidade que se expressa em uma nova paisagem² com novos interesses de classe. A reconstrução da paisagem é fruto da luta de classes e sempre será algo novo. Inclusive para uma família camponesa reterritorializada em um mesmo espaço que havia perdido no passado, sua territorialidade produzirá uma nova paisagem, logo, nunca será igual à que existia no passado.

²A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. (SANTOS, 2017, p. 103).

3 PLANO CAMPONÊS

Naturalmente, segundo era de esperar, as técnicas das classes dominantes, assim como suas ideias, são também as técnicas dominantes, as que recebem o máximo prêmio social. Assim acontece com a ciência em geral, a administração, pedagogia, arte militar, religião, medicina, jurisprudência, arquitetura, etc. A técnica do operário, do pescador, do camponês vê-se desprezada por ter origem nas camadas desfavorecidas. (PINTO, 2013b, p. 770).

3.1 Questões Sobre o Desenvolvimento

O conceito de “desenvolvimento territorial” é fundamental para compreender o Plano Camponês. No capítulo anterior discutimos a categoria “território”, que, segundo Rafestin (1993), é produzido a partir do espaço por meio de relações de poder e, conforme salientado por Fernandes (2013), é multidimensional e multiescalar, fixo e fluxo, material e imaterial. Então, falamos de “desenvolvimento territorial” desde uma perspectiva da tipologia de territórios. Todavia, nos resta uma pergunta para seguirmos adiante: de que desenvolvimento estamos falando? A palavra desenvolvimento é utilizada cotidianamente pelo Estado, por governos, partidos, organizações multilaterais, agronegócio, movimentos socioterritoriais e socioespaciais; destarte, está presente e é debatida em todas as escalas do território, muitas vezes como um mantra que pode resolver todos os problemas da humanidade (RIST, 2008).

Esteva (1996) salienta que essa palavra aparece inicialmente relacionada às ciências biológicas e naturais no século XVIII, embora o mesmo autor infira que, antes do final desse século, o termo já passava a ser utilizado nas ciências sociais. Porém, é a partir dos anos 1800 que o conceito de desenvolvimento começa a ganhar relevância na política e no pensamento dos economistas clássicos, criando uma relação umbilical com o processo de industrialização, sob uma análise de que as sociedades desenvolvidas eram as mais industrializadas. Esta leitura é compartilhada tanto por Smith (1996, 1996) como por Marx (2013), todavia, este último supera o primeiro ao demonstrar as contradições latentes que estão consubstanciadas no interior desse processo que vai desde a produção da mercadoria até a sua realização no mercado por meio do consumo. Assim, Marx (2013) apresenta que:

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na

transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2013, p. 787-788).

Portanto, o desenvolvimento no modo de produção capitalista, por um lado se expressa pela produção de mercadorias e pela exploração da força de trabalho – fatores estes que irão incidir no crescimento da indústria e na acumulação de capital – e, por outro lado, que é o ponto “0”, na assim chamada acumulação primitiva do capital³, ocorrerá a expropriação dos camponeses da terra e a consequente exploração de ambos, pois de maneiras diferentes tornam-se mercadorias especiais por não serem provenientes do trabalho humano.

Com os elementos apresentados até este momento, é possível inferir que esse modelo de desenvolvimento se tornou o espírito em movimento do capitalismo. Destarte, não é sinônimo de bem-estar e socialização da riqueza para todos, pois o resultado do trabalho que amplia esse sistema fica concentrado nas mãos dos capitalistas que possuem os meios de produção e/ou o capital expresso em moeda. Polanyi (2016) analisa que esse sistema de desenvolvimento se exteriorizou e se alicerçou sob quatro grandes instituições:

A primeira era o sistema de equilíbrio do poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão-ouro internacional, símbolo de uma organização única da economia mundial. A terceira era o mercado autorregulado que produzia um bem-estar material inédito. A quarta era o Estado liberal. (POLANYI, 2016, p. 100).

³Não esquecemos os saques nas colônias e o genocídio sobre os povos originários. Essas questões foram terríveis e de grande relevância para o processo de acumulação primitiva do capital. Para um maior aprofundamento em relação às questões concernentes a esse processo, o leitor pode buscar detalhes no capítulo XXIV de O Capital, de Marx (2013), livro I.

Esse modelo de desenvolvimento obteve um primeiro ciclo de sucesso durante cerca de um século para os donos do capital, porém, suas contradições se expuseram ao considerar e tentar transformar em mercadoria (POLANYI, 2012) seres humanos, natureza e moeda. Portanto:

A nossa tese é que a ideia de um mercado capaz de se autoajustar era uma mera utopia. Semelhante instituição não poderia existir duradouramente sem aniquilar a substância natural e humana da sociedade; destruiria fisicamente o homem e transformaria o seu meio ambiente num deserto. Como era inevitável, a sociedade tomou medidas para se proteger, mas todas as medidas que tomava lesavam a autorregulação do mercado, desorganizavam a vida industrial e, destarte, acabavam por prejudicar a sociedade em outros aspetos. Tal foi o dilema que impôs ao desenvolvimento do sistema do mercado uma via determinada, acabando por desagregar a organização social que assentava naquele. (POLANYI, 2016, p. 100-101).

A crise desse sistema de desenvolvimento irrompeu como um abalo sísmico, na segunda metade do século XIX, com a desestabilização do sistema de equilíbrio do poder (POLANYI, 2016). Esse desequilíbrio entre as nações abriu as portas do século XX com o socialismo soviético, a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, a ascensão do nazifascismo e culminou com as duas guerras mundiais (POLANYI, 2016).

Para superar as crises, Keynes (1996), nos anos de 1930; Haiek (2010) e Von Mises (2010), a datar dos anos 1940, e Friedman (2014), a partir da década de 1970, realizaram distintas formulações, embora os mesmos autores ocultassem as verdadeiras raízes que levavam às crises de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A teoria criada por Keynes (1996), mais tarde conhecida como “keynesianismo”, teve grande influência nos governos pós-crise, de 1929 até meados dos anos 70 do mesmo século, nos governos estadunidenses, nas sociais democracias da Europa e, de certa forma, nos governos desenvolvimentistas de países então considerados subdesenvolvidos. O poder de influência da economia no desenvolvimento é lembrado por Keynes (1996, p. 349), ao ponderar que “[...] os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto [...]”. O autor defendia a economia como um dos elos do desenvolvimento, não mais enquanto determinadora do caminho a ser seguido para alcançá-lo. Dessa forma, Keynes produz sua teoria em torno da

imprescindibilidade do Estado para emular o desenvolvimento capitalista e superar as crises.

Por outro lado, a forte presença do Estado para estimular o desenvolvimento era tema central da crítica realizada pela então escola austríaca de Economia, que tinha como seus grandes elaboradores, na segunda metade do século XX, Von Mises (2010) e Hayek (2010). Particularmente, este último teve grande influência na formação do economista Milton Friedman, o grande expoente do neoliberalismo no século XX. Esses pensadores contribuíram para o avanço do neoliberalismo, junto com o controle do Estado e a destruição dos direitos dos trabalhadores. A eficiência da iniciativa privada e a livre concorrência seriam os baluartes do desenvolvimento para essa escola de pensamento econômico.

Sob os aspectos do neoliberalismo apresentados no paragrafo anterior, o autor sul-coreano Chang (2004) pondera que:

Quando estavam em situação de desenvolvimento de catching-up, os PADs (Países Altamente Desenvolvidos) protegiam a indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre-comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das marcas registradas, parece que as raposas têm se transformado em guardiãs do galinheiro com perturbadora regularidade. (CHANG, 2004, p. 114).

Chang (2004) salienta que a teoria liberal clássica de Smith (1996) e a liberal de Von Mises (2010), Hayek (2010) e Friedman (2014), conhecida como neoliberal e defendida por alguns teóricos, nunca foram aplicadas na prática pelos Estados que as defendiam, sejam do século XIX ou XX. Por outro lado, os países periféricos que assumiram essas ideias foram condenados ao desenvolvimento capitalista dependente pelos países centrais. Portanto, a defesa das políticas neoliberais é o ato de os países centrais “chutarem a escada” (CHANG, 2004) e impedirem que outros países se desenvolvam plenamente, mesmo que seja sob a lógica capitalista de desenvolvimento.

O que apresentamos até o momento em torno do desenvolvimento capitalista e as teorias que o sustentam e influenciam tornaram-se pensamento e realidade hegemônicas. Todavia, não é a realidade em sua totalidade. Pois, se o desenvolvimento no modo de produção capitalista ocorre por meio da produção de

mercadorias e da exploração da força de trabalho, é importante assinalarmos aqui a existência de uma determinada tecnologia que imprime os seus instrumentos técnicos para o processo de produção da mercadoria, estes operados pelos seres humanos. Porém, técnica e tecnologia não são construções separadas dos seres sociais, ao contrário; de acordo com Pinto (2013, p. 167), “[...] em todos os tempos a técnica foi sempre o modo humano de resolver as contradições entre o homem e a realidade objetiva [...]”. O autor acrescenta ainda que “[...] se toda técnica resume uma opção humana no processo de produção, o fator mais importante está no sujeito que efetua tal eleição [...]” (PINTO, 2013, p. 167). Dessa forma, as técnicas criadas pelos homens no capitalismo servem primordialmente para aumentar a produção de mercadorias, concomitantemente ao processo de acumulação de capital. Aqui, temos duas questões que necessitam de uma maior aproximação.

No modo de produção capitalista, o que gera valor a uma mercadoria é a quantidade de trabalho humano nela corporificado (MARX, 2013). Todavia, a mercadoria se realiza após a sua circulação e seu respectivo consumo no mercado. Marx (2013) salienta que é após a sua realização que o capitalista terá materializado o seu lucro e, dessa forma, a acumulação de capital – que irá retornar em parte enquanto capital reinvestido no processo produtivo. Nesse sentido, acreditamos, em nossa reflexão sobre o desenvolvimento, que aqui está uma das chaves de nossa interpretação, assim como uma das grandes contradições e limitações desse modelo de desenvolvimento. Se seguirmos esse raciocínio por viés dialético, constataremos que, no instante em que a circulação de mercadorias é acelerada, teremos uma maior intensidade de trabalho do trabalhador no processo produtivo, o que tende a aumentar a sua exploração, e/ou teremos a inserção de novas tecnologias na produção. Ambas iniciativas tendem a aumentar a produção de mercadorias.

A realidade e Marx (2013) demonstram que em toda relação que envolve assalariamento do trabalhador, este é explorado por ceder de forma gratuita a maior parte do seu tempo de trabalho, conceito denominado mais-valor. Porém, ao surgirem novas tecnologias que aumentam a produção de mercadorias, diminui-se a transferência de valor para a mercadoria, em decorrência do menor tempo de manuseio da força de trabalho sobre o objeto. Desse modo, nós teremos, além de uma grande contradição, a fonte de uma crise estrutural do capital e da natureza.

O capitalista com uma acelerada produção de mercadorias, com menos valor inserido em cada uma, necessita diminuir o tempo de circulação. Logo, o consumo deve ser aumentado paralelamente à redução do tempo de vida de cada mercadoria. Isso quer dizer que o valor de troca da mercadoria deverá se sobrepor ao seu valor de uso. Se todo esse processo funcionar, ela vai manter suas taxas de lucro temporariamente. Porém, sua fonte de matéria-prima é a natureza. À vista disso, lembremos novamente Polanyi (2012, 2016), em sua análise de que “o capital considera a natureza uma mercadoria”, mas ela não é, o que tende a gerar grandes crises, inclusive ambientais. Portanto, o sistema capitalista de desenvolvimento tende a destruir a natureza para transformá-la todos os dias em novas mercadorias para serem consumidas e na sequência, descartadas. Essa roda não pode parar de girar, pois dessa circulação e descarte constantes é que se produz a energia desse sistema de desenvolvimento.

A potência desse conceito de desenvolvimento relacionado ao crescimento econômico e ao processo de industrialização impactou não apenas as cidades, mas também o campo, nos séculos XIX, XX e, da mesma maneira, nos dias de hoje. A questão mais recente que podemos utilizar como exemplo é a atual pandemia da COVID-19. Tanto Davis (2005), na obra *“The Monster at Our Door: The Global Threat of Avian Flu”*, como Wallace (2016), no livro *“Big farms - Make big flu: Dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of science”*, discorrem que as grandes pandemias estão apenas no início, e propendem a estar presentes no meio de nossas sociedades com maior frequência e com níveis de gravidade elevados. Ambos os autores inferem que o fator principal que está incidindo no aparecimento reiterado de novos vírus e a tendência de termos uma maior regularidade de pandemias está na relação entre a destruição das florestas nativas e a consequente fuga de animais silvestres⁴ para zonas próximas de convivência humana e animais domésticos, elementos estes oriundos do modo capitalista de produção.

Portanto, sentimos a necessidade de pensarmos um outro desenvolvimento que seja a antítese da produção de mercadorias capitalistas sobre relações sociais de produção assalariadas e/ou outras maneiras de exploração. Obviamente que as ideias de desenvolvimento capitalista que até o momento apresentamos são hegemônicas,

⁴Os animais silvestres não produzem vírus, porém, muitas vezes, como é o caso de algumas espécies de morcego na Ásia, tornam-se os hospedeiros dos vírus.

todavia existem outros projetos de desenvolvimento que estão em construção e disputa em diferentes escalas e dimensões territoriais, porém, são ocultas ou desprezadas pelas classes dominantes. Pinto (2013) destaca que:

Naturalmente, segundo era de esperar, as técnicas das classes dominantes, assim como suas ideias, são também as técnicas dominantes, as que recebem o máximo prêmio social. Assim acontece com a ciência em geral, a administração, pedagogia, arte militar, religião, medicina, jurisprudência, arquitetura, etc. A técnica do operário, do pescador, do camponês vê-se desprezada por ter origem nas camadas desfavorecidas. (PINTO, 2013b, p. 770).

Com essa reflexão de Pinto (2013), retomamos o conceito de desenvolvimento sob um paradigma de enfrentamento ao modo capitalista de produção em seu interior. Portanto, partimos do princípio que os camponeses necessitam do desenvolvimento e criam desenvolvimento, embora muitas vezes não reconhecido.

Afirmar a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento pode ser a construção concomitante de uma casa de vidro, pois muitos teóricos latino-americanos comprometidos com as classes populares são críticos desse conceito. Escobar (2007, 2010a, 2010b) é um desses pensadores e infere que estamos nos utilizando do pensamento do colonizador. Todavia, concordamos com Katz (2016) quando este discorda dos elementos que Escobar (2007, 2010a, 2010b) apresenta:

[...] essa interpretação leva a apresentar o *status* objetivo do atraso latino-americano como um simples imaginário, difundido pelos poderosos e convalidado pelos subordinados. Esquece que o subdesenvolvimento não é uma crença, um mito ou um discurso, mas, sim, uma terrível realidade de fome, baixa escolaridade e pobreza. (KATZ, 2016, p. 265).

Dessa maneira, estamos integralmente de acordo com a necessidade de desenvolvimento para os povos que vivem nos países periféricos, a exemplo do Brasil.

Nas questões educacionais, o Brasil ainda não conseguiu erradicar o analfabetismo. De acordo com o IBGE (2019), no ano de 2018, havia 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais nessa condição. Ao mesmo tempo, pode-se notar o retorno do descaso nas questões educacionais. Segundo a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (2019) da Câmara dos Deputados, os cortes na educação brasileira nos anos 2014-2018 representam uma redução de 56% do que era investido nos anos anteriores. Não obstante, de acordo com o informativo do

Senado Federal (2020), o Ministério da Economia está propondo um corte de mais 4,2 bilhões de reais do orçamento da Educação para o ano de 2021.

A pobreza e sua relação direta com a fome é algo ainda distante de ser superado. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2020), no Brasil ainda passam fome diariamente cerca de 5,2 milhões de pessoas. Enquanto isso, de acordo com o Ministério da Saúde (2020), 19,8% da população brasileira está obesa, enquanto 57% estão acima do peso considerado normal. Esses fatores estão elevando anualmente os índices de doenças correlacionadas à alimentação.

Nos últimos anos, com a reforma trabalhista e a reforma da previdência, a precarização e a instabilidade tornaram-se parte do cotidiano dos trabalhadores. De acordo com os dados da OXFAM Brasil (2020), atualmente existem 40 milhões de brasileiros que estão desenvolvendo diferentes tipos de atividades na informalidade. Quanto ao desemprego, nestes tempos temerários da COVID-19, de acordo com o IBGE, o Brasil chegou ao número de 12,8 milhões de desempregados, com um dado interno muito grave, pois segundo essa mesma fonte, da penúltima semana de julho para a última semana do mesmo mês, ou seja, em um período de sete dias, houve um aumento de mais de 500 mil desempregados. Enquanto isso:

Seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente que um super-rico recebe em um único mês. Esse é o cenário atual do Brasil. Definitivamente, precisamos falar sobre as desigualdades. (OXFAM BRASIL, 2017).

As desigualdades também se encontram no campo, como podemos visualizar na Tabela 1 abaixo, que apresenta a estrutura fundiária brasileira atualizada.

Tabela 1 – Estrutura fundiária brasileira – 2018

Classes de área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
Menos de 1	165.410	81.807
1 a menos de 2	203.699	279.811
2 a menos de 5	973.066	3.270.369

5 a menos de 10	1.019.526	7.365.188
10 a menos de 25	1.624.744	26.314.281
25 a menos de 50	998.562	35.170.112
50 a menos de 100	719.393	49.983.165
100 a menos de 250	505.871	77.107.153
250 a menos de 500	190.564	67.218.293
500 a menos de 1.000	102.532	71.419.120
1.000 a menos de 2.000	52.095	71.646.028
2.000 a menos de 5.000	36.298	108.652.849
5.000 a menos de 10.000	7.592	54.399.720
10.000 a menos de 20.000	2.265	30.778.781
20.000 a menos de 50.000	1.047	30.588.758
50.000 a menos de 100.000	211	14.493.506
100.000 e mais	240	242.399.978
TOTAL	6.603.115	891.168.918
ÍNDICE DE GINI	0,873	

Fonte: Elaboração própria, com base em Relatório Dataluta Brasil (2019, p. 30). *Dados dos imóveis de propriedade particular e posse. As terras públicas foram excluídas.

Em uma breve leitura dessa Tabela, podemos constatar a questão agrária não resolvida no atual modelo de desenvolvimento. Enquanto 2.361.701 (35,7%) de imóveis ocupam áreas de até 10 ha cada um – o que equivale a 1,2% do total das áreas ocupadas –, os grandes imóveis com 5.000 ha ou mais, que correspondem a 11.355 (ou 0,17%) do total de imóveis ocupados, detêm 341.881.962 ha, ou seja, 38,4% da área total.

Portanto, o desenvolvimento no Brasil está ligado a uma questão agrária não resolvida (FERNANDES, 2013) entrelaçada a uma dependência da periferia em relação ao centro (MARINI, 2017). Todavia, se o modelo de desenvolvimento na periferia é para manter esses países dependentes dos centrais, o modelo de

desenvolvimento destes últimos também não serve em sua totalidade. Dessa maneira, é fundamental uma transição para um novo modelo de desenvolvimento. Acreditamos que as bases de uma nova via de desenvolvimento devem estar alicerçadas primeiramente à negação das afirmações liberais/neoliberais que consideram os homens, a natureza e o dinheiro mercadoria (POLANYI, 2012, 2016). A reabilitação dos seres humanos enquanto seres históricos protagonistas das transformações socioterritoriais, é essencial – e, da mesma maneira, o paradigma da natureza na qualidade de ser vivo, o qual é parte dos humanos e estes são parte dela. A rediscussão de uma nova moeda padrão, fiduciária, não controlada pelo mercado capitalista também deve ser pauta das discussões nas elaborações de um novo desenvolvimento, assim como Polanyi (2016) abordava esse caso.

Recuperando os pilares do território, a tecnologia (PINTO, 2013) deve ser criada para satisfazer um novo padrão de necessidades humanas, não relacionadas à mercadoria valor de troca (MARX, 2013), sincronicamente à recuperação dos biomas ameaçados pelo modo de produção capitalista. Dessa maneira, pensamos que a reforma agrária (FERNANDES, 2013; UMBELINO, 2007) e a reforma urbana (BANDUKI, 2018), ambas com uma nova redistribuição socioterritorial, são basilares em um processo de transição do atual modelo de desenvolvimento para o que estamos defendendo.

Com base nos parágrafos suprarreferidos, o desenvolvimento do qual tratamos e defendemos desde o pensamento geográfico se organiza a partir da contradição e da conflitualidade⁵ perante o modo de produção capitalista.

Diferente dos pensadores do Paradigma do Capitalismo Agrário que com suas visões/posições de mundo e ferramentas analíticas desconsideram as contradições e as conflitualidades, por meio do Paradigma da Questão Agrária pensamos que esses

⁵Fernandes (2004, p. 2) aborda em suas reflexões acerca do desenvolvimento territorial que a “[...] conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais [...]”, portanto, a partir dessa leitura, com a qual concordamos, a conflitualidade produz desenvolvimento.

elementos são o motor do desenvolvimento na sociedade capitalista, exteriorizando-se nas lutas por terra e demais políticas públicas.

O desenvolvimento territorial, por conseguinte, é traduzido através da práxis camponesa na agroecologia, Sistemas Camponeses de Produção, solidariedade, reciprocidade, coprodução, circuitos curtos de comercialização e mercados populares (PLOEG, 2013, 2016; GUSMÁN, 2019; PETERSEN; ARBENZ, 2018), sistema este movido por uma cooperação sistêmica emanada do poder popular camponês.

Por fim, um sistema de produção e distribuição de bens para satisfazer necessidades da vida social e natural deve ser emulado por meio da interação dos territórios espaços de governança, propriedades e espaço relacional fluxo (FERNANDES, 2013). Para tanto, pensamos que esse sistema tende a atingir animação através das lutas exitosas dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Assim, estamos falando de um desenvolvimento alternativo juntamente com o conceito tipológico de território; portanto, também, um novo “desenvolvimento territorial”.

3.2 Gênese do Plano Camponês

Conforme mencionamos, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) manifestou-se no caldeamento das políticas neoliberais, na segunda metade da década de 1990. A agricultura brasileira transitava por profundas transformações em decorrência da fase neoliberal do capitalismo, expressa nas resoluções do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), corolário das rodadas do Uruguai. Por meio desses tratados internacionais, os governos se comprometiam a diminuir os investimentos públicos e a abrir seus mercados para o livre mercado.

Para McMichael (2016, p. 14), “estratégias globais de corporações transnacionais suplantavam o comércio administrado da era pós-guerra de regulação nacional”. Na agricultura, significou redução extrema das políticas públicas, afetando toda a agricultura nacional. Ou seja, havia uma orientação para o afastamento do Estado nas decisões concernentes às políticas de desenvolvimento territorial, ficando a cargo do mercado as definições estratégicas. No “Acordo sobre a Agricultura”, essa orientação é explicitada:

Recordando además que 'el objetivo a largo plazo arriba mencionado consiste en prever reducciones progresivas sustanciales de la ayuda y la protección a la agricultura, que se efectúen de manera sostenida a lo largo de un período acordado, como resultado de las cuales se corrijan y prevengan las restricciones y distorsiones en los mercados agropecuarios mundiales'.
(ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO, 1993, p. 1).

A adesão do Brasil a esses tratados multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, conduziu o Estado Nacional à crise ao reduzir os investimentos e/ou subsídios em setores estratégicos, tais como a agricultura, indústria nacional e empresas estatais. Quando tratamos de investimentos e subsídios, Chang (2004) argumenta que os países desenvolvidos não cumprem tratados que onerem os seus projetos de desenvolvimento.

Os reflexos do desajuste econômico podem ser notados na Tabela 2. Com a abertura para as importações e a ausência do Estado na proteção e estímulo ao desenvolvimento da economia nacional, as importações cresceram na década de 1990, com destaque nos anos de 1995 e 1996, período em que a balança comercial tornou-se negativa, no instante em que as importações ultrapassaram as exportações.

Tabela 2 – Balanço de Pagamentos Brasileiro

Balanço de pagamentos Brasileiro – 1987/96 (US\$ Bilhões)										
Discriminação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Balança Comercial	11,2	19,2	16,1	10,8	10,6	15,2	13,3	10,5	-3,4	-5,5
Exportações	26,2	33,8	34,4	31,4	31,6	35,8	38,6	43,5	46,5	47,7
Importações	15,1	14,6	18,3	20,7	21,0	20,6	25,3	33,1	49,9	53,3
Serviços	-12,7	-15,1	-15,3	-15,4	-13,5	-11,3	-15,6	-14,7	-18,6	-21,7
Transferências Unilaterais	0,1	0,1	0,2	0,8	1,6	2,2	1,7	2,6	4,0	2,9
Transações correntes	-1,4	4,2	1,0	-3,8	-1,4	6,1	-0,6	-1,7	-18,0	-24,3
Capital	-0,7	3,6	-3,6	-4,7	-4,1	25,3	10,1	13,9	30,9	33
Var. de Reserva (=aumento)	-1,0	-1,2	-0,9	-0,5	0,4	-14,7	-8,7	-7,2	-12,9	-8,7

Fonte: Elaboração própria, com base em Cavalcanti e Ribeiro (2018, p. 4), dados do Banco Central do Brasil.

As relações comerciais desiguais e o desequilíbrio entre exportação e importação ocasionaram deficit nas contas públicas e crise nos setores produtivos, especialmente na agricultura camponesa. Os pequenos agricultores testemunhavam o desmonte do Estado brasileiro para a classe trabalhadora, em meio a uma crise de representatividade organizacional.

No período da ditadura civil-militar (1964-1985), a repressão foi imensa aos trabalhadores que exigiam terra, melhores condições de trabalho e democracia, estivessem esses nos campos ou nas cidades.

Com trabalho de base clandestino, os camponeses e os trabalhadores urbanos se organizaram na década de 1970, dando início a uma série de manifestações pelo país. As lutas pautando a reforma agrária, os direitos trabalhistas e a redemocratização impulsionaram a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 (GÖRGEN, 1998).

Os sindicatos de trabalhadores rurais, desgastados por seu método centralista distanciado das bases, foram disputados pelos agricultores identificados com a CUT, tornando-se uma das referências organizacionais do campesinato. Porém, a estrutura sindical não sofreu alterações profundas. Görgen (1998) destaca que:

O sindicalismo rural cutista, neste período, centrou seus esforços em dois campos: discutir e elaborar um projeto de Desenvolvimento Rural Alternativo para a Agricultura Familiar, baseado na agro-ecologia, na sustentabilidade econômica e ambiental e a disputar por dentro a estrutura oficial do sindicalismo rural brasileiro. No primeiro aspecto houve avanços incalculáveis e que hoje representam um enorme acúmulo na perspectiva de se construir uma nova agricultura de base familiar. No segundo aspecto, revelou-se um equívoco estratégico de graves proporções, constituindo-se o mais importante fator a provocar o imobilismo do sindicalismo rural até então combativo. (GÖRGEN, 1998, p. 11).

A preocupação para se manter e gerenciar a estrutura do sindicato foi afastando as lideranças sindicais da vida real e, concomitantemente, de suas bases. Essa realidade diagnosticada por parte das lideranças camponesas expressava a nova crise que o sindicalismo rural estava vivenciando na segunda metade da década de 1990 (MPA, 1998).

Görgen (1998) salienta que no momento de crise do movimento sindical, somada a uma prolongada estiagem no sul do país em 1995 e à avalanche das

políticas neoliberais colocadas em prática pelos governos federal e estadual, um grupo de sindicalistas descontentes com o rumo do sindicalismo rural iniciou articulações que ocasionariam mudanças no cenário agrário.

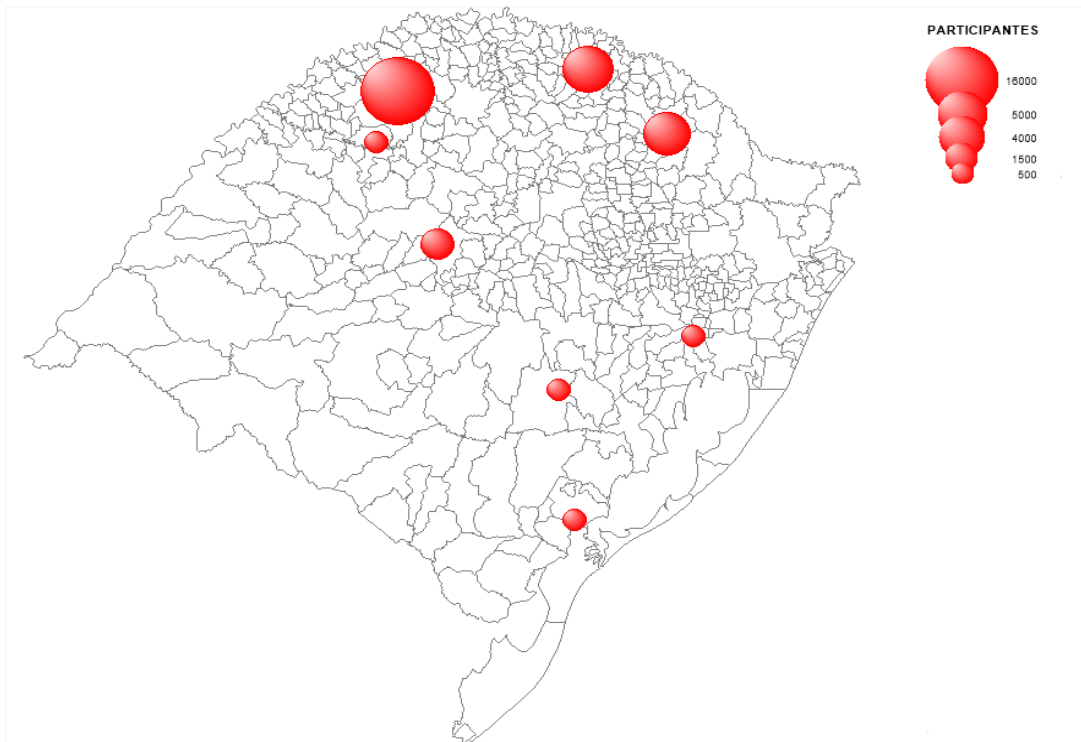
A decisão dos dirigentes de retornar às bases e dialogar com o povo sobre os problemas concretos do cotidiano foi o estopim que deflagrou as ações denominadas “mobilizações da seca”, entre janeiro e fevereiro de 1996, no estado do Rio Grande do Sul (MPA, 1998). Görden (1998) ressalta que, nos preparativos da mobilização, a grande maioria dos presidentes de sindicatos não acreditava que o povo iria para as ruas. A prova de que os sindicalistas estavam distantes das necessidades do povo foi que as lutas reuniram em torno de 30 mil camponeses em todas as regiões do estado (GÖRGEN, 1998), nos municípios de Sarandi, Erechim, Lagoa Vermelha, Santo Ângelo, Júlio de Castilhos, Pelotas, Encruzilhada do Sul e Porto Alegre.

Com o povo nas ruas, os líderes sindicais que não acreditavam mais na mobilização popular tentaram se tornar os representantes dos anseios populares nas negociações com os governos (GÖRGEN, 1998, 2017); todavia, foram deslegitimados pelas lideranças camponesas escolhidas pelos grupos de base.

O diálogo com o povo e a definição coletiva de pautas e estratégias criavam uma metodologia de lutas camponesas que se diferenciavam e se distanciavam do sindicalismo tradicional. As lutas da seca foram essenciais para essa nova conjuntura.

Na Figura seguinte, podemos observar a espacialização das manifestações que foram determinantes para o nascimento do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Figura 3 – Espacialização das manifestações da seca e nascimento do MPA: 1995 – 1996

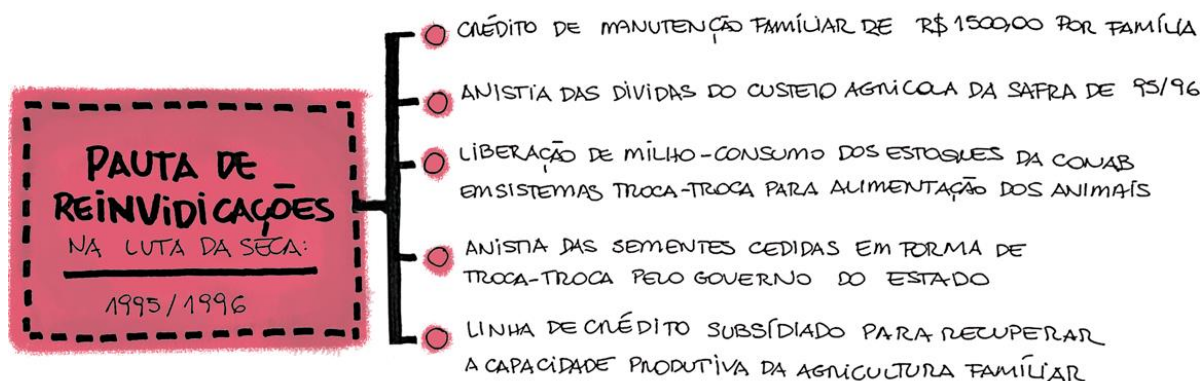


Fonte: Elaboração própria, com base em Görgen (1998).

As primeiras pautas de reivindicação do MPA foram direcionadas às políticas públicas de crédito para viabilizar a aquisição de insumos para plantio e, assim, alimentar as famílias e os animais (GÖRGEN, 1998). Estava em risco e em luta a condição de subsistir de uma classe e seus respectivos territórios.

Compreendemos que o Plano Camponês possui suas raízes nessa quadra histórica junto com o nascimento do Movimento dos Pequenos Agricultores. As lutas da seca de 1996 foram o prelúdio da demanda do campesinato por um projeto de desenvolvimento que não transitava pela lógica neoliberal.

Figura 4 – Organograma “Pauta de reivindicações na luta da seca: 1995/1996”

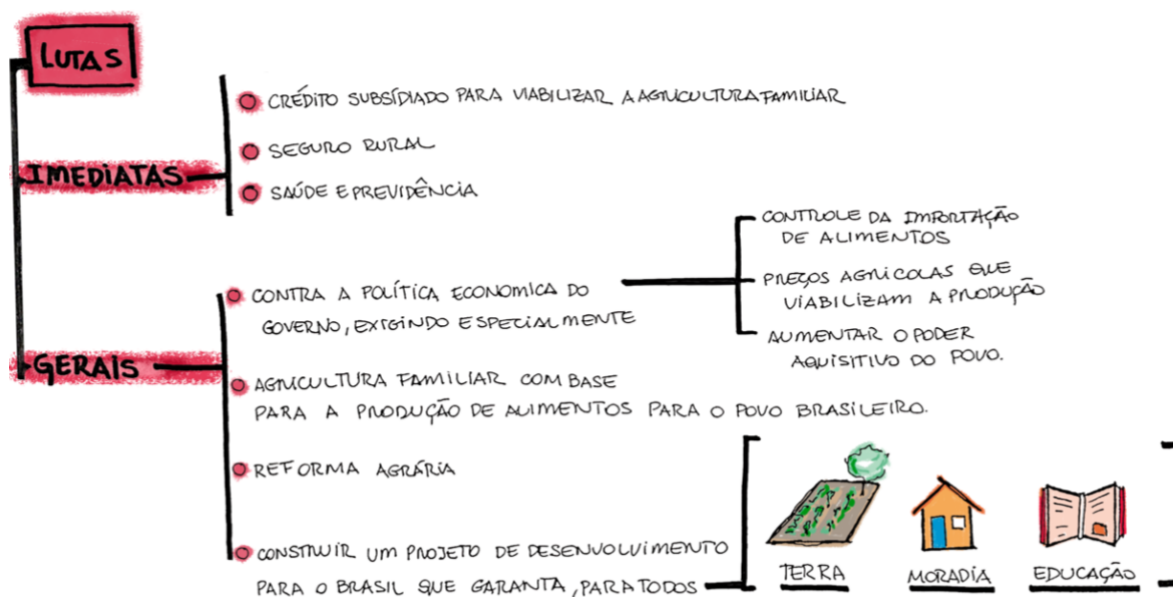


Fonte: Elaboração própria, com base em Görgen (1998, p. 21), representação por Rosin (2020).

Essas primeiras reivindicações indicavam o não contentamento com a política agrícola vigente. Mais do que isso, os sujeitos em luta desejavam não apenas condições para sobreviverem em seus territórios, mas também externavam, ao pleitearem créditos subsidiados, a intenção de superar as condições que os subordinavam e colocavam em risco a existência de seus territórios.

A gênese do Plano Camponês adquire novos elementos após a criação oficial do movimento socioterritorial MPA, no ano de 1997. Nesse encontro no mês de dezembro, realizado na capital federal, Görgen (1998) destaca que foi analisada a realidade agrária brasileira, assim como as grandes linhas de ação do campesinato organizado, para agir na tentativa de superar a conjuntura adversa. A geração de uma plataforma de lutas imediatas e de médio e longo prazo foram determinantes para a organização do MPA.

Figura 5 – Organograma “Lutas Imediatas e Lutas Gerais do MPA”



Fonte: Elaboração própria, com base em Górgen (1998, p. 64-65), representação por Rosin (2020).

O plano de lutas acima foi fundamental para os camponeses do MPA trilharem em direção à construção do Plano Camponês, que, em nossa opinião, é a expressão do projeto alternativo de desenvolvimento para o Brasil que o MPA começou a pensar em 1997.

Acreditamos que uma instituição engajada com o seu futuro necessita, em primeiro lugar, de um projeto estratégico com o potencial de ser um guia na interação dos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2017). Um país, um estado, um município, uma empresa, um movimento socioterritorial... todos carecem de um projeto estratégico. Compreendemos que os projetos de desenvolvimento territorial precisam de uma série de políticas públicas emancipatórias para se estruturarem. Nesse ponto de vista, se o projeto é uma construção dos camponeses, são eles quem deve elaborar e executar as políticas públicas, para que aumentem as possibilidades de êxito.

O Plano Camponês em elaboração pelo MPA, como salientado anteriormente, exterioriza propostas amplas e profundas no que tange às mudanças nas dinâmicas agrárias. Avaliamos que esse Plano vem se construindo desde as “mobilizações da seca”, as quais mencionamos anteriormente. Na nossa acepção, ancorada nas reflexões de Bartra (2011), Fernandes (2013), Ploeg (2013, 2016), McMichael (2016),

Görger (1998, 2017) e Silva (2016), esse Plano põe os povos tradicionais, originários e o campesinato, em seu conjunto, como os possíveis protagonistas de outro desenvolvimento territorial desde seus movimentos socioterritoriais. Essa tendência produz contradição ao modelo construído pela agricultura capitalista, expresso no agronegócio. É um projeto de desenvolvimento territorial, portanto, uma política pública emancipatória, construída de baixo para cima, com o potencial de desencadear outras políticas públicas emancipatórias. Essa elaboração teórico-prática, proposta pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (GÖRGER, 2017), apresenta um conjunto de alternativas perante o Regime Alimentar Corporativo.

O Regime Alimentar Corporativo faz parte das formulações de Philip McMichael, resultante das pesquisas em conjunto inicialmente com a geógrafa canadense Harriet Friedmann, então criadora do conceito Regimes Alimentares, debatido no artigo *Agriculture and The State System* (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). Neste trabalho eles inferem que:

Organizamos nosso argumento em torno do conceito de regime alimentar, que liga as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a formas de acumulação que distinguem períodos de transformação capitalista amplamente desde 1870 (Aglietta, 1979). Permite-nos caracterizar o capitalismo do final do século XIX como uma forma extensa de construir relações de produção capitalistas através do crescimento quantitativo do trabalho assalariado; e o capitalismo de meados do século XX, como forma intensiva de reconstrução das relações de consumo como parte do processo de acumulação de capital – com consequências particulares para a produção agrícola. No primeiro regime alimentar, as exportações agrícolas produzidas pelo trabalho familiar sustentaram o desenvolvimento da relação salarial e o consequente crescimento dos mercados de alimentos. Assim, a agricultura de colonos foi uma peça política e econômica da formação dos estados-nação metropolitanos. No segundo regime alimentar, esse relacionamento foi estendido ao mundo pós-colonial. Ao mesmo tempo, no entanto, as agricultura metropolitanas estavam passando por reconstrução e integração internacional. Assim como a indústria automobilística, novas indústrias de alimentos duráveis e de carne intensiva tornaram-se importantes para a acumulação; cada uma era central na reestruturação social e transnacional da agricultura como fornecedora de insumos. Como componente da dinâmica político-econômica global, cada regime alimentar incorporou dois movimentos opostos – no primeiro, culminar a organização colonial de regiões pré-capitalistas e a ascensão do sistema de nação-estado; no segundo, a conclusão do sistema estadual por descolonização e seu enfraquecimento simultâneo pela reestruturação transnacional dos setores agrícolas pelos capitais agroalimentares. (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989, p. 95, tradução nossa).

Portanto, esta leitura leva uma compreensão da organização dos regimes alimentares, desde o ordenamento de uma produção e consumo internacional, com diferentes processos de acumulação. Para McMichael (2016, p. 15), “o projeto de

regime alimentar surgiu como uma iniciativa metodológica para especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar”. Dessa forma, o autor realiza uma abordagem através das grandes transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, compreendendo, assim, a existência de três regimes alimentares: regime alimentar imperial, regime alimentar intensivo e regime alimentar corporativo.

A distinção entre os dois primeiros regimes alimentares está no papel de instrumentalização do alimento para assegurar a hegemonia global – no primeiro, o projeto britânico *Workshop of The World* conectava a riqueza de um capitalismo industrial emergente com zonas de abastecimento de alimentação barata em expansão pelo mundo; no segundo, os Estados Unidos lançaram mão de ajuda alimentar para criar alianças, mercados e oportunidades para seu modelo agroindustrial intensivo; a hegemonia do mercado define o terceiro regime alimentar e seu papel em um amplo projeto neoliberal dedicado a assegurar rotas transnacionais de capital e commodities (incluindo alimentos) – transformando pequenos agricultores em uma força de trabalho global informal em prol do capital. (MCMICHAEL, 2016, p. 15-16).

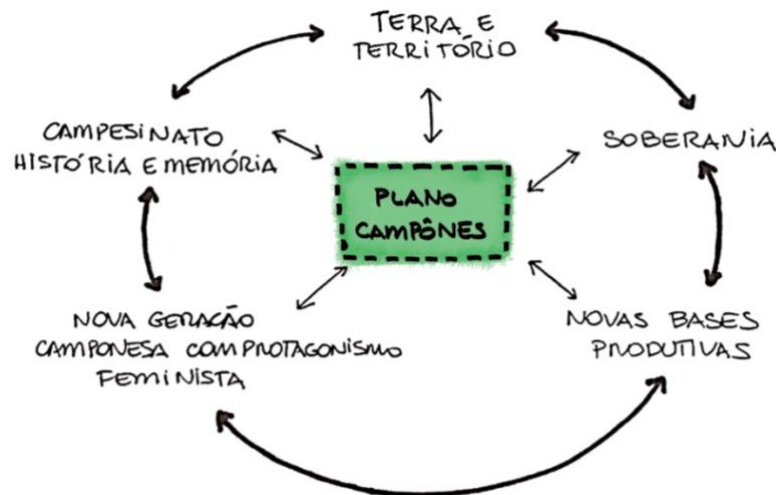
As alternativas que o MPA está construindo e propondo consistem na elaboração de novos formatos produtivos e relações sociais de produção e cooperação não capitalistas. Essa práxis emerge como expressão de um caminho inovador para pensar e realizar o desenvolvimento territorial a partir dos camponeses. Porém, é uma via que não está dada, pelo motivo de o território não ser uno e estático.

Os camponeses organizados no MPA disputam as diversas escalas e dimensões do território para construir o Plano Camponês. Movimentações nas propriedades, comunidades, regiões, estados e país ilustram essa dinâmica multiescalar, ligada umbilicalmente à multidimensionalidade, expressa nos atos de se organizar e produzir, bem como na escolha dos representantes políticos que irão atuar nas estruturas estatais. As ações desses sujeitos são mediadas por uma constante conflitualidade (FERNANDES, 2013), pois o agronegócio atua com o objetivo de se apossar e subordinar o maior número de territórios possíveis, inclusive os do campesinato. A atuação dessas classes sociais no primeiro e segundo territórios acirra as conflitualidades socioterritoriais por seus interesses encontrarem-se heterogêneos e antagônicos.

Debatendo as ideias de desenvolvimento territorial em construção pelo MPA no Plano Camponês, inferimos que os elos ativadores desse paradigma são: Campesinato, História e Memória; Terra e Território; Novas Bases Produtivas;

Soberania e Nova Geração Camponesa com Protagonismo Feminista (SILVA *et al.*, 2019).

Figura 6 – Organograma “Estrutura do Plano Camponês”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

Esses elementos assestam um caminho alternativo de desenvolvimento, tornando-se territórios de luta por autonomia (FERNANDES, 2013; PLOEG, 2013). Segundo Ploeg (2018):

A luta por autonomia resultante dessa condição tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogestionada, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivo etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também do ponto de vista simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2018, p. 19).

A autonomia dos movimentos socioterritoriais camponeses estende suas plataformas de reivindicação e, ao mesmo tempo, a complexidade, o tensionamento e a globalização dos enfrentamentos.

Com a permanente elaboração do Plano Camponês, o campesinato reafirma a busca da emancipação. Ademais, está edificando um projeto de desenvolvimento para a realização de suas iniciativas. Silva (2017, p. 337) ressalta que o Plano “é a

estratégia capaz de levar o campesinato a cumprir papel fundamental nas transformações democrática e popular da sociedade brasileira”.

Na seção a seguir, abordaremos os elos do Plano Camponês e a substancialidade momentânea de cada elemento enquanto partes de um todo, em reflexão e elaboração constantes.

3.3 Campesinato, História e Memória

Inicialmente, queremos destacar as obras “O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil”, produzida pelo engenheiro agrônomo Horácio Martins de Carvalho, e a coletânea “História social do campesinato”, organizada por Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Márcia Motta, Paulo Zarth, Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin, Delma Pessanha Neves, Maria Aparecida de Moraes Silva e Maria Ignez Paulilo. As obras, bem como seus organizadores, juntamente com as aspirações e inspirações dos camponeses da base do MPA, marcaram o preâmbulo da elaboração oficial do assim chamado Plano Camponês. Essa aproximação e parceria entre intelectuais orgânicos do MPA e intelectuais acadêmicos proporcionou um pensamento multidimensional acerca da história do campesinato brasileiro, sua formação e suas lutas. A criação desse arcabouço teórico-prático foi a lanterna para o início da construção de um plano que objetiva superar o presente projetado pelo sistema capitalista.

Dessa forma, desde o Paradigma da Questão Agrária, Silva *et al.* (2019) pensam que a história e a memória camponesa tornam-se imprescindíveis para recuperar e reafirmar em uma nova síntese a identidade do campesinato brasileiro. Uma história de lutas e modos de fazer agricultura que sofreu diversas tentativas de ocultamento pelas classes dominantes. Consideramos que somente num quadro de compreensão da história a partir da luta de classes é possível colocar os camponeses e camponesas como sujeitos da história que ainda não existiu. Se a história tivesse findado, não haveria mais luta de classes, ausentando-se a demanda do Plano Camponês e de outra sociabilidade no campo. Sob essa perspectiva, a memória cumpre um papel fundamental ao conceber a história conectada ao passado, presente e futuro, onde não há rupturas. Contudo, necessita de rupturas com a ordem vigente.

Talvez seja precisamente quando o camponês não pode mais confiar em seu contexto institucional habitual para reduzir seus riscos, e quando as instituições alternativas afiguram-se, ou por demais caóticas ou restritivas demais para garantir a viabilidade de um envolvimento em novos modos de vida, que as tensões psicológicas, econômicas, sociais e políticas se avolumam e desembocam na rebelião camponesa e no envolvimento revolucionário. (WOLF, 1984, p. 16).

À vista disso, a introspecção que fomenta a memória camponesa, através da cultura, da comunicação e dos símbolos, tende a atingir o bloqueio da alienação cimentada pela história de repressão que esses sujeitos sofreram ao longo do tempo. Abrindo-se uma fenda nesse concreto, é possível que nesses seres sociais germine o revigoramento da identidade de classes junto ao reencontro com troncos etnoformadores, atijando faíscas na memória que carregam suas lutas e rebeldias que o fizeram *sui generis*.

3.4 Terra e Território

Interpretamos que a terra também é território, embora nem todo território seja apenas terra. Essa leitura, Fernandes (2013) aprofunda no debate sobre a tipologia dos territórios, o qual abordamos nos subcapítulos “Do espaço ao território” e “Do território ao movimento”. Nessa linha de análise, a antropóloga canadense Tania Murray Li desenvolve reflexões a respeito da terra e do território que vêm ao encontro do que Fernandes (2013) e o coletivo de pensamento do paradigma da questão agrária já estão construindo desde os anos de 1990. A pesquisadora infere que a terra pode ser vista de diferentes maneiras, pelos diferentes sujeitos que se relacionam e a manejam:

Três pontos são importantes aqui. Primeiro, o que é terra para um agricultor não é a mesma coisa que para um coletor de impostos. A terra pode ser uma fonte de alimento, um local de trabalho, uma mercadoria alienável ou um objeto de tributação. Seus usos e significados não são estáveis e podem ser contestados. Segundo, sua materialidade, a forma do recurso, é importante. A terra não é como uma esteira. Você não pode enrolá-lo e tirá-lo. Possui presença e localização. Possui um conjunto especialmente rico e diversificado de ‘recursos’ - usos e valores que nos oferece, incluindo a capacidade de sustentar a vida humana. Terceiro, os dispositivos de inscrição - o machado, a pá, o arado, a escritura, o imposto, mapas, gráficos, imagens de satélite, sepulturas ancestrais, mangueiras - fazem mais do que simplesmente registrar a presença da terra como um recurso; essencial para montá-lo como um recurso para diferentes atores. (LI, 2014, tradução nossa).

Portanto, a terra que significa um território de vida para o camponês produzir e reproduzir sua existência em cooperação com os seus pares e em coprodução com a natureza não detém o mesmo sentido para um neoliberal, que espera da terra a valorização e multiplicação de seu capital.

Com objetivos díspares em relação à terra, capitalistas e não capitalistas disputam esse território onde está a terra, mas que vai para além da terra, pois com o controle material e imaterial do território se torna possível dar as respectivas significações. Desse modo, retomamos o pensamento de Fernandes (2013) em relação aos territórios materiais e imateriais e a relação destes com o controle ou não da terra e do território.

Consequentemente, as perspectivas explanadas acima corroboram a identificação dos movimentos em relação às conflitualidades pelo controle territorial e, de maneira semelhante, sua frequência. À vista disso, e levando em conta a multiescalaridade e a multidimensionalidade territorial, destacamos no organograma abaixo quatro elementos, os quais acreditamos que são as partes formadoras do todo no eixo Terra e Território do Plano Camponês.

Figura 7 – Organograma “Terra e Território”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

Nesse organograma, a terra e o território se expressam através de ideias que transitam do imaterial ao material e deste último ao imaterial. São essas partes que animizam o conceito, possibilitando a sua identificação, transformação e ressignificação perante a realidade.

A seguir, aludiremos cada item com a intencionalidade de superar a aparência da significação, a partir das reflexões que vêm ocorrendo na elaboração do Plano Camponês e em iniciativas semelhantes abordadas por pesquisadores do paradigma da questão agrária.

3.4.1 Reforma Agrária

As lutas e a realização da reforma agrária mantêm-se atuais diante da história agrária brasileira e da permanente concentração fundiária pelos agentes da agricultura capitalista, fundando uma questão agrária neoliberal (FERNANDES *et al.*, 2017). Esta, personificada juntamente com os fundos soberanos de petróleo, fundos privados e fundos de pensão globais, peregrina no planeta Terra em busca de riquezas naturais para dar materialidade aos seus capitais fictícios e obter renda capitalizada da terra (MARX, 1986; FERNANDES, 2019).

Diante dos fatos expostos precedentemente, é possível conjecturar, no atual cenário agrário e econômico do Brasil, um aumento das conflitualidades no campo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no seu último relatório dos “Conflitos no campo do Brasil” publicado em abril de 2019, traz os dados que validam nossa hipótese:

Os conflitos no campo (terra, água, trabalho, em tempos de seca, garimpo, sindicais e violências contra a pessoa – assassinatos, ameaças, agressões, prisões etc.) aumentaram em 4% em relação a 2017, passando de 1.431 para 1.489. Destes, 1.124 foram por terra. Perto de um milhão de pessoas foram envolvidas no total dos conflitos, 36% a mais que em 2017, 51,6% na região Norte. Aí também a concentração de terras em conflito: 92% do total em 2018. Outros índices alarmantes confirmaram a Amazônia como foco principal. A extensão de terras em conflito vem aumentando exponencialmente desde 2015 (foram 8.1 milhões de hectares em 2014), passando de 21,3 milhões de hectares para 23,6 milhões em 2016, 37,0 milhões em 2017 e 39,4 milhões em 2018, o que significa 4,6% do território nacional em disputa. (CPT, 2019, p. 10-11).

Essa conflitualidade maturada no campo, a qual fere e mata camponeses, subordina-os, desterritorializa-os e não sinaliza horizonte para findar. Estão em disputa a existência dos camponeses e da biodiversidade *versus* a busca de maior lucro pelos capitalistas. A voracidade do agronegócio vem atacando os diversos territórios, ressignificando-os como objetos ausentes de vida, o que pode ser evidenciado com a rápida aprovação de 239 novos agrotóxicos – muitos proibidos na

União Europeia, devido aos impactos que provocam na saúde humana e da terra – nos primeiros seis meses de 2019 (JORNAL NACIONAL, 2019).

Nesta encruzilhada, a reforma agrária passa a ser mais do que a luta pela democratização do acesso à terra. Diante dos projetos de desenvolvimento territorial em construção e disputa, a reforma agrária vislumbrada no Plano Camponês torna-se sinônimo de luta pela vida em sua plenitude. Isso perpassa pelo cuidado com os biomas, pelo alimento saudável produzido agroecologicamente, pela vida dos animais, dos rios, pelo preço justo dos alimentos, pelo campo e pela cidade enquanto territórios indissociáveis em defesa de uma sociabilidade não predatória.

3.4.2 Cultura

A cultura camponesa se expressa nas diversas manifestações dos camponeses junto aos seus territórios. Essas exteriorizações atingem os campos materiais e imateriais do território, passando pela espiritualidade, pela religiosidade, pelas festas e manifestações artísticas, lutas, reciprocidade, coprodução e solidariedade. Ploeg (2013, p. 69), sobre o apartamento do campesinato em relação à cultura capitalista, transcorre:

O distanciamento tem sido descrito na prática de várias formas e institucionalizado em rotinas adquiridas e em uma variedade de repertórios culturais que evidenciam as virtudes da autonomia, da liberdade, do trabalho e do progresso, o qual é alcançado através da coprodução entre o homem e a natureza. (PLOEG, 2013, p. 69).

Esse distanciamento do *modus operandi* capitalista é, a priori, o afastamento do camponês da cultura capitalista. A sua relação com a natureza e a sociabilidade cooperada reconstrói os vínculos com o tempo, espaço e território. Porém, a ideologia egoísta e individualista do modo de produção capitalista tem agido para ocultar e destruir esse território camponês. É perceptível desde a conversão da terra, enquanto um princípio do comum (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017), em mercadoria especial a serviço da acumulação capitalista, até questões mais subjetivas, expressas nas letras musicais do ritmo sertanejo universitário e nos comerciais dos meios de comunicação com enunciados que enaltecem o jeito de ser e produzir do agronegócio:

Agro é tech.

Porque tudo que vem do campo é feito com tecnologia, que não para de avançar.

Ela ajuda a aumentar a produção e melhorar a qualidade.

Agro é pop.

Porque está no dia a dia, nas indústrias, no comércio, na vida das pessoas.

Porque gera emprego, aumenta a confiança dos investidores e garante bons resultados na exportação.

É o sustento de famílias e a riqueza do Brasil.

Agro é tudo.

Tudo o que está a nossa volta.

Na culinária, na roupa, calçados, nos cosméticos, remédios e objetos.

Agro é essencial.

Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo.

Tá na Globo. (AGRO..., 2019).

O enfrentamento à cultura dominante, através do Plano Camponês, é efetivado nas festas das sementes crioulas que o MPA organiza com a Via Campesina em territórios das regiões Sul, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. Nessas festas, além da exposição e consequente comercialização e trocas das sementes e alimentos cultivados e elaborados pelos camponeses, há momentos de cantoria, declamação de poesia, trova, dança, teatro e mística que dialogam com a produção, as lutas e os lutadores do povo.

3.4.3 Comunicação

O ser social tem sua origem nas mediações com o ser inorgânico e biológico, dos quais também é parte, porém, o que o constitui enquanto ser social e o diferencia dos demais seres é o trabalho, a sociabilidade e a linguagem (LUKÁCS, 2012, 2013).

A linguagem na transmissão e produção de conhecimento possui enorme relevância. Por meio de diferentes expressões da linguagem, os seres humanos se comunicam com intencionalidades que vão desde conhecer uma partitura de Heitor Villa-Lobos até as diferenças contidas nos genes da semente de milho crioulo e do milho transgênico.

No século XX e neste início de século XXI, os meios de comunicação, escritos e falados, cumprem um papel estratégico na disseminação de informações e conhecimentos que são produzidos cotidianamente. O rádio, a televisão, a internet,

os jornais impressos e os sistemas de correios interligados transformaram as variáveis do tempo, do espaço e do território. Dessa forma, a comunicação tornou-se um dos elos fundamentais nas transformações territoriais. Santos (2017), ao abordar o meio técnico-científico-informacional⁶, já constata as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade sob a influência das aceleradas alterações tecnológicas, científicas e informacionais.

A mercadoria, ao ser produzida, já nasce com as informações necessárias à sua realização (SANTOS, 2017). Da mesma forma, parte das notícias afloram falsas, não na aparência, porém revestidas de neutralidade com a intencionalidade de manipular. Dessarte, a comunicação converte-se em devota do ilusionismo das circunstâncias da realidade. Mediante as redes sociais conectadas à internet, esse sistema de comunicação destitui e elege governantes pelo mundo. De acordo com Korybko (2018):

As mídias sociais e tecnologias afins substituirão as munições de precisão guiadas como armas de 'ataque cirúrgico' da parte agressora, e as salas de bate-papo online e páginas no Facebook se tornarão o novo 'covil dos militantes'. Em vez de confrontar diretamente os alvos em seu próprio território, conflitos por procuração serão promovidos na vizinhança dos alvos para desestabilizar sua periferia. As tradicionais ocupações militares podem dar lugar a golpes e operações indiretas para troca de regime, que têm um melhor custo-benefício e são menos sensíveis do ponto de vista político. (KORYBKO, 2018, p. 14)

À vista disso, o domínio e a conflitualidade nesse território tornam-se não menos importante para os camponeses criarem e fortificarem os seus territórios controlados e em disputa. Isso passa pelo processo de comercialização dos alimentos agroecológicos por aplicativos, pela tendência da previsão do tempo em sites especializados e até pela transmissão de notícias de interesse do movimento socioterritorial.

⁶Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica. Nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, elas já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico científico-informacional. (SANTOS, 2017, p. 238).

Sendo assim, as novas tecnologias inseridas na comunicação estão potencializando a alteração dos territórios e suas paisagens em uma velocidade descomunal. Esses territórios imateriais e materiais estão territorializando e desterritorializando ideologias e povos em um tempo próximo ao simultâneo.

3.4.4 Educação

Com o potencial de influenciar o ordenamento dos territórios camponeses e capitalistas, de libertar e aprisionar, a educação comprometida com diferentes paradigmas é alvo de disputa pelas classes sociais e seus projetos de desenvolvimento nas diversas escalas e dimensões do território. Desse modo, as disputas vão desde as escolas do campo até as universidades, do livro didático ao projeto político pedagógico, do aluno ao reitor, da merenda escolar à quantidade de verbas liberadas, adicionadas ou cortadas no município, estado e país.

A construção de uma sociabilidade humana comprometida com o desenvolvimento territorial alicerçado na solidariedade, reciprocidade, coprodução e agroecologia⁷ passa por uma nova mentalidade holística de classes, produzida nas várias dimensões do território, portanto, também em instituições de ensino com propósitos emancipadores.

Todavia, no que tange à orientação da educação brasileira, esta é detentora de fortes traços conservadores, pelo motivo de as classes dominantes imperarem o primeiro território desde quando o Estado estava sob tutela e gestão da coroa portuguesa. Nos estudos agrários essa realidade se mantém, pois o território foi

⁷Concebemos a agroecologia como um território fundamental para uma nova via de desenvolvimento, não alicerçada na produção de mercadorias capitalistas. Nossa compreensão conceitual de agroecologia está de acordo com a perspectiva de Guzmán ([20--], p. 1), o qual infere que *“la agroecología puede ser definida como el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria. Y ello mediante propuestas participativas, desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el neoliberalismo actual. Su estrategia tiene una naturaleza sistémica, al considerar la finca, la organización comunitaria, y el resto de los marcos de relación de las sociedades rurales articulados en torno a la dimensión local, donde se encuentran los sistemas de conocimiento (local, campesino y/o indígena) portadores del potencial endógeno que permite potenciar la biodiversidad ecológica y sociocultural”*. Dessa forma, a agroecologia também está com um pé na resistência e outro na superação da agricultura capitalista, quando é parte e vivenciada nos projetos dos movimentos socioterritoriais camponeses. Portanto, é um conceito vivo anticapitalista, que está em disputa e concomitantemente disputa territórios.

escolhido para ser fornecedor de matérias-primas e commodities para a metrópole, prosseguindo após a independência. Dessa forma, possui fortes laços de comprometimento com a agricultura capitalista e suas representações.

As universidades e escolas técnicas, por serem frações do território sob forte orientação capitalista, com raras exceções debatem a questão agrária e a eventualidade de caminhos alternativos ao agronegócio.

O MPA pensa que a educação e as políticas educacionais são mais uma dimensão do território que está em constante disputa. Para provocar fissuras na estrutura educacional hegemônica, reivindica que:

É necessário uma política de educação que valorize a cultura camponesa, sua identidade e sua importância para o desenvolvimento do Brasil. Uma educação que fortaleça a relação entre o camponês e a terra, que tenha currículos específicos voltados à realidade e à cultura camponesa, em vista de construir um novo paradigma científico e uma nova matriz tecnológica (agroecologia), um novo modelo agrícola. (SILVA *et al.*, 2019, p. 21).

Essa educação, aludindo a Mészáros (2005), deve ser pensada “para além do capital” no capital, e permanecer no roll das disputas territoriais, pois tem o potencial de elevar a consciência e a criatividade camponesa, afirmando-a como sujeito histórico para reivindicar o que é melhor para o seu território.

3.4.5 Infraestrutura, serviços e políticas públicas

Na seção “O campesinato em movimento”, debatemos alguns elementos referentes às políticas públicas e sua relação com os que as elaboram e ocupam as várias escalas das estruturas do Estado.

Assim como Costa Neto e Fernandes (2017), entendemos que as políticas públicas podem ser de subordinação ou emancipatórias. Abordando a conceitualização no que diz respeito a quem elabora a política pública, compreendemos que não apenas o agente que está nas estruturas do Estado elabora políticas públicas, mas também os sujeitos que estão no segundo território, e que estas podem se transformar em novas políticas públicas de Estado.

Discutimos anteriormente, na seção citada neste item, que os sujeitos que estão no primeiro território provêm do segundo território, assim, constituem uma classe. Portanto, a infraestrutura e os serviços prestados pelo Estado acolhem,

geralmente, as demandas da classe que estão sob seu controle. Se a afirmativa que o campesinato e seus aliados por raros momentos tiveram sua voz escutada e, menos ainda, acolhida pelo Estado, as políticas de infraestrutura e serviços estiveram quase em sua totalidade servindo e estruturando os territórios das classes dominantes para impulsionar os seus projetos de desenvolvimento territorial.

Dessa maneira, tendo ciência que o campo deve passar por grandes metamorfoses para se tornar um território aprazível de se viver a partir de uma perspectiva do campesinato, estamos pensando na imprescindibilidade da construção de políticas públicas emancipatórias (FERNANDES, 2013) pelos camponeses, desde suas comunidades até as estruturas do Estado; pois a finalidade de melhorar e ampliar a infraestrutura e os serviços no campo em territórios com a presença ou controle do campesinato não é de interesse do agronegócio, a menos que sejam territórios onde a subordinação camponesa predomine.

O MPA defende que, para uma maior autonomia e qualidade de vida do campesinato, é fundamental “a luta por estradas, energia elétrica, saneamento, saúde, educação, entre outros; a qual aparece num primeiro momento como uma luta local, contudo, está diretamente vinculada com um projeto de ocupação do espaço” (SILVA *et al.*, 2019, p. 21). Essas lutas locais adquirem dimensões e escalas nacionais por estarem atreladas a questões estruturais do desenvolvimento nacional e interligadas às concepções do Plano Camponês no que se refere a cada elemento reivindicado.

A tendência é que a paisagem dos territórios camponeses vá ganhando novos contornos e refletindo as ideias do Plano Camponês à medida que as políticas públicas elaboradas pelo Movimento, conquistadas e/ou elaboradas no Estado, também reflitam as propostas contidas nesse projeto de desenvolvimento territorial.

3.4.6 Ocupação popular do território e projeto demográfico

Entre os aspectos comuns nos regimes alimentares imperial, intensivo e corporativo (MCMICHAEL, 2016), estão a predominância da produção de alimento-mercadoria e a sua comercialização por meio de circuitos longos, os quais favorecem a atuação das grandes indústrias alimentícias, assim como as grandes redes de supermercados em áreas urbanas transformadas em megalópoles. Nesse sistema, predomina a prática de monocultivos com uso intenso de agrotóxicos e insumos de

origem petroquímica. Esse complexo está criando hiatos entre produção e biomas locais e entre produtores e consumidores.

No Brasil, juntamente com as características já existentes nos regimes alimentares, incorpora-se a produção em grandes extensões de terra. As raízes desse arranjo territorial demasiado concentrador descendem das capitanias hereditárias do século XVI, das sesmarias nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, e singularmente da Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850, a qual tornou a terra propriedade privada, podendo ser adquirida apenas por meio de pagamento à vista ao Estado (SILVA, 1996).

A propriedade da terra sob o controle de poucas famílias – questão muito bem investigada por Martins (2017, 1981), Prado Junior (1979), Gorender (2010), entre outros – manifesta uma reformulação profunda que se inicia na modernização conservadora nas décadas de 1960, 1970 e 1980 (DELGADO, 1985, 2012), culminando em sua transformação em agronegócio no final de 1990. A reformulação do caráter da grande propriedade no Brasil traçou um caminho que evitou a reforma agrária, no entanto, para a efetivação desse projeto, mudou-se o modo de produzir com a chegada dos pacotes tecnológicos na revolução verde. Assim, pouco a pouco, o proprietário latifundiário foi se transformando em empresário rural, ligando-se ao setor industrial e financeiro, nacional ou internacional, mídia e Estado. Essas mudanças fizeram com que a posse da terra não ficasse apenas sob o controle de pessoas físicas; agora, também de empresas as quais:

Controlam do plantio à comercialização. SLC Agrícola (404 mil hectares), Grupo Golin/Tiba Agro (300 mil ha), Amaggi (252 mil ha), BrasilAgro (177 mil ha), Adecoagro (164 mil ha), Terra Santa (ex-Vanguarda Agro, 156 mil ha), Grupo Bom Futuro (102 mil ha) e Odebrecht Agroindustrial (48 mil ha) são algumas das empresas que exploram o mercado de terras, tanto para produção de commodities quanto para especulação financeira. (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018, p. 15).

Esses grupos formam o agronegócio em seus complexos de sistemas e complexos em rede (FERNANDES, 2017) e expressam os impérios alimentares (PLOEG, 2013) no regime alimentar corporativo.

Pensamos que a alteração dessa dinâmica perpassa pelas disputas territoriais concomitantemente à elaboração de um projeto demográfico que redesenhe a ocupação popular do território, dessa forma:

O Plano Camponês coloca a reforma agrária não apenas como um mecanismo de reorganização da distribuição da propriedade da terra, mas como uma das bases para solução dos problemas sociais, econômicos e ecológicos de nossa época. Propõe-se uma reorganização da população no espaço geográfico, capaz de resolver a falha metabólica entre campo e cidade e gerar uma nova sociabilidade para o conjunto da população. A criação de um novo sistema campo-cidade que permita atender às exigências de replanejamento do sistema produção-distribuição-consumo, de tal forma que sejam socialmente regulados e ecologicamente sustentáveis. (SILVA *et al.*, 2019, p. 52-53).

Por meio desse reordenamento socioterritorial associado a políticas públicas emancipatórias, o sistema campo-cidade, proposto pelo MPA, visa reaproximar produtores a consumidores em novos regimes de produção e circulação de alimentos, estabelecidos por meio de circuitos curtos de comercialização. Esse sistema busca favorecer as práticas de cooperação e ecológicas, em consonância com a realidade de cada bioma.

3.5 Soberania

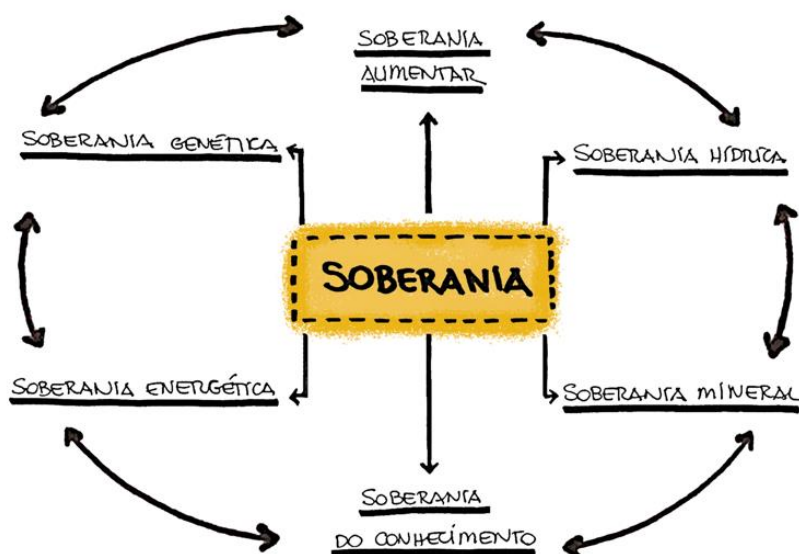
A soberania tem o sentido de poder territorial, contendo as dimensões política, econômica, ambiental, cultural, social e em última instância associado sempre à correlação de forças, de modo que a soberania nunca é plena e sempre está sendo disputada. Para o campesinato, soberania estaria próxima do que Dardot e Laval (2016, 2017) concebem enquanto o “princípio do comum”⁸. Consequentemente, a soberania está intimamente relacionada à questão do poder⁹, pois o capital e suas expressões atuam para transformar o que se entende por princípio do comum em

⁸Compreendemos a ideia do “princípio do comum” a partir das reflexões de Dardot e Laval (2016, 2017) nos livros “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” e “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI”. Em relação à primeira obra, no prefácio à edição brasileira, os autores inferem que o “princípio do comum” que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das práticas faz prevalecer o uso comum sobre a propriedade privada exclusiva, o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a coatividade indissociável da codecisão – não há obrigação política sem participação.

⁹Estamos compreendendo que o “poder” está presente nas relações entre os animais e nas relações sociais. Podemos encontrá-lo, portanto, em todas as disputas territoriais nas diversas escalas e dimensões do território. Para Rafestin (1993, p. 52), o poder, nome comum, esconde-se atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior, conforme sua presença esteja em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para se infiltrar até o coração do homem.

mercadoria. As ações empreendidas pelos camponeses resultam em conflitualidades constantes por territórios materiais e imateriais. As consequências dessas conflitualidades determinam os avanços ou retrocessos do campesinato na busca incessante por soberania. No Plano Camponês, destacam-se as seguintes soberanias:

Figura 8 – Organograma “Soberania”



Fonte: Elaboração própria, com base em Silva *et al.* (2019), representação por Rosin (2020).

3.5.1 Soberania do conhecimento

Procedendo nossa reflexão por uma perspectiva dialética, a soberania do conhecimento é um território imaterial e, simultaneamente, material da soberania, pois o conhecimento é a síntese da ideia vivida, da ideia pensada criadora e da ideia materializada no território.

Toda atividade do homem que tem como resultado a criação de novas imagens ou ações, e não a reprodução de impressões ou ações anteriores da sua experiência, pertence a esse segundo gênero de comportamento criador ou combinatório. O cérebro não é apenas o órgão que conserva e reproduz experiência anterior, mas o que combina e reelabora, de forma criadora, elementos da experiência anterior, erigindo novas situações e novo comportamento. Se a atividade do homem se restringisse à mera reprodução do velho, ele seria um ser voltado somente para o passado, adaptando-se ao futuro apenas na medida em que este reproduzisse aquele. É exatamente a atividade criadora que faz do homem um ser que se volta para o futuro, erigindo-o e modificando o seu presente. (VIGOTSKI, 2018, p. 16-17).

O instrumento decorrente do mister criador retorna modificando o indivíduo e consequentemente o território, no tempo presente e no futuro. Através desses ciclos, são consubstanciados os conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos. Estes, por serem corolários das gerações, pensamos que são patrimônios materiais e imateriais da humanidade que deveriam estar à disposição e ao acesso de todos. No entanto, parafraseando Hobsbawm (2012), a “era do capital”, ao agir para transformar tudo em mercadoria, tem privado a maior parte dos seres sociais dos acúmulos históricos civilizacionais.

Como exemplo, podemos citar a arte natural e humana em suas diferentes expressões, as quais possuem a tendência de causar uma “catarse estética” (LUKÁCS, 2018) nos seres humanos, com o potencial de elevá-los a patamares mais sublimes de humanidade. Todavia, poucas pessoas têm condições de assistir a peças teatrais, visitar museus, ler obras clássicas, ou mesmo apreciar belezas naturais. Essa privação tem as raízes em um modelo educacional, político e econômico que não está apartado da sociedade burguesa contemporânea. Atravessando as condições de classe, torna-se um dos bastões de sustentação das classes dominantes.

Pessoas de pouca escolaridade, culturalmente alienadas, convertem-se em presas mais fáceis de serem manipuladas, podendo até defender interesses danosos à sua própria classe social. Logo, a soberania do conhecimento no Plano Camponês é a retomada dos frutos da criação humana na história, a qual, até o momento, está sequestrada pelas classes dominantes. A reconquista desses territórios imateriais e materiais – produto social, mas de uso privado – pode conter uma das chaves para a emancipação humana.

3.5.2 Soberania genética

Nos últimos dez mil anos, as civilizações desenvolveram a agricultura e a pecuária com uma imensa coleção de sementes e espécies de animais em diversos biomas (MAZOYER; ROUTARDT, 2010). Esse patrimônio foi propagado, lapidado e preservado pelas gerações para satisfazer as necessidades sociais. Todavia, com o advento do capitalismo, o campo passa a ser pensado como uma extensão da indústria a serviço dos objetivos das nações imperialistas e corporações.

Na atual fase do capitalismo no campo, o regime alimentar corporativo

(MCMICHAEL, 2016), através das suas corporações, atua na concentração de terras e na artificialização da produção ao controlar raças de animais, insumos, sementes e políticas públicas. Esse sistema começa a colocar em risco os ecossistemas ao substituir o tempo da natureza pelo tempo acelerado do capital. Para Odum e Odum (2012, p. 326):

Os ecossistemas são reservatórios de variedade genética necessária para a preservação dos solos, para limpar as águas e para purificar o ar; todos eles essenciais para a sustentabilidade da vida humana. A armazenagem dos ecossistemas e as estruturas necessárias para seus processos produtivos são chamadas de capital natural e incluem árvores, plantas, solos, sementes, aves, micróbios e a biodiversidade. (ODUM; ODUM, 2012, p. 326).

Todavia, o futuro transfigura-se uma incógnita quando a preocupação se resume ao processo acelerado de circulação e reprodução das mercadorias (MARX, 1986). Os impérios alimentares, com o propósito de controlar todo o sistema produtivo agrário – da terra ao supermercado –, desconsideram o tempo da natureza, pois já criaram um tempo artificial com produtos artificiais. Evidentemente olvidam que:

A natureza realiza a auto-organização de forma contínua e em diferentes sistemas e escalas. Assim, o funcionamento da humanidade decorre de sua interação de outros sistemas da Terra: as correntes atmosféricas, os fluxos oceânicos, os ciclos biogeoquímicos, os ciclos dos seres vivos, as adaptações ecológicas e as ações complexas da economia humana. (ODUM; ODUM, 2012, p. 24).

Desprezando as dinâmicas da natureza, no Brasil, após as negociações construídas nas Rodadas do Uruguai referentes às leis de patente, o governo nacional tornou vigente no território nacional o “Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio”, por meio do decreto nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994, firmado em Marraquexe, no Marrocos (BRASIL, 1994). Esse tratado regulamentou a propriedade de patente de bens de todos os ramos tecnológicos, desde que possuíssem a intervenção humana no processo de elaboração ou modificação. Portanto, nessa resolução se incluía a possibilidade de patenteamento de sementes geneticamente modificadas.

Após o decreto supracitado, o Estado brasileiro, seguindo as diretrizes, criou sua própria legislação concernente à matéria, mediante a Lei de Proteção de Cultivares nº 9.456/1997 (BRASIL, 1997). É factível afirmar que as leis aludidas previamente abriram as portas para a entrada dos transgênicos no Brasil, embora

oficialmente o plantio tenha sido liberado sem restrições referentes a limites de ano, a partir da lei nº 10.814 de 15 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003).

Nesse contexto, Silva *et al.* (2019, p. 53) verifica que o Plano Camponês:

Aponta o desafio de acesso e controle sobre a biodiversidade como patrimônio dos povos a serviço da humanidade: sementes, material vegetativo, raças de animais e biologia do solo. É a luta contra a destruição dos biomas e dos ecossistemas naturais, contra a biopirataria transnacional. O material genético é dotado de extremo significado material e simbólico, cultural e informacional e representa o elemento fundante da relação coevolucionária sociedade-natureza. (SILVA *et al.*, 2019, p. 53).

A soberania genética é fundamental para os povos e nações buscarem construir autonomia e soberania alimentar. Pois, de pouco adianta ter domínio da terra e tornar-se dependente de uma grande empresa para obter as sementes necessárias aos cultivos.

As sementes com modificações genéticas subordinam os camponeses no instante em que estes necessitam do pacote tecnológico completo para obterem maiores possibilidades de resultados exitosos na produção. Esse caminho inicial da subordinação continua nos mercados do agronegócio, transformando-se em um circuito contínuo e vicioso.

No cotidiano, os camponeses resistem à perda do controle de seu patrimônio genético cambiando animais, mudas e sementes crioulas com os vizinhos no território. As festas regionais, estaduais e nacionais das sementes crioulas viraram o grande momento esperado pelos agricultores, pois é o instante em que surge a oportunidade de conhecer uma diversidade de espécies e adquirir ou trocar animais, plantas e sementes de outros territórios, com o potencial de melhorar a qualidade da produção das famílias com esses intercâmbios.

O agronegócio, reconhecendo os territórios de resistência do campesinato, atua para neutralizar e acabar com as experiências exitosas. No congresso nacional está tramitando a PL827/2015 do deputado federal Dilceu Sperafico do Partido Progressista do estado do Paraná, a qual pretende alterar a Lei de Proteção de Cultivares nº 9.456 de 1997. De acordo com o projeto, a comercialização do produto que for obtido na colheita dependerá da autorização do detentor das chamadas cultivares, que são plantas que tiveram alguma modificação pela ação humana, como as híbridas, por exemplo. (CAMPELO, 2017).

Na essência, o Projeto de Lei nº 827/2015, que ainda não foi votado, visa

aumentar o cerco e impedir as práticas camponesas de produção, comercialização, trocas e armazenamento de sementes não atreladas aos mercados do capital. Não objetivamos ser repetitivos, porém, a soberania genética no Plano Camponês perpassa pelas práticas seculares de reciprocidade e coprodução dos agricultores e pela luta cotidiana contra os impérios alimentares em todas as escalas e dimensões do território.

3.5.3 Soberania hídrica

As grandes civilizações antigas ascenderam na abundância de água e sol somada à fertilidade da terra (MAZOYER; ROUTARDT, 2010). Não é possível a existência de uma sociedade na ausência de água. Esse elemento da natureza é fundamental para a produção e reprodução da vida. No entanto, a água potável tem se tornado cada dia mais escassa, em decorrência das superpopulações nas grandes metrópoles e do modelo de agricultura, o qual vem devastando as reservas naturais, desviando percursos de rios para grandes projetos de irrigação, poluindo cursos d'água e mananciais. De acordo com Aranha e Rocha (2019):

São Paulo, Rio de Janeiro e outras 1.300 cidades acharam agrotóxicos na rede de abastecimento. Dados do Ministério da Saúde revelam que a água do brasileiro está contaminada com substâncias que podem causar doenças graves. (ARANHA; ROCHA, 2019).

A saúde e a vida humana acabam desconsideradas na caçada incansável por mais lucros. No mundo do negócio e da mercadoria, os grupos fabricantes de agrotóxicos também controlam a indústria farmacêutica. Enquanto isso, nas grandes redes de supermercado, algumas marcas de água potável já estão com o preço do litro 100% mais elevado que o litro do leite, como podemos observar a seguir.

Imagem 1 – Comparação entre preço do litro do leite e do litro da água



Fonte: Arquivo do autor.

Grandes empresas correm para concentrar as últimas fontes de água potável no mundo, privando as populações do direito à gratuidade desse bem comum. Outro negócio da água que está se expandindo são os projetos de irrigação no Brasil, comprometendo a vida de diversos rios, em prol de extensas áreas de cultivos controladas por poucos capitalistas. No estado da Bahia, na nova fronteira agrícola compreendida por MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), no município de Correntina, projetos de irrigação estão matando os rios da região:

Os rios Carinhanha, Corrente e Grande tiveram seus pedidos de socorro atendidos por camponeses e camponesas do município do oeste baiano de Correntina no último dia 02 de novembro. Os projetos de irrigação da fazenda Igarashi e Curitiba estavam comprometendo brutalmente o curso e a vida do rio. Com isso, toda uma população não possui mais acesso à água. Num ato de denúncia ao agronegócio, e para evitarem uma tragédia anunciada do povo, a população da região do distrito de Rosário promoveu um ato de defesa de seu território, mostrando para a sociedade a face dos verdadeiros criminosos e ladrões de água que se materializa no agronegócio. (MPA, 2017).

Para manter os rios com vida, os camponeses estão promovendo lutas territoriais contra o agronegócio. Essas conflitualidades ocorrem em distintos

territórios, pois em alguns o capital utiliza a água para irrigação, enquanto em outros o avanço está nas construções de grandes hidrelétricas. Estas, por sua vez, têm desterritorializado povos e produzido impactos ambientais ainda não totalmente dimensionados.

3.5.4 Soberania energética

As sociedades, em seus processos de desenvolvimento, são movidas por diferentes fontes energéticas¹⁰, que animam os objetos de sistemas e os sistemas de ações.

O capitalismo mantém sua lógica saudável por meio da exploração da força de trabalho e de altas taxas de lucro. No setor energético, atualmente, esse modelo de desenvolvimento cria manobras visando à privatização dos setores energéticos dos estados nacionais e por uma não massificação da utilização de energia solar, dos ventos e da biomassa, ao menos enquanto não for mais vantajoso em relação às energias fósseis. Nesse ínterim, submete os territórios à dependência das energias não renováveis, essencialmente petróleo e carvão. No Plano Camponês, a soberania energética é debatida como uma alternativa à superação dessa dependência, uma vez que:

Implica desenvolver novas formas de geração de energia no território e colocar as velhas fontes energéticas a serviço do financiamento das energias renováveis e na promoção da mudança dos padrões de produção e consumo das sociedades. (SILVA *et al.*, 2019, p. 54).

Isso indica que as energias fósseis devem estar sob o controle do Estado, para que este invista parte dos lucros em pesquisas relacionadas a matrizes energéticas renováveis. Todavia, o Estado brasileiro, sob o governo do ex-presidente da República, Michel Temer (2016-2018), e do atual, Jair Bolsonaro, abriu mão do controle da cadeia produtiva do petróleo. Rocha (2018) salienta que:

Parece uma obviedade entender que um país produtor de petróleo deve dominar todo o ciclo e operar com preços protegidos, ao menos no que diz respeito ao seu mercado interno e assim financiar a roda da economia nacional. Quando ficamos expostos aos 'preços internacionais', na verdade estamos subordinados a contratos especulativos, justamente o oposto da

¹⁰Energia dos alimentos, energia humana, energia animal, energia hidráulica, energia eólica, energia derivada dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás), energia solar, energia da biomassa, energia provinda de hidroelétricas, termoeletricas e reatores nucleares.

decisão soberana de controlar não apenas um ativo estratégico, mas toda uma cadeia de alto valor agregado que passa pela extração, refino, distribuição, mas também transformação em petroquímica e química fina. (ROCHA, 2018).

Ao abrir mão da provável soberania energética das matrizes convencionais, o país opta por se tornar refém do mercado internacional. Para entendermos essa escolha, é fundamental lembrarmos a tipologia dos territórios e averiguarmos qual classe do segundo território controla, atualmente, o primeiro território em escala nacional. Na figura do atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, e a sua histórica dedicação ao mercado financeiro e à perspectiva neoliberal (RBA, 2019), podemos identificar um representante das classes dominantes ligadas aos interesses do capital financeiro. Portanto, a soberania energética do Estado está em contradição em relação ao pensamento e comprometimento da classe que administra os negócios do país.

A energia é, literalmente, o combustível para todos os modelos de desenvolvimento territorial. Ao perder a soberania energética, o país está hipotecando o seu futuro aos interesses privados. Destarte, construir uma matriz energética não dependente dos combustíveis fósseis se eleva a um grau mais complexo de dificuldade, pela carência de fontes que subsidiem as iniciativas.

As novas fontes energéticas que o MPA vem debatendo no Plano Camponês transitam pela ideia de uma racionalidade não baseada no consumo desenfreado e organizam-se na relação entre produção de alimentos, energia, preservação e recuperação ambiental; ideia esta que iremos aprofundar ao discutirmos o conceito de ALIMERGIA.

3.5.5 Soberania mineral

Vernadsky (2007), na sua obra seminal e quase desconhecida pelo mundo ocidental *“La Biosfera y La Noosfera”*, salienta que a matéria viva se trata, essencialmente, de minerais animados. Nos seres humanos, podemos verificar a afirmação de Vernadsky (2007) com um simples hemograma. Somos minerais e necessitamos cotidianamente de minerais para continuarmos existindo, seja nos alimentos ou na composição de instrumentos necessários para a produção e reprodução da vida.

O Brasil faz parte de um seleto grupo de Estados-Nações que possuem grandiosas reservas naturais de minerais no seu subsolo, de interesse de países e corporações. Silva *et al.* (2019, p. 54) infere que o MPA acredita que a soberania mineral:

Desafia como articular os direitos territoriais com as cadeias produtivas demandantes e o projeto nacional. Concebemos que minerais estratégicos não podem ficar apenas sob a guarda de um grupo social e privar o país de acessá-lo, mas tampouco deve ser explorado de maneira predatória para satisfazer lucros imediatos às expensas do interesse nacional e das gerações futuras. (SILVA *et al.*, 2019, p. 54).

Portanto, no Plano Camponês, o MPA inicia uma profícua discussão a respeito da utilização e controle das reservas minerais, fundamentais em um projeto estratégico de uma nova via de desenvolvimento territorial a partir do campesinato. Isso nos leva a retomar as reflexões acerca da importância de o Estado controlar o processo de extração e comercialização dos minerais, em vez de entregar essas riquezas naturais por meio de privatizações para grupos transnacionais. Segundo matéria do G1:

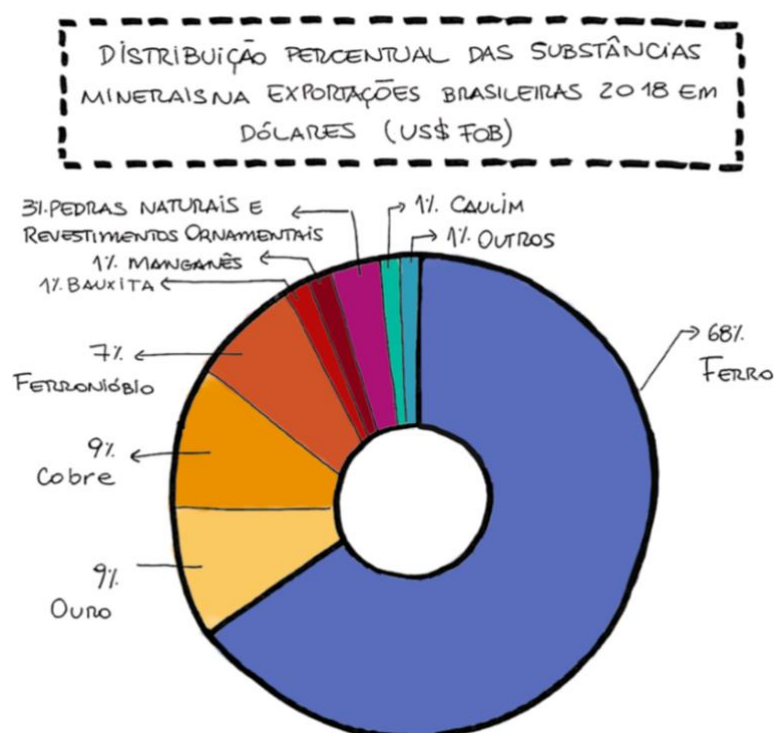
Em 2010, um documento secreto do Departamento de Estado americano, vazado pelo site WikiLeaks, incluiu as minas brasileiras de nióbio na lista de locais cujos recursos e infraestrutura são considerados estratégicos e imprescindíveis aos EUA. Mais recentemente, o nióbio voltou a ganhar os holofotes em razão da venda bilionária de uma fatia da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior produtora mundial de nióbio, para companhias asiáticas. Em 2011, um grupo de empresas chinesas, japonesas e sul coreana fechou a compra de 30% do capital da mineradora com sede em Araxá (MG) por US\$ 4 bilhões. (G1, 2013).

É perceptível que as riquezas naturais abundantes no território brasileiro são constantemente cobiçadas e litigiadas. Essas disputas ocorrem das mais variadas formas, no entanto, acreditamos que as influências na conformação dos gestores do primeiro território são o ponto estratégico, pois esses, ao deterem o monopólio do Estado, criam e mudam as leis constantemente para satisfazer os seus interesses e dos seus aliados.

A respeito dos interesses privados pelos bens públicos, pode-se abordar o caso da empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), fundada em 1942, que foi privatizada no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1997. Essa empresa havia se transformado na maior exportadora mundial de minério de ferro, porém, por interesses neoliberais, foi vendida em leilão por 3,3 bilhões de

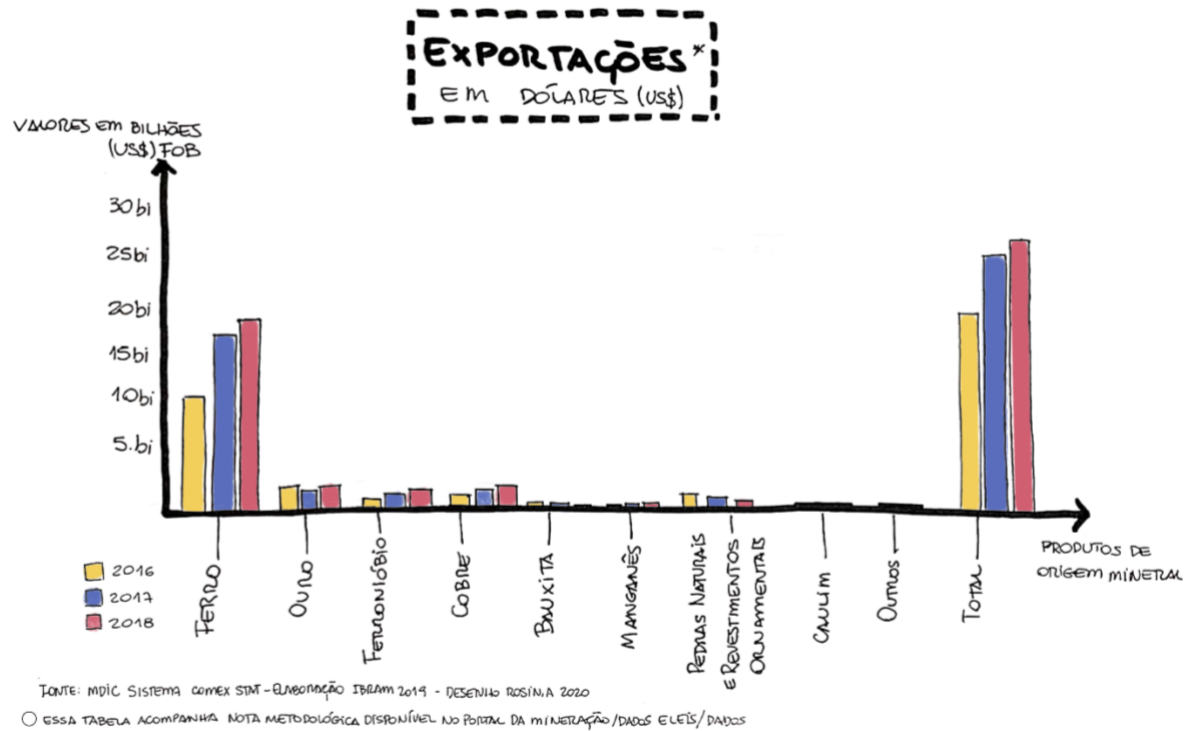
dólares (SETE..., 2019). O preço foi tão irrisório que, se olharmos os dados da mineração recente, somente no ano de 2016, o Brasil exportou 36,6 bilhões de dólares em bens minerais (MME, 2017), sem contar com as exportações de petróleo. O principal mineral exportado foi o minério de ferro, que lidera o ranking das exportações minerais há vários anos. No ano de 2018, esse minério correspondeu a 68% das exportações minerais brasileiras em dólares, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Exportações de minerais em dólares



Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Mineração, representação por Rosin (2020).

Gráfico 2 – Exportações em dólares



Fonte: Elaboração própria, com base em Instituto Brasileiro de Mineração, representação por Rosin (2020).

Monetariamente, as exportações de minério de ferro chegaram a U\$ 20.215.662.390. Ou seja, somente no ano de 2018, o minério de ferro exportado do Brasil correspondeu a seis vezes o preço leiloadado da CVRD, atual VALE S.A.

3.5.6 Soberania alimentar

Camponeses de todos os continentes estão perdendo territórios e a diversidade da produção de alimentos, desde a ascensão dos regimes alimentares (MCMICHAEL, 2016) na segunda metade do século XIX. Os regimes alimentares são projetos de desenvolvimento territorial ordenados por Estados-Nações, organizações multilaterais e/ou corporações transnacionais, com a finalidade de mercantilizar a agricultura para acumulação capitalista.

O atual regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016), sob o modelo do agronegócio, vem se especializando na produção de commodities, não-alimentos (PLOEG, 2013) ultraprocessados e na geração de insegurança alimentar, por desterritorializar e subordinar camponeses; consequentemente, influenciando a

alteração dos cultivos e dietas alimentares locais. No Plano Camponês, Silva *et al.* (2019, p. 59) argumenta que:

Atualmente, a indústria alimentar prepara um novo ciclo que mantém características dos processos anteriores com a incorporação de novas demandas emergidas das lutas socioambientais. Uma apropriação seletiva que busca construir uma fachada e dar um verniz sustentável à indústria alimentar. A estratégia da indústria alimentar mundial está baseada no triângulo facínora de alimentos orgânicos para os ricos, transgênicos e agrotóxicos para os pobres e fome aos miseráveis. (SILVA *et al.*, 2019, p. 59).

Os impactos desse perverso regime alimentar são sentidos na alteração desequilibrada dos biomas e na saúde das pessoas.

Embora a Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência Mundial de Alimentação em Roma, no ano de 1974, tenha manifestado a “*Declaración universal sobre la erradicación del hambre y la malnutrición*” (NACIONES UNIDAS, 1974) e, desde então, defendido o direito à “segurança alimentar” dos povos, não se chegou a uma crítica radical em relação ao modelo de desenvolvimento territorial do regime alimentar corporativo. Muito menos a orientação de um outro desenvolvimento, centrado na vontade e autonomia dos povos.

Em 1996, reunidos na Cimeira Mundial da Alimentação em Roma, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), chefes de Estado, de Governo e seus representantes afirmaram na Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação:

Consideramos intolerável o fato que mais de 800 milhões de pessoas, a nível mundial, e, particularmente, nos países em desenvolvimento, não tenham alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas. Esta situação é inaceitável. A produção alimentar aumentou substancialmente, contudo, dificuldades no acesso aos alimentos, a insuficiência de rendimento a nível familiar e nacional para a compra de alimentos, a instabilidade na oferta e procura, assim como as catástrofes naturais ou as causadas pelo homem, têm impedido a satisfação das necessidades alimentares básicas. Os problemas da fome e da insegurança alimentar têm uma dimensão global e são problemas que tendem a persistir e mesmo a aumentar dramaticamente em algumas regiões, a não ser que, se tomem medidas urgentes, tendo em conta o crescimento da população e a pressão exercida sobre os recursos naturais. (FAO, 1996).

Podemos constatar que a centralidade da crítica e proposições de soluções não abrangem o modelo do regime corporativo enquanto produtor de desigualdades e

fome; apenas chegam a defender o direito de os povos terem condições de adquirir seus alimentos. Considerando a limitação dessas ideias baseadas no conceito de segurança alimentar, a soberania alimentar, apresentada inicialmente pela Via Campesina na década de 1990, está no oposto dessa concepção e foi criada sob uma concepção que disputa o conceito de terra, reforma agrária e território. No Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado no Mali em 2007, a Via Campesina declarou que:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. (VIA CAMPESINA, 2007).

Essa ideia de soberania alimentar, em construção pela Via Campesina nas proposições do Plano Camponês, é mais um elo do eixo Soberanias. Sua concepção envolve lutas constantes contra o regime alimentar corporativo, simultaneamente ao desenvolvimento dos demais eixos do Plano Camponês.

A presença do conceito de soberania alimentar no Plano Camponês é parte das reflexões realizadas pelos militantes do MPA no que concerne às questões da agroecologia camponesa e ao abastecimento popular. Concordando com os princípios da Via Campesina, acredita-se que a soberania alimentar seja construída pelo campesinato. Silva *et al.* (2019, p. 69) salienta que:

As lutas por soberania alimentar são as que mais identificam o campesinato no século XXI. Para o MPA, a soberania alimentar é o eixo articulador entre campo e cidade, é o elemento material e simbólico que impulsiona e legitima a luta por reforma agrária e a construção de uma nova territorialidade que tenha nos camponeses e povos originários e tradicionais a base material e espiritual para a construção de uma nova sociedade. (SILVA *et al.*, 2019, p. 69).

Desde uma produção agroecológica realizada pelos camponeses para satisfazer suas necessidades e das populações urbanas, através de um abastecimento popular estruturado em canais institucionais e mercados camponeses, acredita-se que esta interação entre produtores e consumidores, mediada pelos alimentos saudáveis acessíveis a todos, possui o potencial de desencadear confabulações entre esses diferentes sujeitos para criar uma sociabilidade ainda não

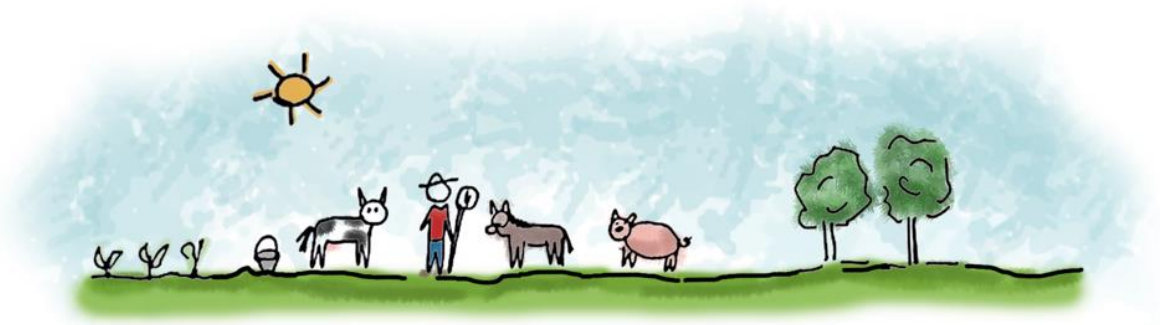
experimentada em sua totalidade.

Portanto, a soberania alimentar está relacionada a um modo de produzir alimentos, de se relacionar com a natureza e de uma sociabilidade pautada na reciprocidade e cooperação que ultrapassa a escala da propriedade. Dessa forma, a luta por soberania alimentar também é uma luta territorial, onde se disputa material e imaterialmente o primeiro, o segundo e o terceiro territórios.

3.6 Novas Bases Produtivas

3.6.1 ALIMERGIA

Desenho 1 – ALIMERGIA



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

O conceito de ALIMERGIA exprime a ideia de integrar a produção de alimentos, energia, preservação e recuperação ambiental, orientando a regência dos Sistemas Camponeses de Produção. Haja vista que os impérios alimentares propendem a desconectar a produção agrícola dos seus ecossistemas e sociedades regionais (PLOEG, 2013), o conceito de ALIMERGIA visa integrar todas as dimensões e escalas do território. Este complexo revela-se, de acordo com Silva *et al.* (2016), como um paradigma agrário singular e original.

A alimergia visa à soberania alimentar e energética das comunidades e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. No entanto, isso só será possível por intermédio de sistemas agrícolas de base ecológica, de modo especial a Agroecologia, o que implica sistemas complexos de policultivos. (SILVA *et al.* 2019, p. 63).

A produção diversificada de alimentos, consorciada a plantas possíveis de fornecer energias renováveis, em sistemas que unem espécies perenes e anuais, criam um conjunto de novas possibilidades de organização da produção. Görden (2017) afirma que os sujeitos dessa matriz produtiva são os camponeses que empregam sistemas agrícolas inovadores de base ecológica. Pensamos que a solidariedade de classe através da cooperação, coprodução e reciprocidade fazem os liames desse moderno sistema agrário.

Essas transformações socioterritoriais requerem a efetivação de uma reforma agrária integral e popular para atingir múltiplas escalas, pois é com o controle da terra que os camponeses revitalizam as suas estratégias nas disputas socioterritoriais contra a dependência, a marginalização, a privação (PLOEG, 2013) e, ao mesmo tempo, podem expandir os territórios, os quais se territorializam e prosperam nas práticas de produção e sociabilidade.

Construir as soberanias alimentar e energética de maneira equilibrada com os biomas locais é a meta da ALIMERGIA (GÖRGEN, 2017). Na qualidade de agricultura moderna do século XXI, coloca-se como um contraponto à dita “agricultura moderna”, representada pelas práticas do agronegócio. Para efetivar esta nova territorialidade, além de uma reforma agrária integral e popular, pensamos que é necessário instaurar novas bases produtivas tecnológicas.

3.6.2 Sistemas Camponeses de Produção

Ao longo das reflexões em torno do Plano Camponês, entendemos que o MPA vem erigindo os Sistemas Camponeses de Produção (SCP) em contraposição às cadeias produtivas do agronegócio, planificadas pelo regime alimentar corporativo.

Os Sistemas Camponeses de Produção podem ser organizados das mais variadas formas possíveis, tendo no bioma sua base ecológica e na cultura camponesa sua base social e o ponto de partida prático para o desenvolvimento da Via Campesina para agricultura. Suas expressões mais desenvolvidas buscam articular as Unidades de Produção Camponesas, as comunidades e os territórios, por meio de novas formas de produção e cooperação, ampliando e controlando a base de recursos, a autonomia, recuperando as funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos, abrindo caminhos para o redimensionamento dos sistemas campo-cidade. (SILVA *et al.* 2019, p. 65-66).

Portanto, esses SCP exteriorizam formas inovadoras de produzir e controlar os recursos naturais, gerando maior autonomia territorial por parte dos camponeses (SILVA, 2016). Na escala de sistemas de produção mais sustentáveis, os sistemas agroflorestais¹¹ (SAFs) são o guia; combinando componentes de produção animal, florestal e agroindústria. Essa relação estabelece uma nova interação entre agricultura e indústria, pois no modelo hegemônico atual as cadeias produtivas do agronegócio subordinam a agricultura, tornando esta uma espécie de ramo consumidor e produtor da indústria. Ao contrário, a produção nos SCP é diversificada e fundada em métodos agroecológicos, de acordo com a realidade de cada bioma manejado. Essa simbiose funda uma relação ecológica não subordinada entre agricultura e indústria. A cooperação na construção desse novo paradigma tecnológico socioterritorial possui finalidade estratégica de nutrir o potencial de elevar os anseios familiares ao comunitário (PLOEG, 2013) e, ao mesmo tempo, acatar as individualidades de cada unidade de produção camponesa (CHAYANOV, 2017).

Por conseguinte, é possível constatar que os empreendimentos fundamentados na cooperação têm o potencial de criar valor agregado e emprego produtivo (PLOEG, 2018), dinamizando maior independência relativa dos camponeses diante dos mercados do capital. Os atos de adotar sistemas produtivos diversificados, cultivar e armazenar sementes crioulas, produzir insumos naturais e fomentar mercados alternativos aos dos impérios alimentares são belos exemplos da constante luta territorial desses novos sistemas agrários campesinos.

Vistos os grandes impactos refletidos pelo modelo do agronegócio na vida das pessoas e no meio ambiente, acreditamos que a produção de alimentos e energia em consonância com o cuidado com a natureza é um caminho alternativo a ser seguido pela humanidade. Ao tentar transformar tudo em mercadoria com a obsolescência

¹¹De acordo com a Embrapa (2019), os “SAFs são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. SAFs otimizam o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola. Podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas”.

programada, a busca ilimitada pela acumulação de capital tende a esbarrar-se nos limites ambientais, pois a velocidade que o capital utiliza para extrair bens naturais é maior que o tempo de renovabilidade (ODUM; ODUM, 2012) da natureza. Diante deste provável colapso, se mantida a supremacia do regime alimentar corporativo, os Sistemas Camponeses de Produção representam um contraponto:

Os principais objetivos são o aproveitamento múltiplo dos cultivos energéticos, transformando-os em energias renováveis, fertilizantes orgânicos, rações e blocos alimentares para produção de carne e leite, assim como a organização de agroindústrias em rede, de forma a articular interações econômicas, ecológicas e de informações. O arranjo visa explorar as potencialidades e superar os limites de cada subsistema em particular, construindo uma nova base de recursos autogerenciada pelos camponeses e suas cooperativas. (SILVA *et al.*, 2019, p. 66).

Essa nova base de recursos sob o domínio dos camponeses é planejada com o intuito de obter maiores retornos energéticos, contabilizados através da emergia¹² (ODUM; ODUM, 2012). Esses arranjos dependem de múltiplas escalas e dimensões do território para obtenção de êxito. Para que esse potencial seja elevado à escala da propriedade camponesa, cabem as devidas conexões com a comunidade e os Centros Territoriais de Cooperação.

3.6.3 Centros Territoriais de Cooperação

É possível considerar que os Centros Territoriais de Cooperação¹³ (CTCs) possuem o potencial de ser o elo que ligará as diversas dimensões e escalas do território às novas formas de sociabilidade socioterritorial. Esses CTCs constituem

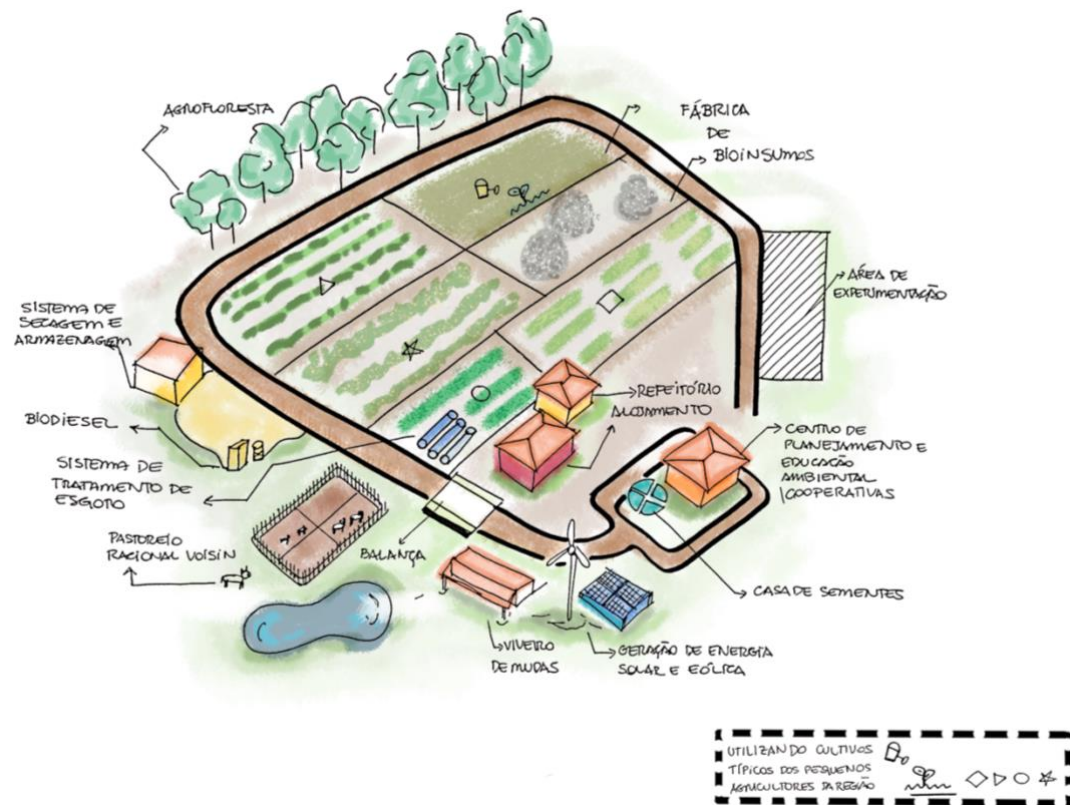
¹²Define-se a emergia de um recurso como a soma do valor intrínseco da matéria original e de todo o trabalho realizado para produzir o recurso. A contabilidade emergética considera tanto o trabalho feito pela natureza quanto o trabalho feito pelos seres humanos. Por exemplo: a medição dos fluxos do intercâmbio internacional em termos de emergia permite descobrir como o comércio, os investimentos e os empréstimos dos países desenvolvidos esmagam as populações humanas e a riqueza biológica dos países subdesenvolvidos.

¹³Silva *et al.* (2019, p. 67) entende que “nos centros territoriais podem ser implantados, de acordo com as especificidades de cada região: agroflorestas alimentares e energéticas; quintal orgânico de frutas diversas; plantio adensado de árvores para geração de calor e energia; agroindústria de derivados de cana; pequena usina de biodiesel a partir de óleos de fritura e outros óleos; extratora de óleos vegetais; silo secador solar de pequeno porte; horto medicinal; viveiro de mudas; criação de peixes; casa de sementes crioulas; cultivos agrícolas diversos; unidades geradoras de energia renovável eólica (aerogeradores), solar (placas fotovoltaicas) e biomassa (pequena central termoeletrica utilizando resíduos como casca de arroz, bagaço de cana, glicerina e lenha); centro de formação e educação ambiental; e escritório de gestão e planejamento ambiental”.

territórios de referência dos camponeses a fim de realizarem suas iniciativas, consequentemente, disputas socioterritoriais. Os centros são planejados pelas cooperativas ligadas ao MPA e estão situados em regiões centrais com grande presença do campesinato (SILVA, 2016).

No Desenho 2, é possível verificar uma tendência dos desenhos organizativos nos CTCs. Obviamente, o desenho não reflete a realidade de todos os Centros, visto que estes são construídos de acordo com a configuração socioterritorial de cada território.

Desenho 2 – Centro Territorial de Cooperação

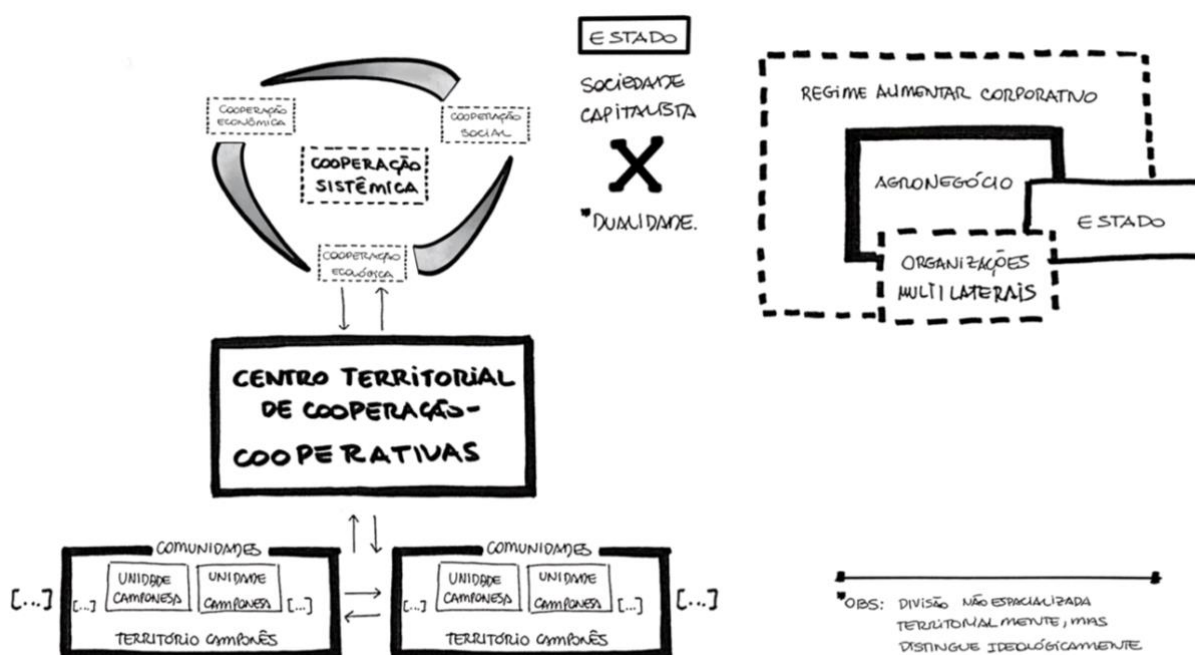


Fonte: Elaboração própria, com base em Silva (2016, p. 64), representação por Rosin (2020).

Como podemos observar na Figura 9, os CTCs, caracterizados como o elo principal na articulação das várias dimensões e escalas do território, ao interligarem suas práticas às da unidade de produção e da comunidade, acolhem as principais

sabedorias da cooperação sistêmica¹⁴, materializando-se na incessante renovação das técnicas e princípios nos sistemas de produção, industrialização, comercialização, preservação e recuperação ambiental, formação e educação das famílias camponesas (SILVA, 2016).

Figura 9 – Organograma “Centros Territoriais de Cooperação e suas conexões”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

Dessa forma, o CTC é o território mais preparado para conduzir as conflitualidades perante o Estado, as Organizações Multilaterais e o regime alimentar corporativo, assim como retornar aos territórios camponeses os conhecimentos e conquistas do movimento socioterritorial. Logo, é um território produtor de movimentos emancipatórios (PLOEG, 2013) e de políticas públicas emancipatórias (FERNANDES, 2015).

Os fundamentos dos CTCs são planeados pelas cooperativas do movimento socioterritorial MPA. Segundo Silva (2016), essas instituições executam atividades de

¹⁴Consideramos a cooperação sistêmica enquanto um conjunto indissociável de pensamento e ação que sintetiza a cooperação econômica, a cooperação social e a cooperação ecológica.

suporte técnico, econômico e jurídico. Ploeg (2013) frisa que as cooperativas territoriais:

[...] são laboratórios de campo, isto é, são espaços onde os *meios* localmente mais adequados para resolver os novos problemas globais (tais como a crise ambiental) são desenvolvidos, testados, implementados, avaliados e melhorados. (PLOEG, 2013, p. 209).

Com o objetivo de originar uma crescente autonomia sobre os pacotes tecnológicos do agronegócio e auferir maiores êxitos em relação ao projeto em construção, a produção de novos conhecimentos substitui as ações que simplesmente reproduzem o que já existe. A capacidade de criar coisas novas é resultante da vivência, sistematização, reflexão e prática dos diferentes sujeitos que fazem parte do movimento socioterritorial – envolve camponeses, técnicos e acadêmicos. Dessas ideias coletivas, surgem as cooperativas territoriais (PLOEG, 2013); nelas, por exemplo, organiza-se a produção de insumos, sementes e mudas para suprir as demandas dos arranjos produtivos dos Sistemas Camponeses de Produção. Dessa maneira, as cooperativas:

Ao mesmo tempo, oferecem garantias de absorção e compra dos produtos provindos destes sistemas, criando fluxo de informação, serviços, materiais e energias sustentáveis no território, formando uma unidade econômica e social de reprodução camponesa. (SILVA, 2016, p. 30).

Esses resultados, provenientes das lutas socioterritoriais mediadas pela cooperação, ensejam a realização do “princípio camponês” (PLOEG, 2013), o qual possui o potencial de elevar as condicionantes a um novo regime alimentar, alicerçado por uma economia de base camponesa, em territórios capitalistas e não capitalistas.

3.6.4 Cooperação

Ponderamos que a cooperação é essencial na resistência diante dos avanços do regime alimentar corporativo nos territórios camponeses e, da mesma forma, fundamental ao desenvolvimento de novas territorialidades. Nas experiências históricas que ousaram criar relações não capitalistas, dentro do modo de produção capitalista ou em processos de transição para outros modos de produção, a cooperação sempre fez parte das relações sociais e econômicas (CHAYANOV, 2017; LUXEMBURGO, 1985; SILVA *et al.*, 2019). Em nossas reflexões, imaginamos a

existência de uma filosofia em comum nos CTCs, sendo entendida como um conjunto indissociável de cooperação sistêmica, que ultrapassa as cooperações econômica e social, conforme a Figura a seguir.

Figura 10 – Organograma “Cooperação Sistêmica”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

A cooperação sistêmica é a relação solidária e indissociável entre a cooperação social, a cooperação econômica e a cooperação ecológica. É um território imaterial e material do campesinato, que ganha animação nas práticas solidárias de reciprocidade e coprodução, assim como na luta de classes, empreendida pelos movimentos camponeses socioterritoriais. Esse sistema é uno, no entanto, heterogêneo e homogêneo ao mesmo tempo, por conter uma fração da força na diversidade.

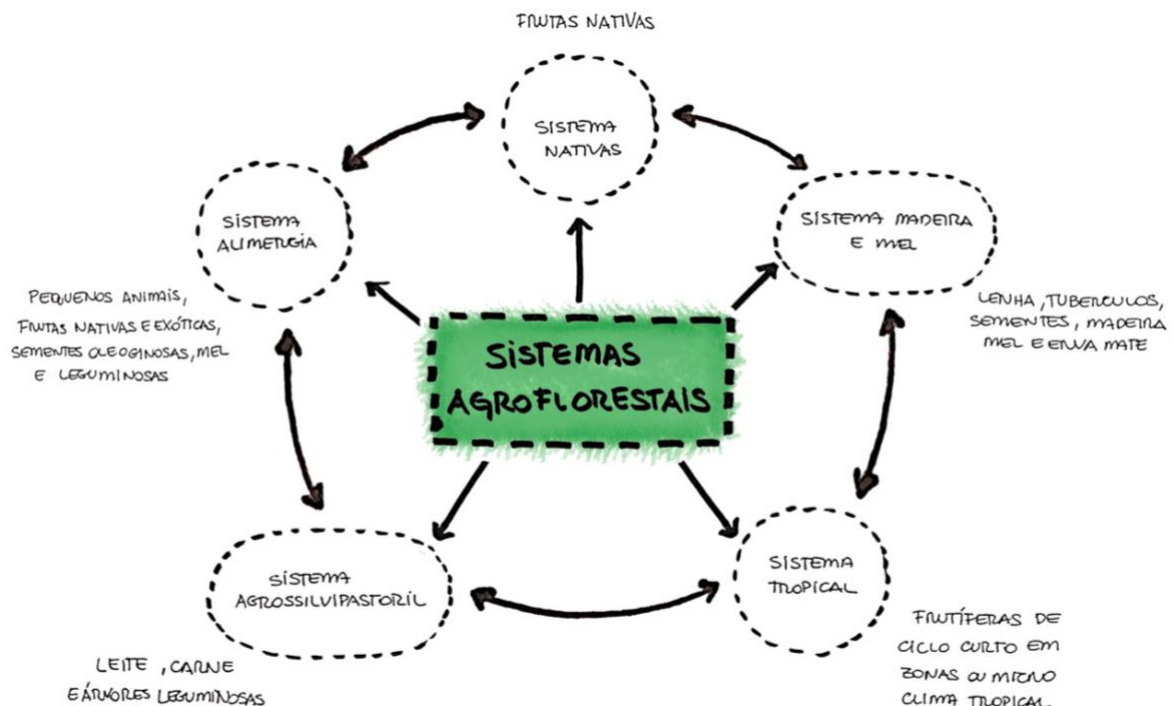
Vinculada à heterogeneidade dos biomas e às práticas de coprodução, a cooperação ecológica possui sua filosofia voltada para a produção diversificada de energia e alimentos, a elaboração de insumos biominerais e a geração de energia renovável por meio de sementes oleaginosas, força dos ventos e luz solar. Essa nova esfera da cooperação é o retorno das práticas camponesas de diferentes escalas territoriais, reunidas nos Centros Territoriais de Cooperação e nestes sistematizadas, experimentadas, validadas e irradiadas no trajeto de retorno aos territórios do campesinato.

Os cultivos de comida e energia são empreendidos principalmente mediante múltiplos arranjos produtivos em sistemas agroflorestais, atentando na realidade agrária dos territórios. Silva salienta que:

A construção de sistemas agroflorestais constitui-se como um dos caminhos mais seguros para a reconstrução ecológica da agricultura. Nas agroflorestas, há combinação de árvores, plantios agrícolas e produção animal, que formam um conjunto que produz alimentos, energia, protege os solos e a água, aumenta a biodiversidade, recupera áreas degradadas, fixa carbono e gera renda para a família. (SILVA, 2016, p. 32).

Esse conhecimento é praticado e experimentado nas áreas de produção e validação de tecnologias dos CTCs. Silva (2016) apresenta cinco *standards* de agroflorestas:

Figura 11 – Organograma “Sistemas Agroflorestais”



Fonte: Elaboração própria, com base em Silva (2016), representação por Rosin (2020).

O resultado desses cultivos e manejos agroflorestais satisfaz parte das necessidades dos CTCs, mas, principalmente, serve como território de aprendizagem entre os camponeses e as cooperativas responsáveis pelo acompanhamento.

Juntamente com a instalação dos sistemas agroflorestais, estão a organização da secagem, a armazenagem de sementes domesticadas e selvagens e a implantação de viveiros de mudas.

Na safra 2016/2017, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou a produção de 227,9 milhões de toneladas de cereais no Brasil (LABOISSIERE, 2018). Nesse mesmo ano, segundo GOTTEMS (2018), foram perdidos 34 milhões de grãos por falta de melhores e descentralizadas estruturas de armazenagem. Atualmente, meramente 14% das propriedades rurais dispõem de sistema de armazenamento (GOTTEMS, 2018). Silva (2016, 2019, p. 70) destaca que:

Secar e armazenar nas comunidades ou nas propriedades é a garantia da conservação da biodiversidade nas mãos do povo. Hoje, os camponeses se veem obrigados a colher seus grãos e entregar para atravessadores, que pagam um baixo preço pelo produto, ou guardar suas sementes em locais com altos índices de perda, consequência da contaminação por fungos e pragas, degenerando a qualidade do produto, e de elevado custo financeiro. (SILVA, 2016, 2019, p. 70).

Os cereais armazenados em estruturas sob gerência de cooperativas territoriais (PLOEG, 2013) e unidades camponesas reduzem as perdas oriundas dos transportes de longa distância. Além de tudo, mediante o controle dos alimentos e do patrimônio genético das sementes, os camponeses conseguem criar desvios alternativos aos mercados do capital, convergindo em lutas por autonomia.

O controle na secagem e armazenagem das sementes colabora para a organização dos viveiros, possibilitando a produção de espécies de plantas que enriquecem os sistemas agroflorestais, assim como os inerentes consórcios alimentares e energéticos. Silva (2016) aponta que nos viveiros, atualmente, também são produzidas cepas de hortaliças. Estas são cultivadas para consumo interno e comercialização dos excedentes em mercados camponeses.

Imagem 2 – Viveiro



Fonte: Arquivo do autor.

A hegemonia da agricultura capitalista dependente de adubos petroquímicos e agrotóxicos, iniciada no século XIX, prossegue desequilibrando a natureza, extorquindo a vida e a fertilidade dos solos e, simultaneamente, desterritorializando e subordinando os camponeses. A elaboração de insumos biominerais, provindos de rochas e biofermentados, busca restabelecer o equilíbrio e a saúde dos solos (SILVA, 2016).

A terra, ao recuperar sua fertilidade natural, propicia um ambiente e alimentos saudáveis; fato este refletirá na saúde dos consumidores e produtores. Ploeg (2013, p. 67) reforça que “o modo camponês de fazer agricultura representa um distanciamento institucionalizado da agricultura em relação aos mercados do capital, especialmente, mas não só, do lado dos insumos”. Essas iniciativas fazem parte das lutas subterrâneas a favor de um original ordenamento do trabalho e da produção (PLOEG, 2013, 2018). Neste século XXI, pensamos que os sujeitos capazes de responder a esses desafios são os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais.

Como já salientamos, a energia que movimenta o modo de produção capitalista na atualidade quase em sua totalidade provém do petróleo, uma fonte de origem fóssil, finita em relação ao longo tempo de renovabilidade, e com impactos ambientais imensuráveis. Silva (2016) sustenta que não devemos estar limitados ao petróleo, ao carvão e às grandes hidroelétricas e infere que a produção de alternativas energéticas a partir de biomassa, luz solar, força dos ventos e sementes oleaginosas constitui uma alternativa, a qual acreditamos ter o potencial de elevar as possibilidades para uma maior autonomia territorial dos camponeses.

Esse prisma da cooperação ecológica é a orientação tecnológica para se agregar à cooperação econômica idealizada e experimentada pelo MPA nos Centros Territoriais de Cooperação em conexão com os demais territórios camponeses da base do MPA. Experiências derivadas da escala unidade camponesa de produção, inclusive as bagagens provindas de intercâmbios em outros países para conhecer e vivenciar as práticas de cooperação de outras organizações e movimentos socioterritoriais, têm enriquecido os retornos dos CTCs.

Imagem 3 – Central de Bioinsumos – Colômbia



Fonte: Arquivo do autor.

Entendemos que a sobrelevação do isolamento da propriedade camponesa é imprescindível para ultrapassar questões estruturantes relativas ao desenvolvimento territorial. Sistemas de crédito, novas tecnologias e comercialização tendem a exteriorizar resultados mais exitosos quando trabalhados em sistemas cooperados. Chayanov (2017) pondera que:

Através da extensão do sistema cooperativo à comercialização e processamento técnico, as cooperativas agrícolas trazem consigo a concentração e a organização da produção agrícola segundo padrões novos e mais elevados, ajudando os pequenos produtores a adaptarem o plano organizativo de sua unidade de acordo com a política de comercialização e processamento cooperativos; a melhorar sua tecnologia e adotar melhores métodos de cultivo da terra e de criação animal, o que assegura padrões uniformes para os produtos. (CHAYANOV, 2017, p. 49).

Os territórios camponeses em sistemas de cooperação vão construindo escudos que aumentam as condições de manutenção dos seus territórios nas conflitualidades permanentes com a agricultura capitalista. Essas concepções e práticas, por refletirem em maiores ganhos monetários dos camponeses, possibilitam não apenas manter o que já existe, mas realizar novos investimentos para melhorar a vida da família e da cooperativa.

Silva (2016, p. 36-37) destaca: “A economia camponesa não é apenas uma célula econômica. É um projeto que inclui produção e tecnologia, cultura, relações sociais e interação com a natureza”. Dessa maneira, essa multidimensionalidade da cooperação tende a alterar as condições econômicas da família e da comunidade. Paralelamente, uma nova territorialidade vai sendo forjada, mediada pela sociabilidade cooperada e solidária. Esses atributos não nascem de uma onipotência, ao contrário, são a consequência da cooperação social.

Para Santos (2017), a técnica e a economia são produtos das interações humanas no tempo e no espaço. Essas relações sob o modo de produção capitalista são prevalecidas pelo individualismo, egoísmo e busca desenfreada por lucro. Esses atributos são contraditórios aos princípios da cooperação.

As trocas de alimentos em tempos de “carniança¹⁵”; sementes entre os camponeses; o mutirão entre a vizinhança para colher, cuidar ou plantar na terra do que está mais necessitado por razões diversas; as festas comunitárias e a comemoração do aniversário de pessoas referências no território são alguns dos eventos que ilustram a essência vivida da cooperação social.

A cooperação social nas diferentes dimensões e escalas do território é o tecido que realiza a confluência das demais esferas da cooperação. A solidariedade, a reciprocidade e a coprodução podem ser consequência de atos individuais, mas, anteriormente, são o efeito de uma consciência coletiva.

Imagem 4 – Festa comunitária



Fonte: Arquivo do autor.

A unidade das cooperações que resulta na cooperação sistêmica é o espelho que reflete as práticas camponesas nos Centros Territoriais de Cooperação. Nos CTCs, esses reflexos ganham materialidade, metamorfoseiam-se e retornam aos

¹⁵A carniança era o dia em que a família matava um boi ou um porco para ser utilizado na alimentação. Reuniam-se os vizinhos mais próximos para ajudar e aqueles que por ventura não podiam participar, alguém da família – geralmente um jovem – levava um pedaço de carne montado em um cavalo.

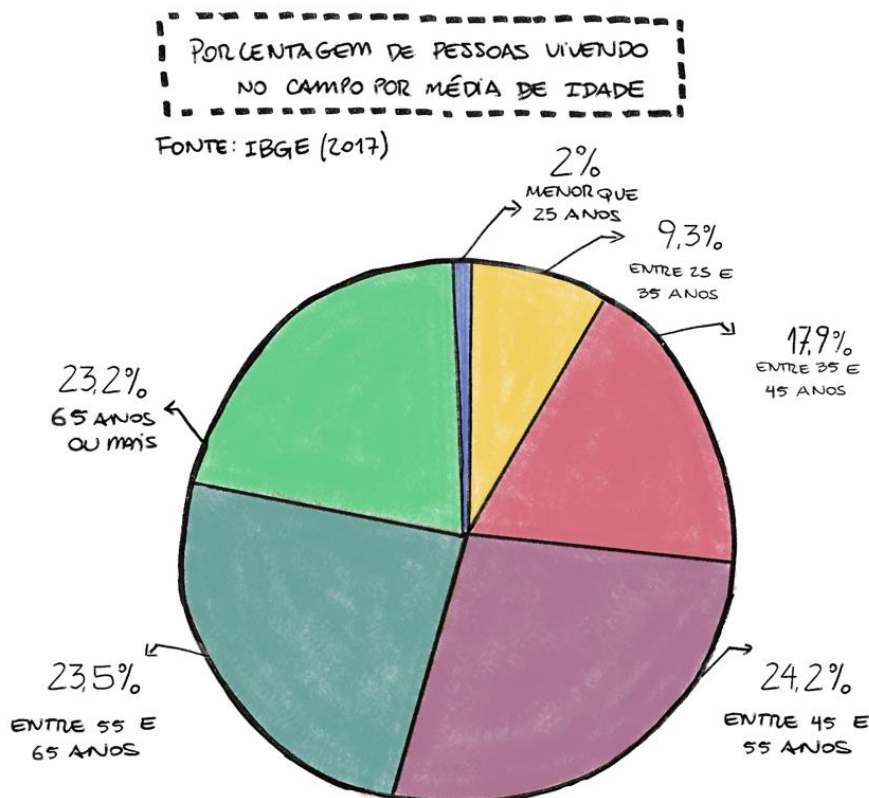
territórios em diferentes dimensões e escalas, modificando os CTCs, a Cooperação Sistêmica, as unidades de produção camponesa e de modo consequente os sujeitos envolvidos.

3.7 Nova Geração Camponesa com Protagonismo Feminista

O território, ao ser cotidianamente disputado e transformado por diferentes sujeitos e interesses, expressa suas multidimensionalidades no pensar e agir dos sujeitos, bem como na configuração da paisagem dos territórios. Na reflexão das dimensões do Plano Camponês e do seu processo de construção, abordaremos neste item a “Nova Geração Camponesa com o Protagonismo Feminista”. As reflexões que abordam os questionamentos referentes aos sujeitos que darão continuidade na produção de alimentos e mercadorias na agricultura são frequentemente debatidas em seminários, comissões governamentais e grupos de trabalho e estudo.

Como apresenta o Gráfico 3, o percentual de jovens no campo, atualmente, considerando as pessoas com até 25 anos de idade, corresponde a 2% da população rural, se forem levadas em conta as pessoas com até 35 anos, o número chega a 11,2% dos que vivem no campo. É possível que esses números não se resumam verdadeiros em sua totalidade, pois o IBGE considera população urbana as pessoas que residem também nos aglomerados urbanos das pequenas cidades brasileiras, onde, na maioria das vezes, muitos que vivem no que se considera zona urbana desenvolvem atividades na agricultura. Todavia, não é um dado falso, pois, de fato, parte da juventude está deixando de viver no campo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017) por consequência do modelo de desenvolvimento agrário e da falta de políticas públicas estruturantes para a juventude reinventar o campo.

Gráfico 3 – Porcentagem de pessoas vivendo no campo por média de idade



Fonte: IBGE (2017).

O fechamento das escolas do campo a partir das políticas públicas de nucleação tem influenciado a saída dos jovens do campo, porém, acreditamos que este não seja o fator preponderante desse êxodo juvenil.

Com a hegemonia do regime alimentar corporativo, a necessidade de trabalhadores tem diminuído na agricultura, devido à alta mecanização e especialização nas cadeias produtivas do agronegócio nas grandes propriedades. Todavia, esses fatores atingem também os camponeses subordinados a esse sistema. Na ascensão desse regime, muitos camponeses são desterritorializados e acabam abandonando o campo e, por consequência, os jovens os acompanham.

Nas unidades de produção camponesas, encontram-se os territórios que ainda concentram o maior número de jovens, em decorrência das demandas de trabalho e da baixa mecanização existente. Contudo, a partir de uma análise não romântica, é um território pouco atrativo para os jovens, devido à falta de escolas que dialoguem com os anseios dos estudantes e com as demandas da propriedade. A carência de

políticas públicas direcionadas ao maior desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos Sistemas Camponeses de Produção e a melhoria do sinal de internet são outros fatores de não menor importância, que desestimulam a permanência do jovem no território. Esses elementos relacionam-se com o poder dos meios de comunicação do capital. Redes sociais, sites e jornais falados e escritos tendem, em sua maioria, a atrair a juventude às grandes cidades ou a se tornarem defensores do agronegócio.

Existem outras questões relacionadas à saída da juventude do campo – talvez sejam as determinantes – e estão nas entranhas da unidade de produção camponesa. A centralidade das decisões no patriarca da família e as definições do que e de como vai ser produzido, muitas vezes, não incluem a participação coletiva dos jovens e mulheres, sendo um ato exclusivo do “chefe” da família. Tal privação da oportunidade de jovens e mulheres participarem das decisões dos rumos da propriedade, bem como da repartição das sobras financeiras, é um forte desmotivador e desmobilizador para a permanência desses sujeitos.

Em boa parte das discussões referentes à sucessão familiar, Silva *et al.* (2019) salienta que não são levadas em conta as questões da reforma agrária, patriarcado, machismo, assim como as diferentes manifestações de afetividade e sujeitos envolvidos nessas sociabilidades. A visão do casal formado por um homem e uma mulher em bases monogâmicas é entendida como a maneira exclusiva de família, o que reforça os preconceitos da “família tradicional” e nega as diferentes representações de formação familiar LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

No Plano Camponês, a permanência e o retorno do jovem ao campo não são uma obviedade, no entanto, são uma necessidade que faz parte de uma reorganização territorial para enfrentar e tentar superar a crise estrutural do capital que se expressa nas crises econômica, social e ambiental de nosso tempo. Desta maneira, pensamos que:

Uma nova geração camponesa se projetará no vínculo orgânico entre a luta de superação do capital e do patriarcado, bem como no reconhecimento das mulheres camponesas como as grandes produtoras de alimentos para a humanidade; essa base material e política impulsionadora sustenta o desenvolvimento do movimento feminista camponês e popular. (SILVA *et al.*, 2019, p. 73).

O feminismo camponês popular,¹⁶ idealizado e em construção pelas mulheres da Via Campesina (CLOC LA VÍA CAMPESINA, 2015), vem expressando o compromisso com as novas gerações na ocasião em que afirmam a necessidade de se construir a soberania alimentar por via da agroecologia, no mesmo instante em que indicam a necessidade de lutar para superar o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Essas bandeiras de luta que identificam as mulheres camponesas de todos os continentes orientam a sua centralidade enquanto o principal pilar para construir o Plano Camponês. É possível afirmar que, na ausência de uma nova geração camponesa com o protagonismo do feminismo camponês popular, a subordinação e a desterritorialização do campesinato tenderão a seguir um ritmo acelerado.

¹⁶O conceito de “feminismo camponês popular” está em construção pela CLOC (*Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*) e a Via Campesina desde a V Assembleia de Mulheres, realizada na Argentina no ano de 2015. Na carta final do encontro, as mulheres declaram que *“Reconociendo que el feminismo ha hecho aportes importantes a la lucha por la liberación y dignidad de las mujeres, y que existen múltiples corrientes de miradas feministas, nosotras hemos apostado por una nueva construcción política que se exprese en un feminismo campesino y popular, que de cabida a nuestra gran diversidad, que se alimente de las luchas de las compañeras campesinas, de las hermanas indígenas y afrodescendientes y que permita una mutua alimentación de las diversas cosmovisiones que representamos. De este modo, reafirmamos que el socialismo y el feminismo son parte de nuestro horizonte estratégico de transformación. Por tanto, afirmamos un feminismo campesino y popular, insumiso, socialista, que cuestiona las concepciones patriarcales y burguesas que son funcionales a las políticas de explotación. Así, la concepción feminista que estamos construyendo desde la CLOC.VC está fuertemente ligada a los procesos políticos organizativos, de formación política y de luchas concretas que cambien la vida social, económica y política de la clase trabajadora y en particular de las mujeres”*. (CLOC LA VÍA CAMPESINA, 2015).

4 RIO GRANDE DO SUL: O PLANO CAMPONÊS EM CONSTRUÇÃO

[...] Meu sonho pode ultrapassar o curso natural dos acontecimentos, ou desviar-se em uma direção para onde o curso natural dos acontecimentos jamais poderá conduzir. No primeiro caso, o sonho não produz nenhum mal, pode até sustentar e reforçar energia do trabalhador [...]. Em tais sonhos, nada pode corromper ou paralisar a força do trabalho; ao contrário. Se o ser humano fosse completamente desprovido da faculdade de sonhar assim, se não pudesse de vez em quando adiantar o presente e contemplar em imaginação o quadro lógico e inteiramente acabado da obra que apenas se esboça em suas mãos, eu decididamente não poderia compreender o que leva o ser humano a empreender e realizar vastos e fatigantes trabalhos na arte, na ciência e na vida prática [...]. O desacordo entre o sonho e a realidade nada tem de nocivo se, cada vez que sonha, o ser humano acredita seriamente em seu sonho, se observa atentamente a vida, compara suas observações com seus castelos no ar e, de uma forma geral, trabalha conscientemente para a realização de seu sonho. (LENIN, 1986, p. 193).

4.1 Sobre o território do Rio Grande do Sul

Mapa 1 – Território do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O atual território do Rio Grande do Sul foi de pouco interesse para os colonizadores portugueses e espanhóis nas primeiras décadas do século XVII, por não possuir clima e riquezas vantajosos para as metrópoles. O espaço era ocupado por povos originários das etnias Jês, Charruas, Minuanos e Guaranis (MAESTRI,

2010).

Na divisão implementada pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, as extensões que atualmente compõem o estado, à época, faziam parte dos territórios hispânicos. No entanto, o reino espanhol dedicava suas atenções à extração de minerais preciosos na região andina, e os portugueses estavam voltados para a produção de açúcar no Nordeste.

As primeiras aproximações dos povos do além-mar com os nativos foram resultado da orientação da coroa espanhola aos padres jesuítas para que estes formassem pequenos povoados autossuficientes administrados pela companhia. Esses vilarejos tornaram-se conhecidos e foram denominados missões jesuíticas. Maestri (2010) entende que essa ação da Espanha era estratégica, pois criava um escudo por intermédio de povoações que separavam os territórios dos dois impérios, dificultando qualquer tentativa de aproximação dos portugueses às minas andinas.

Durante a União Ibérica (1580-1640), tempo que Portugal era governado pela coroa espanhola, houve escassez de escravos africanos nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste, em decorrência das lutas de independência da Holanda (1568-1648) perante a Espanha. A Holanda, em 1630, conquistou territórios de Portugal no Nordeste brasileiro, além de portos estratégicos no continente africano que serviam de porta de saída dos escravos para o continente americano.

A diminuição de cativos fez com que os bandeirantes fossem para o sul com o intuito de escravizar os povos nativos que viviam nas missões e, dessa forma, suprir a demanda de mão de obra escrava (PESAVENTO, 2014). Segundo Maestri (2010), cerca de 20 mil nativos foram capturados pelos bandeirantes, levados para a capitania de São Paulo e de lá comercializados para diferentes locais. Essas primeiras incursões foram interrompidas com a derrota dos bandeirantes contra os missionários no ano de 1641.

Um elemento de enorme influência nesses territórios foi o gado trazido e solto pelos espanhóis, ainda na primeira metade do século XVII. Favorecido pelas grandes extensões das pastagens naturais, esse gado se multiplicou rapidamente. Com a crise da economia açucareira, devido ao surgimento de novos mercados produtores de açúcar, os portugueses começam a ter interesse pelo Sul, resultando na construção da colônia do Santíssimo Sacramento às margens do rio da Prata, ao leste de Buenos Aires. Essa colônia em território espanhol, de acordo com a linha do Tratado de

Tordesilhas, servia como um entreposto comercial de portugueses e espanhóis.

Os espanhóis responderam os portugueses com a formação dos então chamados “Sete Povos das Missões”, a leste do rio Uruguai. Compunham os sete povos: as reduções de Santo Ângelo, São Lourenço, São Luiz Gonzaga, São João Batista, São Nicolau, São Borja e São Miguel (PESAVENTO, 2014).

Disputas pelo controle da colônia do Santíssimo Sacramento e dos Sete Povos das Missões iniciaram na segunda metade do século XVII, findando apenas na primeira metade do século XIX. Uma das tentativas de solucionar as conflitualidades sucedeu da assinatura do Tratado de Madri (1750), o qual redefinia as fronteiras de Espanha e Portugal. Nesse tratado, a colônia do Santíssimo Sacramento tornava-se território espanhol, e os Sete Povos das Missões, território português.

Essa nova configuração territorial eclodiu na Guerra Guaranítica entre 1753-1756, a qual desmantelou a organização dos Sete Povos. Segundo Maestri (2010), após a assinatura do Tratado de Madri, Portugal e Espanha concordaram em utilizar seus exércitos conjuntamente, caso os missionários resistissem à desocupação dos territórios que por ora pertenceriam a Portugal, fato que acabou ocorrendo.

Com a descoberta de riquezas minerais nas Minas Gerais, Maestri (2010) e Pesavento (2014) apontam que se criou uma grande necessidade de muares e de carne bovina no Sudeste, o que acabou impulsionando um mercado de grande relevância de venda desses animais do Sul para o Sudeste na vila de Sorocaba.

A extração sistemática dos gados sulinos determinou a formação de estâncias – inicialmente locais de descanso para os gados – nos campos de Viamão e no Estreito. Inicialmente, as estâncias eram humildes ranchos de adobe, cobertos de palha, com uma roça de subsistência e alguns currais para os gados, povoadas pelos estancieiros e alguns cativos e peões. Mais tarde, o esgotamento das vacarias do Mar e dos Pinhais determinou a formação dos primeiros criatórios na região. Apenas então o termo ‘estância’ tornou-se sinônimo de fazenda pastoril. (MAESTRI, 2010, p. 24-25).

Através desse sistema se formaram as raízes do grande latifúndio sulino, pois só adquiriam o direito à posse de terras aqueles com condições de realizar investimentos vultosos à época.

Brum (1987) salienta que a partir de 1732 o governo português começou a conceder títulos de propriedades que variavam de três a seis léguas. Essas áreas de terras então chamadas de sesmarias chegavam a 13 mil hectares e geralmente eram

cedidas a pessoas próximas da coroa e/ou com grande influência política e militar.

Como podemos observar abaixo na Tabela 3, baseada em Santos (1984), as grandes propriedades prevaleciam no território do Rio Grande do Sul, realidade análoga aos demais territórios do Brasil.

Tabela 3 – Propriedades territoriais no Rio Grande do Sul – 1785

Área (Ha)	Nº propriedades	%
Menos de 20	53	6,30
De 20 a 50	2	0,24
De 50 a 100	22	2,61
De 100 a 200	3	0,35
De 200 a 500	177	21,05
De 500 a 1.000	36	4,28
De 1.000 a 5.000	232	27,59
De 5.000 a 10.000	143	17,00
De 10.000 a 20.000	151	17,95
Mais de 20.000	22	2,61
Total	841	100

Fonte: Elaboração própria, com base em Santos (1984).

A concentração de terra foi se espalhando com avanços no século XIX. Onde antes era ocupado pelos missionários nos territórios que abrangiam o esfacelado Sete Povo das Missões, oficiais portugueses receberam sesmarias como gratificação pelos serviços prestados ao governo nas campanhas empreendidas para expulsar os espanhóis. Nas fazendas que se constituíam predominava o trabalho escravo e de peões. Segundo Maestri (2010):

Nos pampas da Argentina, do Uruguai e, secundariamente, no Rio Grande do Sul, a apropriação oficial ou de fato das terras e dos gados selvagens pelas classes dominantes ensejou a formação de população dispersa, comumente sem raízes fixas, formada por europeus pobres, por mestiços, por guaranis, minuanos e charruas aculturados e semiaculturados, sem acesso de fato à terra. Dominando a montaria e o manejo de gado, essa população masculina livre era denominada no Prata de gauchos e, no Rio Grande, de 'gaúchos'. Não há feminino para o nome, sendo a mulher do gaúcho conhecida por

'china', como veremos. Era comum que o gaúcho se empregasse saltuariamente nas fazendas pastoris como peão. (MAESTRI, 2010, p. 40).

Como podemos perceber, à medida que a terra se tornava posse de poucos, surgia uma classe de excluídos e despossuídos. Esses gaúchos tinham a opção de se sujeitar a ser peões ou seguir em busca de terras ainda não territorializadas por fazendeiros.

Na metade do século XVIII, Portugal tinha a intenção de territorializar a região dos Sete Povos das Missões com imigrantes provindos de algumas de suas ilhas, principalmente da Ilha de Açores. No entanto, isso não ocorreu, e os imigrantes territorializaram-se nos entornos do que é hoje a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Essa região teve um crescimento populacional rápido por estar próxima a rios de fácil navegabilidade (PESAVENTO, 2014).

Na segunda metade do século XVIII, ocorreram novas ações do governo imperial a fim de povoar a província. Para tanto, iniciou-se a distribuição de políticas públicas de incentivo ao avanço dos imigrantes açorianos em direção ao interior do estado. Entre as políticas estavam ajuda financeira, meios de produção (enxada, foice, facão, sementes) e lotes de terras então denominadas "datas" que variavam entre 272 e 900 hectares, dependendo das necessidades e do tamanho da família (BRUM, 1987; TORRES, 2004).

Esses imigrantes dedicaram-se à produção diversificada de alimentos, mas principalmente ao trigo. Isso fez com que o Rio Grande do Sul se convertesse em uma província com grande expressão na produção de trigo em terras onde não havia inicialmente criação de gado e muares. Entre os anos de 1813 e 1816, o Rio Grande do Sul chegou a exportar para as demais províncias mais de 10 mil toneladas por ano (MAESTRI, 2010). No entanto, com a abertura dos portos pelo governo português, em 1808, o trigo dos EUA substituiu o gaúcho com preços mais compensatórios, tornando inviável a produção local. Maestri (2010) lembra que, já em 1822, o próprio Rio Grande do Sul consumia o trigo importado do exterior. Esse ciclo curto do trigo gaúcho levou os produtores de cereais a buscar, como alternativa, a produção de gado (BRUM, 1987; TORRES, 2004; MAESTRI, 2010).

A vinda dos imigrantes alemães, a partir de 1824, foi atraída pelo recebimento de terras, sementes e implementos. Santana (2019) destaca que a primeira leva de

imigrantes era formada principalmente por agricultores camponeses. Essa ação do governo imperial favoreceu a produção de alimentos de base camponesa e a ocupação de territórios não cobiçados pelos criadores de gado e muares. A produção de base camponesa, com introdução de novas tecnologias, foi fundamental para suprir as demandas das cidades que estavam ascendendo em termos populacionais (ZARTH, 2019).

A ocupação de territórios não atrativos para os grandes proprietários manteve-se no segundo e maior período de chegada de imigrantes, a partir de 1875. Italianos provindos principalmente do norte da Itália formaram colônias de base camponesa (SEYFERTH, 2019). No entanto, diferentemente dos colonos alemães que receberam terras, ferramentas e subsídios do governo imperial até 1848, os italianos tiveram que, inclusive, pagar pelas terras e implementos quando os recebiam (GIROM; HERÉDIA, 2007). Esta política foi determinada a partir da Lei de Terras, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a qual estabelecia que todas as terras deveriam ser adquiridas (SILVA, 1996, 2019). Essa lei favorecia os grandes proprietários que já tinham posse de grandes latifúndios; por outro lado, impedia que a população marginalizada, escravos e imigrantes pudessem possuir suas propriedades (SILVA, 2019).

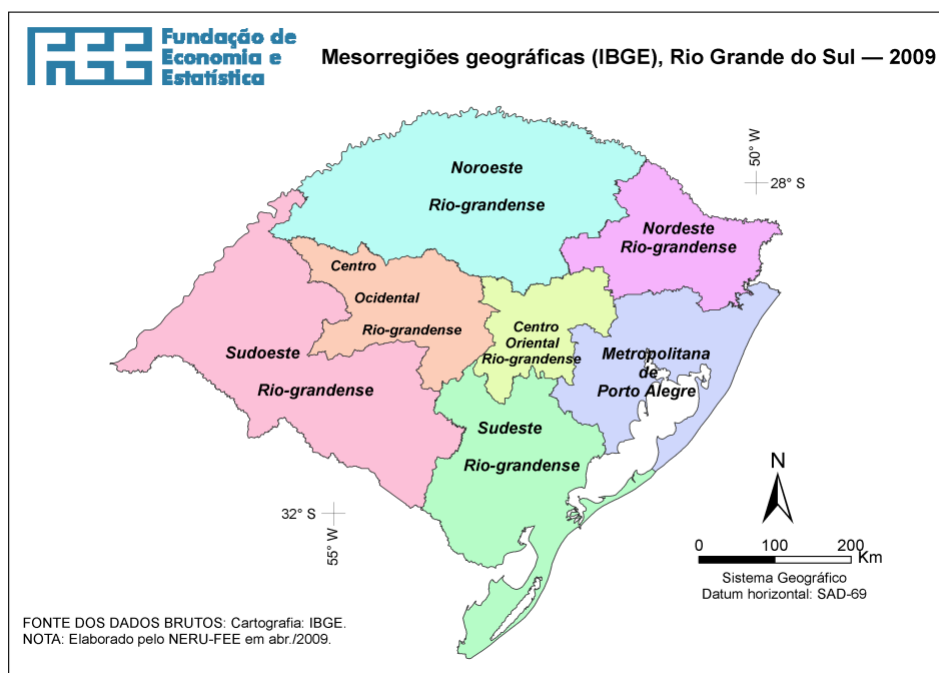
Analizando a territorialização no RS desde meados do século XVII até as primeiras décadas do século XX, constatamos que os usos do território estão relacionados com os tipos de ocupação e colonização de cada período (MEDEIROS, 2005). Portanto, o desenvolvimento territorial estava imanente às políticas públicas dos governos imperiais português e brasileiro, assim como da República após 1889; de maneira que essa tendência se altera com o expressivo aumento dos cultivos de soja na segunda metade de 1960, quando há destacada influência internacional dos EUA, o que iremos averiguar mais adiante.

De forma simultânea à espacialização e à territorialização dos grandes, médios e pequenos proprietários, as conflitualidades fazem-se presentes nas contradições geradas nesses distintos territórios, de norte a sul e leste a oeste. Nesta pesquisa, iremos nos aproximar mais das questões relativas aos territórios da mesorregião¹⁷

¹⁷De acordo com a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2019), mesorregião “é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares

Noroeste Rio-grandense¹⁸ e da mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense¹⁹. Todavia, de acordo com o Mapa abaixo, confeccionado pela Fundação de Economia Estatística (FEE) do RS, baseado nos dados do IBGE, o estado possui sete²⁰ (7) mesorregiões.

Mapa 2 – Mesorregiões do Rio Grande do Sul



Fonte: NERU-FEE (2009), com base em IBGE (2009).

Sobre a mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense e a mesorregião Noroeste, debateremos de maneira sucinta a modernização da agricultura

como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou". Essas características da mesorregião fazem com que a compreendamos enquanto território material e imaterial, multidimensional, com uma determinada escala geográfica.

¹⁸A mesorregião Noroeste Rio-grandense é formada pela microrregião de Carazinho, microrregião de Cerro Largo, microrregião de Cruz Alta, microrregião de Erechim, microrregião de Frederico Westphalen, microrregião de Ijuí, microrregião de Não-Me-Toque, microrregião de Passo Fundo, microrregião de Sananduva, microrregião de Santa Rosa, microrregião de Santo Ângelo, microrregião de Soledade e microrregião de Três Passos.

¹⁹A mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense é formada pela microrregião de Cachoeira do Sul, microrregião de Lajeado-Estrela e pela microrregião de Santa Cruz do Sul.

²⁰Noroeste Rio-grandense, Nordeste Rio-grandense, Centro-Ocidental Rio-grandense, Centro-Oriental Rio-grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense.

principalmente no século XX e no início do XXI. Decidimos esmerar-nos nas mesorregiões mencionadas previamente por acreditarmos que, em relação ao Plano Camponês, são em determinados territórios dessas mesorregiões que se encontram experiências mais inovadoras do Plano e em conflitualidade constante com a agricultura capitalista.

As fases da modernização da agricultura brasileira são analisadas por Delgado (1985, 2012) enquanto três grandes momentos os quais constituirão a totalidade das mudanças modernizantes e conservadoras. O autor compreende que o primeiro momento ocorreu nos anos de 1950 e deu-se por meio da introdução de tratores e insumos na agricultura, ação intermediada pelos governos do Brasil e dos EUA. O segundo momento, já em meados dos anos de 1960, resulta na construção do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pelo Estado brasileiro, implementação de um parque industrial voltado para a indústria de bens de produção e fábricas de insumo. Nesse segundo momento, o Estado, com recursos próprios, muitos providos de empréstimos internacionais, atua como facilitador desses processos em curso. E o terceiro momento é quando se dá a integração de capitais intersetoriais (DELGADO, 1985, 2012), o que resultou nos Complexos Agroindustriais (CAI), concomitante a uma maior subordinação dos agricultores em relação a essas cadeias.

O Rio Grande do Sul e, em especial, as mesorregiões em questão serão atingidos diretamente por esse processo de modernização conservadora, obviamente, não de maneira idêntica, o que poderemos constatar nas próximas páginas que discutiremos.

A ocupação da mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul ocorreu por meio de concessões e, a partir de 1850, da venda de terras. As áreas de campo tornavam-se grandes fazendas de propriedade de militares, tropeiros e criadores, com a predominância da criação de muares e gado (MAESTRI, 2010; ZARTH, 1997).

As zonas de mata fechada abrigavam os caboclos que trabalhavam no corte da erva-mate para senhores que controlavam determinados territórios.

Os ervais das terras devolutas eram considerados propriedade pública e as câmaras municipais regulavam, taxavam e atribuíam sua exploração. Em 1850, as taxas sobre ervais eram a principal renda municipal de Cruz Alta, então polo econômico e capital política do Planalto. O extrativismo da erva mate dava-se com a exploração das árvores espalhadas pelas florestas, que, de refúgio das comunidades nativas, passaram a ser ocupadas por uma população cabocla que raramente ascendeu à posse legal das nesgas de terra nas quais plantava suas roças, de onde extraía boa parte dos bens

necessários à subsistência. (MAESTRI, 2010, p. 45).

Podemos verificar que, embora as terras de mata nos territórios acima citados fossem consideradas terras devolutas públicas, os caboclos e demais povos despossuídos não tinham o direito de explorá-las para fins de seu exclusivo interesse. No máximo, os caboclos poderiam viver e trabalhar para algum grande explorador da erva-mate e de pessoas.

Essas características da ocupação territorial da mesorregião em questão não se diferenciaram de grande parte dos demais territórios de campo, o que determinou um alto índice de latifúndios no estado desde o seu processo de territorialização no século XVII; concomitantemente à composição de um campesinato diverso, de matiz indígena, africano, português, espanhol, somado aos novos imigrantes do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Estes foram ocupando terras que inicialmente não eram atrativas para os grandes proprietários, principalmente nas zonas de mata.

Com o aumento do número de pessoas por unidade camponesa, as terras foram ficando mais escassas, pois vale lembrar que os lotes recebidos pelos camponeses imigrantes decresceram. De 1824 a 1848, cada família tinha direito a uma área de 77 hectares, a qual posteriormente foi reduzida a 48,4 hectares e, a partir de 1875, limitou-se a 25 hectares (HERÉDIA, 2001). Essa condição levou parte dos camponeses, após sucessivas gerações em um mesmo território dividido, a iniciar processos migratórios para centros urbanos em crescimento, enquanto outros foram avançando em direção à atual mesorregião Noroeste, constituindo as então denominadas “novas colônias” (MANTELLI, 2004). Dessa maneira, abrindo novas fronteiras agrícolas e produzindo conflitualidades com os habitantes locais, remanescentes de indígenas e caboclos (SILVA, 2004) territorializados em décadas e séculos anteriores.

Compreendemos que as raízes do que se entende por agronegócio no Brasil estão ligadas principalmente à plantação da cana-de-açúcar, à exploração mineira, à produção cafeeira e às charqueadas. Todavia, será no final das décadas de 1930, 1940 e 1950 que os complexos desse novo sistema começam a erigir. De acordo com Brum (1987), no que diz respeito ao planejamento das ações para transformar a agricultura sob uma orientação subordinada de fora do país para dentro, os EUA e as

corporações, na figura da Fundação Rockefeller, foram fundamentais. Essa fundação patrocinou projetos-piloto no México, Filipinas, EUA e no Brasil, entre 1943 e 1965.

Quanto ao Brasil, ainda em 1943, Néelson Rockefeller, então um dos chefes do poderoso grupo econômico, visitou o nosso país, ocasião em que fundou três empresas vinculadas ao grupo: a Cargill, ligada principalmente à comercialização internacional de cereais e à fabricação de rações; a Agrocere, destinada a pesquisas genéticas com o milho e produção de sementes de milho híbrido; e a EMA (Empreendimentos Agrícolas), voltada para a fabricação de equipamentos para a lavoura. (BRUM, 1987, p. 46).

Estas empresas, em parceria com universidades, principalmente a Universidade Federal de Viçosa, iniciaram o desenvolvimento de pesquisas para estruturar tecnologicamente esse modelo de desenvolvimento em construção em terras brasileiras. Para se aproximar dos agricultores, foram criadas nos estados entidades para realizar a assistência técnica e facilitar o acesso ao crédito rural. Podemos citar, como exemplo, a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural) de Minas Gerais e a ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural) no RS e, em escala nacional, a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). Mendonça (2011) destaca que essas instituições também foram criadas sob a tutela do grupo Rockefeller. Essas ações orientadas e supervisionadas pelo governo dos EUA e pela Fundação Rockefeller faziam parte de acordos do governo brasileiro, uma espécie de contrapartida para receber subsídios na importação de alimentos e manter-se alinhado com os parceiros mencionados. Pensamos ser fundamental salientar a dupla representatividade dos Rockefeller, que expressavam seu poder estando no primeiro e no segundo territórios ao mesmo tempo, contudo, organizando as ações no primeiro território para satisfazer suas estratégias privadas no segundo. Assim, Mendonça (2011, p. 193) salienta:

Vale destacar a dupla dimensão da influência estadunidense encarnada em Rockefeller: a dimensão privada (já que era proprietário e presidente da AIA²¹) e a dimensão pública (na qualidade de representante oficial do Departamento de Agricultura para o Ponto IV²² – a cujos quadros pertenceu entre 1940-1945 e 1950-1951. (MENDONÇA, 2011, p. 193).

²¹Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico.

²²Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial. O Ponto IV no Brasil foi estabelecido através da assinatura de dois acordos com o governo norte-americano: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950 e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953. (FGV, 2019).

Dessa forma, estavam em preparação as bases para o Brasil transformar a agricultura sem mexer na estrutura fundiária, coadunando interesses de grupos privados estatais, internos e externos do país.

Após o golpe civil-militar, o regime empreendeu uma série de ações articuladas com as dos anos de 1940 e 1950, as quais consolidavam a aliança do Estado com o governo norte-americano mais o capital industrial e financeiro, nacional e internacional. Zamberlam e Froncheti (2001, p. 17) inferem que a partir de 1965 o Brasil, em relação ao projeto de modernização da agricultura, investiu na:

- ❖ Divulgação das propostas e investimentos;
- ❖ Concessão de espaços para os organismos internacionais;
- ❖ Envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior a fim de serem treinados e vinda de técnicos desses centros internacionais para efetuarem treinamentos no Brasil;
- ❖ Atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas. Chegaram a Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Unon Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia, entre outras;
- ❖ Criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil, para 'adequarem os produtos' à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisa também com a mesma finalidade;
- ❖ Estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas;
- ❖ Reformulação do papel do Banco do Brasil, passando a ser um órgão financiador por excelência desse novo modelo. (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001, p. 17).

Portanto, as iniciativas citadas materializaram um complexo em rede e um complexo de sistemas (COSTA NETO; FERNANDES, 2017) com a condição de redesenhar territórios por meio de políticas públicas, intercorrendo desde o investimento em propaganda, para tornar conhecido e atrativo para os agricultores e consumidores, até o treinamento de profissionais fora do país e a construção de espaços experimentais para testar, aclimatar, validar e difundir as novas tecnologias. Na mesorregião Noroeste, as cooperativas criadas inicialmente para dar suporte aos agricultores na produção de trigo tornaram-se multicooperativas (ALVES; TEDESCO, 2016). A interferência do Estado e das corporações através de volumosos recursos financeiros transmutaram a natureza dessas organizações, transformando-as em instituições de referência na mediação das políticas públicas de crédito, do Sistema

Nacional de Crédito Rural (SNCR) e dos agricultores cooperados. As cooperativas, nessa perspectiva, perderam sua essência de primar pelo associado (CHAYANOV, 2017) e passaram a ser mais uma correia de transmissão agente do regime alimentar em construção, costurando a malha da integração técnica da agricultura com a indústria. Nesse processo de integração, acreditamos ser fundamental frisar a interpretação de Delgado (1985, 2012), o qual infere que a integração não se deu apenas por via técnica, mas também na fusão de capitais, com papel preponderante do Estado através das suas políticas públicas.

Neste primeiro território, em que parte da nossa pesquisa se desenvolve, compreendemos que o sistema do agronegócio começou a germinar por meio das políticas de incentivo à produção de trigo e soja. Pensamos que a escolha de áreas agrícolas da mesorregião Noroeste inicialmente deveu-se às condições edafoclimáticas serem de satisfatória similitude às zonas agrícolas do sul e sudeste dos EUA, as quais foram o berço de algumas das principais concepções da revolução verde. Acerca desta questão, Kiilhl e Calvo (2008, p. 206) discorrem que:

A origem das pesquisas com o melhoramento genético da soja no Brasil se deu a partir de programas de melhoramento dos Estados Unidos da América, especialmente do sul do país. Os primeiros materiais (Bragg; Davis etc.) cultivados em escala comercial no Rio Grande do Sul foram resultado de introduções de cultivares norte-americanas. Na sequência, iniciaram-se introduções de linhagens avançadas, vindas de programas de melhoramento dos estados da Flórida, Mississippi e Carolina do Norte. Tão importante quanto o acesso ao germoplasma foi a possibilidade de treinamento de pesquisadores brasileiros em cursos de mestrado e doutorado nas principais universidades norte-americanas, a exemplo da Mississippi State University, University of Florida, da Purdue University e da University of Illinois. (KIIHL; CALVO, 2008, p. 206).

Essa nova condição que estava sendo posta criou uma grande contradição em relação à realidade produtiva desse território, pois a agricultura nessa mesorregião, desde os povoamentos indígenas até a presença de caboclos e imigrantes – estes últimos já no final do século XIX e no século XX –, caracterizou-se pelo trabalho familiar e comunitário, assim como uma produção diversificada de alimentos para satisfazer as necessidades locais e regionais. Diferente era a pecuária nas áreas de campo, pois estava hegemonizada pela criação extensiva de gado e muares (MAESTRI, 2010).

No Quadro 1, podemos observar as diferenças que irão se expressar e conflitar entre os modos de fazer agricultura construídos pelos camponeses; em pequenas

propriedades, na sua maioria desassistidas de políticas públicas e, do outro lado, a agricultura “moderna”, planejada principalmente a partir dos anos de 1940, e que vai contar com tecnologias desenvolvidas entre setor público e privado, além de assistência técnica e fortes subsídios através do Sistema Nacional de Crédito Rural²³ (SNCR) a partir de 1965.

Por meio de instrumentos movidos à energia animal, humana, da água e dos ventos, os camponeses com técnicas desenvolvidas e aprimoradas pelas sucessivas gerações, através da coprodução, reciprocidade e cooperação, produziam uma gama muito diversa de alimentos e produtos que satisfaziam as necessidades da família, com sobras para a comercialização local e regional (BRUM, 1987). Diferentemente, constituía-se a agricultura capitalista então dita moderna. Com volumosos créditos e juros subsidiados, a produção altamente mecanizada, movida à energia do petróleo, essencialmente em médias e grandes propriedades, hegemonizava-se e se resumia principalmente aos cultivos de trigo e soja, com a aplicação dos pacotes tecnológicos orientados pelas entidades de assistência técnica e extensão rural.

²³Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (BRASIL, 1965a). Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o Crédito Rural (BRASIL, 1965b). Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, que aprovou a regulamentação da Lei nº 4829 (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 11).

Quadro 1 – Agricultura Camponesa x Agricultura Capitalista

Agricultura Camponesa			Agricultura Capitalista		
Produtos	Energias	Instrumentos	Produtos	Energias	Instrumentos
Milho	Humana	Enxada	Trigo	Petróleo	Trator
Mandioca	Animal	Arado de tração animal	Soja		Colheitadeira automotriz
Feijão	Água	Foice			Arado de disco
Arroz	Vento	Machado			Terraceador
Lentilha		Máquina manual de plantar			Pulverizador
Ervilha		Foicinha de cortar trigo, arroz etc.			Caminhão
Abóbora		Ancinho			Avião
Centeio		Máquina de matar formiga			
Animais domésticos		Carroça			
Aves					
Hortaliças					
Legumes					
Verduras					
Frutas					
Aveia					
Cevada					
Amendoim					
Batata-inglesa					
Batata-doce					
Fumo					
Cana-de-açúcar					
Alfafa					
Porcos					
Gado leiteiro					

Fonte: Elaboração própria, com base em Brum (1987).

A agricultura moderna, síntese de um amplo planejamento transnacional, resultará em um sistema de produção pelo qual o agricultor torna-se dependente da indústria, comércio, setor financeiro e do Estado, quando ele não é parte desta última

instituição. Seguindo as estratégias da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA) e do Ponto IV, os programas “Aliança para o Progresso²⁴” (*Alliance for Progress*) e “Alimentos para a Paz²⁵” foram fundamentais nos anos de 1960 para consolidar e propagar a revolução verde pelo continente latino-americano. Lima e Dias (2016, p. 193) salientam que, no final dos anos 1950, o Senador Hubert H. Humphrey apresentou um relatório ao *Committee on Agriculture and Forestry of the United States Senate*, intitulado *Food and Fiber as a Force For Freedom*. O documento apontava que a PL480 era um passaporte para a entrada do comércio e das técnicas estadunidenses no mercado mundial e que também estava servindo como uma ferramenta de defesa do “mundo livre” ao possibilitar, por exemplo, a conversão dos alimentos subvencionados em custeio para alojamento militar e equipamentos de defesa. No primeiro caso, servia como meio de promoção de interesses econômicos.

Esse plano dos EUA e de suas corporações é sentido na mesorregião Noroeste por meio das transformações técnicas que os cultivos do trigo e da soja sofreram da segunda metade dos anos de 1960 em diante. Orientação para ações de conservação do solo, incentivo à mecanização e introdução de sementes selecionadas chegavam através das cooperativas, pesquisadores e entidades oficiais de assistência técnica. Brum (1987) destaca que as transformações na concepção de fertilização do solo iniciaram-se com a:

‘Operação Tatu’, desenvolvido em Santa Rosa – RS. Tal projeto foi executado dentro do convênio então celebrado entre a Universidade de Wisconsin, norte-americana e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o apoio da Secretaria da Agricultura do RS e do Ministério da Agricultura. O convênio entre as universidades norte-americana e gaúcha era decorrente do Acordo MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos), por sua vez, parte do intercâmbio de cooperação entre os dois países. E, atrás de tudo, a

²⁴A *Alliance for Progress* foi criada em 1961 pelo então presidente dos EUA, John Kennedy, o qual tinha como intenção cooperar e financiar projetos de desenvolvimento social e econômico em países tidos como estratégicos aos seus interesses geopolíticos na América Latina. Os países que participaram desta aliança foram: Brasil, Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Bolívia, Argentina, Peru e Chile. Um elemento forte que motivou os EUA a empreender diversas ações nesse sentido era a tentativa de afastar as influências soviéticas e cubanas sobre esses países.

²⁵No governo do presidente Dwight D. Eisenhower, foi aprovada a PL480 (*Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954*). Esse projeto orientava as ajudas alimentares dos EUA e já apontava as intencionalidades em relação aos propósitos dessas ações. Nos anos 1960, o projeto ficará mais conhecido como “Alimentos para a Paz”.

inspiração e cooperação da Fundação Rockefeller. (BRUM, 1987, p. 86-87).

Esse projeto desenvolvido no RS fazia parte da previamente citada “Aliança para o Progresso”. Com essas pesquisas colocadas em campo através da assistência técnica e extensão, aumentou substantivamente a utilização de agrotóxicos e adubos petroquímicos na agricultura gaúcha, adquiridos por meio de créditos facilitados (BRUM, 1987; DELGADO, 2012).

Até o final dos anos 1960, o trigo era o principal cereal cultivado, no entanto, no início da década de 1970 foi ultrapassado pela soja. Com um Complexo Agroindustrial (CAI) (DELGADO, 2012) praticamente consolidado, acrescido à crise dos cereais nos EUA na década de 1970 (MCMICHAEL, 2016), a soja teve seu preço aumentado e o Brasil adquiriu novos mercados para exportação, principalmente Europa e Ásia. Esse fator impulsionou as plantações nos territórios agricultáveis da mesorregião Noroeste, chegando rapidamente ao limite da fronteira agrícola do estado, o que acarretou a migração de parte desses agricultores rumo ao avanço de novas fronteiras agrícolas em Santa Catarina, Paraná e região Centro-Oeste do país (BRUM, 1987).

Esta modernização conservadora (SILVA, 1981; DELGADO, 1985, 2012), além de transformar os tipos de cultivo e técnicas produtivas no território, mudou também parcela dos sujeitos envolvidos no processo produtivo. Muitos produtores de soja e trigo passaram a ser pessoas advindas do comércio, médios e grandes empresários, que arrendam ou compram lotes de terra. Brum (1987) salienta que esses indivíduos possuíam condições financeiras para iniciar maiores investimentos, mas eram detentores de mais “traquejo” com os bancos. A produção, ao se resumir principalmente aos dois cereais já referidos, resultou em uma diminuição drástica da produção diversificada de alimentos, assim como desencadeou uma alteração dos hábitos alimentares.

A mecanização agrícola resultou na presença e desenvolvimento de uma indústria de peças e implementos agrícolas nas cidades-polos (TATSCH, 2008). Estas absorveram parte dos que estavam perdendo seus territórios no campo. Todavia, nessas mesmas cidades constituíam-se bolsões de periferias, com pessoas oriundas do campo e não absorvidas pelo comércio ou indústria (ALVES; TEDESCO, 2019).

A desterritorialização dos agricultores ocorreu pela alta mecanização agrícola,

a qual já não necessitava de um número considerável de força de trabalho nas propriedades, mas também pela exclusão das políticas públicas aos agricultores que não optassem por aderir aos pacotes tecnológicos ou não fossem considerados adequados por possuírem pequenas frações de terra.

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980, o setor agrícola enfrentou uma grande crise, resultante das constantes elevações do preço do barril do petróleo e dos novos acordos econômicos internacionais, por meio dos quais o Brasil deveria iniciar um processo de redução do crédito e subsídios agrícolas, o que se manteve até a primeira metade da década de 1990 (DELGADO, 2012).

Este desenvolvimento desigual, principalmente na década de 1970, revelou sua expressão falsa e dependente de políticas públicas. Ao optar pela não realização da reforma agrária nos anos de 1960 e não seguir uma via de desenvolvimento nacional por meio de investimentos na pesquisa, o Brasil adquiriu um passaporte de seguir um caminho de desenvolvimento territorial dependente e subordinado aos interesses externos.

A sociedade dependente não se articula em função de si própria, mas predominantemente é articulada em função de outros. Apresenta uma situação econômica, social, política e cultural subordinada, a qual condiciona o seu grau de desenvolvimento, que vai até onde permitem os interesses das nações dominantes. Em última instância, a situação de dependência é determinada pelas forças internas que compõem a sociedade dependente, bem como pela capacidade de enfrentamento das forças externas que a condicionam. Pois, dentro da sociedade dependente sempre há uma parcela minoritária que é beneficiada pela situação de dependência. Essa parcela se alia aos grupos e interesses externos e passa a defender a continuidade da situação existente, pois esta situação lhe é favorável. No passado, a parcela da sociedade brasileira beneficiada pela situação de dependência foram os senhores do açúcar, os barões do café, grandes comerciantes dedicados à exportação dos produtos primários e à importação dos artigos manufaturados. Hoje, quem são principalmente os segmentos da sociedade brasileira beneficiada pela 'moderna' situação de dependência do país? Principalmente os banqueiros, as multinacionais, as grandes empresas nacionais, os exportadores e, também, a maioria dos grandes empresários rurais. (BRUM, 1987, p. 126).

Portanto, a subordinação e a dependência serviram e servem aos interesses de minorias que estão no primeiro e no segundo território. Dessa forma, abdicaram-se os interesses nacionais e foram se consolidando os impérios alimentares, sob o complexo de sistemas e complexos em rede do agronegócio (COSTA NETO; FERNANDES, 2017) no regime alimentar corporativo. Esse modelo de desenvolvimento, ao desprezar os seres humanos pela contrapartida do lucro, foi

produzindo excluídos, dos quais boa parte se organizou para lutar pela democracia e por terra a partir de 1979, culminando na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984 (MST, 2019).

Em detrimento do planejamento de um modelo de desenvolvimento territorial de interesses externos, deixou-se de lado o investimento na produção de alimentos, o que tornou o Brasil importador de alimentos (BRUM, 1987) e exportador de commodities. As subvenções desse modelo de desenvolvimento foram realizadas via Banco do Brasil e demais bancos ou cooperativas de crédito, com recursos repassados do Banco Central. Este, por sua vez, enquanto agente financeiro representante do Estado Nacional, adquiriu por inúmeras vezes empréstimos com os EUA, mediado por corporações do mesmo país (DELGADO, 2012).

O governo brasileiro, ao realizar empréstimos com juros subsidiados, abaixo dos juros pagos no exterior, aumentava sua dívida externa. Muitos empréstimos no Brasil foram realizados inclusive para corporações que mediavam os empréstimos no exterior (BRUM, 1987). Com a crise no final dos anos 70 e a desregulamentação das políticas de fomento agrícola e industrial (DELGADO, 2012), mais o alinhamento do governo brasileiro às orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), a agricultura entrou em crise – consequentemente, o país – por necessitar das exportações para pagar suas dívidas externas em dólar e manter-se enquanto país confiável e dependente. Dessa forma, a agricultura de exportação mantinha-se dependente do Estado, e a recíproca é verdadeira.

A territorialização da mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense possui elementos bastante semelhantes em relação às demais regiões do estado. As zonas de campo foram as primeiras a serem ocupadas (GIMENO, 2019) para criação de gado e muares.

Os que desenvolviam as atividades pastoris eram principalmente militares que combateram nos diversos conflitos com os espanhóis nos séculos XVII, XVIII e XIX, até os últimos acordos de firmamento das fronteiras. Estes foram muitas vezes prestigiados com generosos lotes de sesmarias (PESAVENTO, 2014) para povoar e desenvolver atividades pastoris, mas também defender o território (VOGT, 2001). Segundo Vogt (2001), os que trabalhavam nesses latifúndios eram principalmente escravos. A autora apresenta que em 1858, apenas no território da então cidade de Rio Pardo, a Câmara Municipal apontou 34 peões e 171 escravos nas 40 maiores

propriedades. Dessa forma, predominando nessas regiões de campo os grandes latifúndios, oriundos das sesmarias, apossamentos, bem como a devida legalização a partir da Lei de Terras de 1850.

A mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense também foi colonizada por imigrantes provindos de diversas ilhas de Portugal, principalmente Açores (KÜHN, 1999). Já no final da década de 1840, após a Revolução Farroupilha (1835-1845) começaram a chegar os primeiros imigrantes alemães, os quais tiveram enorme relevância na diversificação e produção de alimentos logo que ocuparam os seus respectivos lotes. Leyforth (1988) salienta que a produção de alimentos era uma das intencionalidades que motivaram os incentivos do governo com a vinda dos imigrantes. A partir da segunda metade do século XIX chegaram os italianos, mas nessa mesorregião a quantidade foi irrelevante.

O que mais nos interessa no momento, sem desconsiderar outras questões, é compreender a territorialização da produção do tabaco nessa mesorregião, para que possamos, mais adiante, retomar as reflexões acerca do Plano Camponês em territórios que abrangem esses cultivos, assim como as conflitualidades que irão emergir nesses territórios.

A produção e o uso do tabaco remontam os povos aborígenes da América Central e da América do Sul, os quais o utilizavam para fins medicinais e ritos cerimoniais (BONATO; ZOTTI; DE ANGELIS, 2010; VOGT, 1994). No Brasil, a produção com finalidade comercial iniciou-se ainda no século XVII na região Nordeste. A importância desse produto em uma economia dependente da exportação ganhou destaque, inclusive fazendo parte do brasão da bandeira brasileira a partir de 1822 (BONATO; ZOTTI; DE ANGELIS, 2010). No Rio Grande do Sul, os principais cultivos para fins comerciais começaram no início do século XIX, no entanto, passaram a ganhar expressão a partir da produção desenvolvida pelos colonos imigrantes descendentes de alemães desde 1824 em São Leopoldo e 1850 nos territórios que atualmente abrangem a mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense, sobretudo o município de Santa Cruz do Sul e adjacências. Os camponeses recebiam cartilhas em português e alemão, para que estes qualificassem a ação nos processos produtivos (PESAVENTO, 1983). O tabaco era plantado pelos colonos concomitantemente a uma diversidade de alimentos. A partir dos excedentes do tabaco, começou a ser organizada uma cadeia produtiva artesanal que realizava o beneficiamento da

produção nos povoados e em Porto Alegre, de acordo com Pesavento (1983). Ainda segundo a autora, o estado em evidência tornou-se exportador para a Europa, com destino principalmente à Alemanha (PESAVENTO, 1983).

De acordo com Vogt (1994), a produção de fumo na mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense passou por três momentos de reestruturação nas relações sociais de produção até o início da década de 1990. O primeiro período, que se iniciou na territorialização da mesorregião pelos imigrantes de origem alemã, foi de 1849 até em torno de 1916. Nesse período, a produção de tabaco subordinou os camponeses, principalmente em relação aos comerciantes locais, os quais controlavam o preço do fumo, sementes, insumos e os produtos de primeira necessidade de que os colonos necessitavam adquirir. Porém, essa subordinação não era integral, pois os camponeses tinham a liberdade de plantar a quantidade de mudas que quisessem, poderiam utilizar insumos próprios e escolher o comerciante a quem iriam vender seu produto, embora muitos já estivessem comprometidos com algum comerciante (VOGT, 1994). O segundo período, a partir de 1917, foi uma transição em que o camponês deixava de ser subordinado pelos comerciantes locais para tornar-se, aos poucos, subordinado por uma indústria nacional e internacional, o que se consolidou a partir da década de 1970, constituindo o terceiro período. Vogt (1994, p. 13) infere que:

Os plantadores começam a adquirir insumos provenientes da indústria e fornecem a matéria-prima diretamente para a agroindústria beneficiadora a que estão ligados, eliminando os intermediários. A agroindústria passa a controlar cabalmente os estágios da produção e da comercialização da matéria-prima sem precisar se apropriar da terra e dos demais meios de produção. Interfere na forma de produzir e no tempo da produção ao fornecer sementes, insumos, assistência técnica, adiantar meios para a construção de estufas para a secagem das folhas de tabaco etc., com o intuito de obter a qualidade e a quantidade do produto desejado. (VOGT, 1994, p. 13).

Ainda, Vogt (1994) salienta que o caminhão da fumageira que ia buscar o fumo na casa do agricultor já levava o pacote tecnológico (sementes, adubos e venenos) e, desde o processo de produção até a colheita, sempre ocorriam visitas do técnico da empresa para orientar e fiscalizar as práticas do agricultor. A força dessas corporações internacionais na cadeia produtiva é tão grande que, embora o tabaco esteja no brasão do Brasil, esse cultivo não pode ter assistência técnica ou desenvolvimento de experimentos por entidades estatais, aponta Pinheiro (2010), é de exclusividade das instituições privadas.

As raízes das cadeias produtivas nas agriculturas da mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense e mesorregião Noroeste são de períodos distintos do desenvolvimento territorial brasileiro. Todavia, foi por meio das ações empreendidas desde as políticas públicas no período da então chamada modernização conservadora (DELGADO, 1985) que a produção do trigo e principalmente da soja tornaram-se hegemônicas nas lavouras da mesorregião Noroeste do RS (BRUM, 1986; ALVES; TEDESCO, 2015; RÜCKERT, 2003). Igualmente, porém com menor intensidade, a produção do tabaco na mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense se beneficiou desse período dos colossais recursos e subsídios públicos. Vogt (1994) destaca que o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi de grande valia para as instituições do setor tabagista, pois até a década de 1960 as empresas que subordinavam os camponeses nessa cadeia produtiva eram também os agentes financiadores. Com a criação do SNCR, essa atividade de risco (VOGT, 1994) foi passada para o Estado.

Na próxima seção, abordaremos a construção do Plano Camponês no Rio Grande do Sul, com destaque às mesorregiões que abordamos até este instante. Pensamos que o regime alimentar corporativo possui presença e poder hegemônico nesses territórios, com diferentes maneiras de atuar e se organizar, o que exige lutas e organização constante dos camponeses para que estes não sejam totalmente subordinados e/ou desterritorializados.

4.2 O Plano Camponês no Rio Grande do Sul

A construção do Plano Camponês no Rio Grande do Sul possui suas origens adjacentes às iniciativas de criar alternativas mediante os avanços da agricultura capitalista, conforme mencionado no debate sobre as origens do Plano Camponês, no capítulo discorrido anteriormente. No Rio Grande do Sul, estado em que empreendemos nossa investigação, os processos de subordinação e desterritorialização do campesinato têm se intensificado em territórios hegemonzados pelo cultivo de commodities financiadas por corporações transnacionais e políticas públicas estatais. Um exemplo é o PRONAF, cujos recursos são massivamente destinados a subsidiar os cultivos das cadeias produtivas do agronegócio, em

pequenas e médias propriedades, como é o caso da produção de soja e milho atualmente. Segundo a Cresol²⁶ (2019):

O intuito desse Programa é, portanto, fortalecer as atividades desenvolvidas pelo pequeno agricultor — também conhecido como agricultor familiar —, integrando-o à cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo. (CRESOL, 2019).

Porém, vale recordar que o PRONAF teve avanços significativos nas lutas dos movimentos socioterritoriais nos anos de 1990 (GÖRGEN, 2017), questão também abordada previamente neste estudo. Mas, esta política pública adquiria um caráter subordinatório na medida em que se restringia o seu direcionamento para as cadeias produtivas da agricultura capitalista; dessa forma, gerando desenvolvimento, todavia desigual (FERNANDES, 2013). Como alternativa, de acordo com Ambrózio (2019), liderança camponesa do MPA no RS, que vive na mesorregião Noroeste Rio-grandense:

O Plano começou a ser ideado, quando nos demos conta que as políticas públicas não estavam sendo produzidas por nós, e não serviam aos nossos interesses. Não queríamos plantar soja, mas a nossa agência bancária só financiava soja ou milho, e os armazéns só garantiam a compra da soja e do milho. Então começamos a prostrar no Movimento sobre um plano que fosse nosso. (AMBRÓZIO, 2019).

O “plano” citado pelo agricultor é o Plano Camponês, o que evidencia ser a bússola do movimento socioterritorial em questão, no sentido de embasar a criação e reivindicação de diferentes políticas públicas. Napoleoni (2019), outra referência camponesa no RS e que faz parte da direção nacional do MPA, expõe sua visão:

Nós temos trabalhado que o Plano Camponês é um programa estratégico do MPA, numa leitura em que as organizações sociais e políticas, durante os seus períodos históricos, manifestem num certo documento. Segundo Marx,

²⁶A Cresol é uma cooperativa de crédito. De acordo com informações contidas em seu site institucional, a “Cresol – Fornecendo soluções financeiras com excelência por meio do relacionamento. No dia 24 de junho de 1995, no interior do Paraná, nasceu a Cresol. Um Sistema Cooperativo que se desafiou a ser e fazer a diferença e hoje se destaca como uma das principais cooperativas de crédito do Brasil. O Sistema Cresol Baser possui mais de 210 mil famílias cooperadas e conta com agências de relacionamento em dez estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Rondônia, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, e segue com expansão para novas áreas. Fazendo parte da Cresol Confederação, que abrange 17 estados e mais de 550 mil cooperados, a Cresol trabalha com foco no atendimento personalizado, fornecendo soluções financeiras para gerar desenvolvimento dos cooperados, de seus empreendimentos e de toda a comunidade”. Aparentemente, constatamos que esta cooperativa tende a atuar com base no Paradigma do Capitalismo Agrário.

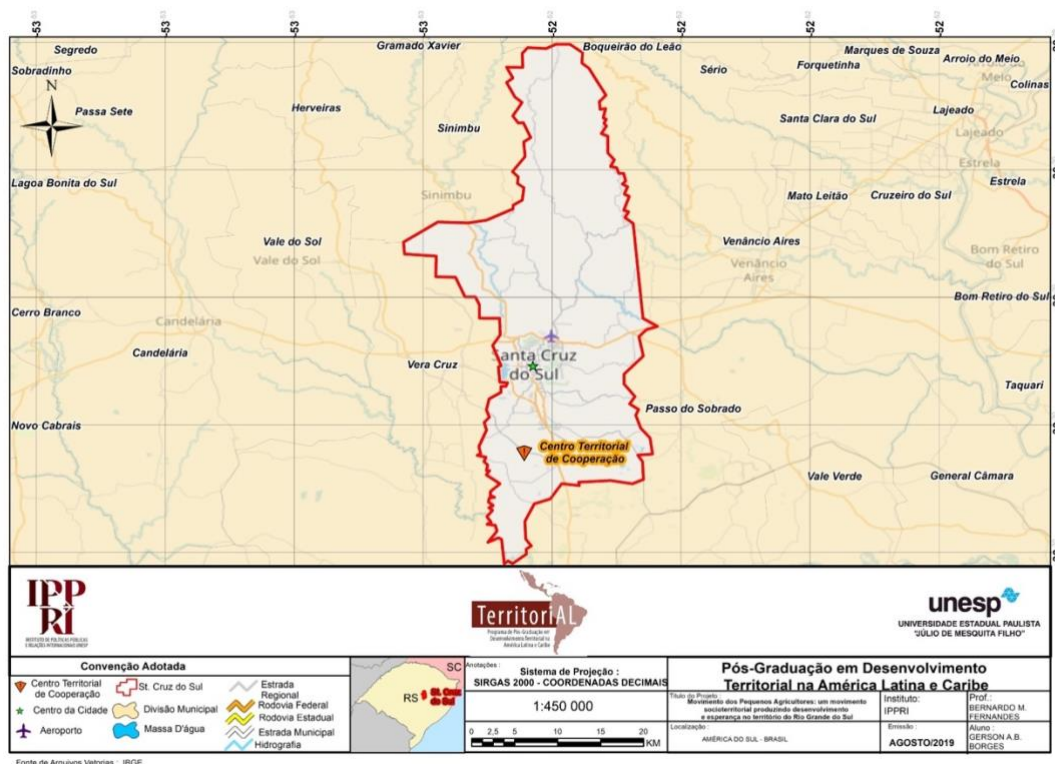
tinha uma organização no período do Manifesto do Partido Comunista, o programa agrário do período do Partido Social Democrata na Rússia... enfim, as organizações manifestam num documento aquilo que elas defendem pra sociedade. A gente chama de programa estratégico. Então nós compreendemos o Plano Camponês dentro desse marco. Ele representa os eixos, as propostas mais amplas, mais profundas de mudanças estruturais na agricultura, na pecuária, enfim, no desenvolvimento do campo... que colocam os povos tradicionais, originários e o campesinato, no seu conjunto, como a base desse desenvolvimento do campo. (NAPOLEONI, 2019).

A partir das conotações destacadas por Napoleoni (2019), é imperativo que o Plano Camponês tenha sido inequivocamente criado para apresentar um novo caminho de desenvolvimento que acolhesse e representasse os anseios dos pobres do campo. Destarte o abordaremos enquanto um programa estratégico e construiremos uma reflexão que coloca os Centros Territoriais de Cooperação em uma posição de destaque, pois acreditamos que estes detêm o potencial de conectar as diferentes dimensões e escalas territoriais junto com a capacidade de processar os fluxos de informações.

4.3 Centros Territoriais de Cooperação no Rio Grande do Sul

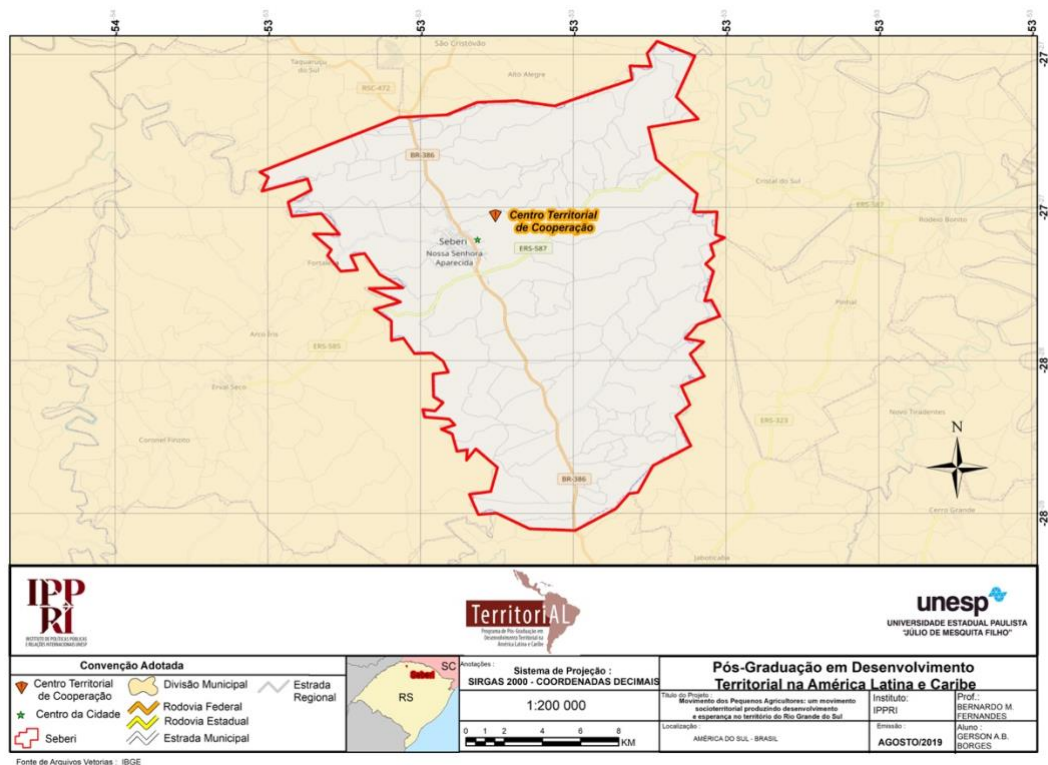
No estado do Rio Grande do Sul existem dois Centros Territoriais de Cooperação. O Centro Territorial de Cooperação São Francisco de Assis está localizado no município de Santa Cruz do Sul, na mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense. O outro Centro Territorial de Cooperação está situado no município de Seberi, compondo a mesorregião Noroeste Rio-grandense. Podemos observá-los a seguir nos Mapas 3 e 4.

Mapa 3 – Localização do Centro Territorial de Cooperação em Santa Cruz do Sul



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Mapa 4 – Localização do Centro Territorial de Cooperação em Seberi



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Esses centros estão territorializados em espaços de conflitualidade com a agricultura capitalista e com grande presença do campesinato (SILVA *et al.*, 2019). Empresas ligadas ao regime alimentar corporativo atuam em territórios de seu controle, mas também em territórios de influência do Movimento dos Pequenos Agricultores. Essa proximidade de interesses distintos tem elevado o nível de tensão nesses territórios.

Em Seberi e em outros municípios da mesorregião, um número elevado de agricultores que fazem parte do MPA, além de produzirem alimentos diversificados, permanecem subordinados a alguns cultivos de commodities da agricultura capitalista.

Participo do MPA desde as lutas da seca em Sarandi. Lá nós acampamos na beira da BR, e com muita luta e persistência conseguimos arrancar ajudas do governo que evitaram a gente perder as nossas propriedades para os bancos e grandes proprietários da época. Hoje, graças as conquistas que tivemos com o movimento, nossa família produz quase tudo que comemos, mas ainda plantamos soja transgênica e usamos veneno. Queremos parar, mas as cooperativas aqui da região só garantem a compra da soja, do milho e do trigo. E o PRONAF sai mais fácil quando financiamos para plantar estes cultivos. (BINO, 2019).

O agricultor Bino (2019), ainda, notabiliza as conflitualidades e suas mudanças de roupagem no tempo, muitas vezes ocultas ou passadas de maneira despercebida por parte das pessoas no território:

Meu avô contava histórias que antigamente os grande fazendeiro aqui das redondezas, quando queriam a terra de algum pequeno igual a nós, eles primeiramente faziam uma pequena oferta em dinheiro, quase sempre as famílias não aceitavam, então eles vinham com seus pistoleiros e colocavam fogo na propriedade. Com muitas ameaças e violência, obrigavam as famílias a saírem por bem ou por mal, até matando. Agora, hoje em dia mudou bastante, na verdade, não muito. Aqui nos entornos da minha propriedade há uns 20 anos atrás viviam mais 9 famílias. Hoje, vive a minha e a família do seu José. Os demais, venderam as terras e foram pra cidade. Claro que não foi sob a pressão de armas e pistoleiro. No período de safra grande de soja, os granjeiros vem ofertar grandes quantidades de sacas de soja, pelas nossas terras, deste jeito, muitos vizinhos venderam as terras, outros venderam em tempos de preço baixo da saca da soja, frustração da safra, ou por estarem com algum tipo de doença brabra, eu ate acho que essas doenças é devido aos venenos forte que é usado nas lavoura, principalmente de soja, milho, trigo e feijão. Agora, só sei mesmo que estamos ficando em poucos aqui na roça. Mas o MPA está ajudando a gente resistir e criar alternativas, se não fosse o Movimento aqui, acho que não tinha ninguém mais aqui nas quebradas. (BINO, 2019).

Os fatos expressos pelo agricultor Bino demonstram as conflitualidades nesses territórios e as consequentes e diferentes formas de violência sofridas pelos

camponeses, desde as memórias de seu avô até os dias atuais. A transformação da violência das armas para a das políticas agrícolas anexas aos pacotes da revolução verde apenas modernizaram os processos de desterritorialização e subordinação camponesa.

A realidade vivida por Bino é em alguns aspectos similar à dos agricultores que fazem parte da base do MPA na mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense, em municípios onde predomina a produção da commodity do tabaco. Nesses territórios, as conflitualidades também são constantes pelo motivo de os interesses das fumageiras serem antagônicos aos dos camponeses e consequentemente do MPA.

O setor tabagista tem grande influência nas prefeituras, câmaras de vereadores, judiciário, escolas, universidades, comércio e demais entidades municipais. “Nós do MPA por muito tempo fomos considerados os ‘patinhos feio’, por criticar ‘as empresa’ desse setor e dizer que outro tipo de agricultura é possível”, lembra Januário (2019).

Em Santa Cruz do Sul e municípios limítrofes, concentram-se as principais empresas fumageiras do Brasil²⁷. Na cidade vizinha, Vale do Sol, em 2007, uma senhora camponesa produtora de fumo teve sua produção confiscada a pedido da empresa Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. Joana (2019), agricultura e da base do MPA, acompanhou o caso: “Dona Eva, me disse seu filho, ficou desesperada com a presença da polícia, oficiais de justiça e funcionários da empresa em sua casa, pois estavam lá para levar o trabalho árduo de 1 ano”. Nesse episódio trágico, enquanto carregavam a sua produção, Eva cometeu suicídio.

Para a empresa, a morte de Eva só valeu um ‘comunicado oficial’. Nele, representantes da Alliance lamentavam ‘o ocorrido’ e diziam que o suicídio foi uma ‘fatalidade’. A fumageira garantiu que o arresto – como é chamado pela justiça o sequestro de bens para garantir um pagamento – ocorreu por ‘quebra de contrato’, ou seja, por dívidas que a agricultora não teria pago. Contudo, Eva não tinha, de fato, dívida. O contrato dela com a fumageira venceria em 31 de julho de 2007 e a execução do arresto veio em 31 de janeiro, com seis meses de antecipação. No ano anterior, a Alliance havia

²⁷ Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda – Venâncio Aires – RS – Brasil; ATC – Associated Tobacco Company Brasil Exportação e Importação de Tabaco Ltda – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil; Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A – Venâncio Aires – RS – Brasil; China Brasil Tabacos Exportadora S.A. – Venâncio Aires – RS – Brasil; CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A, Venâncio Aires – RS – Brasil; JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil; Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil; Premium Tabacos do Brasil S/A – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil; Souza Cruz Ltda. – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil; Tabacos Marasca Ltda. – Venâncio Aires – RS – Brasil; Universal Leaf Tabacos Ltda. – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil; UTC Brasil Indústria e Comércio de Tabaco Ltda – Venâncio Aires – RS – Brasil.

comprado 100% do tabaco da camponesa e renovado o compromisso. De acordo com uma comissão parlamentar formada por deputados estaduais e federais gaúchos, que acompanhou o caso, notas fiscais comprovavam que não havia motivo para o arresto. O juiz responsável argumentou que Eva tinha parcelas de uma dívida em atraso e que, mesmo que o contrato novo não estivesse vencido, ele poderia, amparado pela lei, antecipar a cobrança e exigir o arresto em favor da fumageira. (NETO; PERES, 2019).

Esse lamentável acontecimento é o resultado de uma das faces do agronegócio do fumo. Mas não é só isso, de acordo com Almeida (2005), os agricultores envolvidos nessa cadeia produtiva estão expostos a agrotóxicos danosos à saúde e à nicotina liberada pela folha no momento da colheita. Esta última causa a chamada doença da folha verde²⁸. Estudos acadêmicos já demonstram a relação desse cultivo com elevados índices de depressão, suicídio e câncer (NETO; PERES, 2019; ALMEIDA, 2005).

Diante do trabalho pesado e dos riscos à saúde que a produção de fumo envolve, o êxodo da juventude do campo para a cidade tem se mantido constante, com o aval e incentivo dos familiares.

Não temos espaço para discutir o preço da arroba do fumo. A empresa leva o nosso fumo e classifica como eles querem. Viremo peão deles. Desse jeito é difícil a gente continuar sendo colono. Não quero este futuro para os meus filhos, é melhor eles irem embora pra cidade mesmo. (ELIAS, 2019).

As investidas do Regime Alimentar Cooperativo têm ocorrido em diferentes dimensões e escalas do território, como temos constatado. Isso obviamente não é novidade no modo de produção capitalista, todavia, suas estratégias de ação renovam-se constantemente e, da mesma maneira, a resistência camponesa.

Abaixo, vemos fotos recentes da territorialização dos respectivos Centros Territoriais de Cooperação – uma das estratégias de enfrentamento e produção de

²⁸De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, “A ‘doença da folha verde do tabaco’, que costuma atingir trabalhadores do setor do fumo, é uma espécie de overdose de nicotina, que é absorvida pela pele do trabalhador na colheita das folhas. O suor, o orvalho e a chuva facilitam o contato da substância com a pele. Mesmo não sendo fumantes, as pessoas que desenvolvem a doença chegam a ter uma quantidade da substância cotinina na urina maior do que quem fuma. O mal causa dores de cabeça, tontura, náuseas e cólica. Dura alguns dias e pode afetar a mesma pessoa repetidas vezes. A doença da folha verde do tabaco ainda é pouco conhecida e os médicos costumam confundir-la com outras enfermidades. Várias pesquisas estão em andamento para detectar todas as consequências dessa doença”.

alternativas ante a agricultura capitalista, como já salientamos em outros momentos desta dissertação.

Imagem 5 – Centro Territorial de Cooperação em Seberi



Fonte: Arquivo do autor.

Imagem 6 – Centro Territorial de Cooperação em Santa Cruz do Sul



Fonte: Arquivo do autor.

Os Centros possuem técnicas da bioconstrução²⁹. A próxima imagem apresenta algumas fases da construção de uma das estruturas do Centro Territorial de Cooperação São Francisco de Assis, em Santa Cruz do Sul. De acordo com Januário (2019), camponês da direção estadual e nacional do MPA que teve participação ativa no processo de construção do Centro Territorial de Cooperação:

As construções que nós projetamos foram para suprir nossas demandas, a partir das múltiplas funcionalidades do centro elaboradas para dar conta de parte das estratégias do Plano Camponês. Seguimos princípios da bioconstrução, porque nós acreditávamos e queríamos validar tecnologias sustentáveis, para, então, dialogarmos com as nossas bases. Quero frisar que todas as construções que fizemos, mais de mil metros quadrados, foram feitas com trabalho voluntário dos camponeses da base do MPA e de estudantes secundaristas e universitários, simpatizantes com as bandeiras de luta do movimento. (JANUÁRIO, 2019).

Imagem 7 – Construindo os Centros Territoriais de Cooperação



Fonte: Arquivo do autor.

²⁹De acordo com o estudo realizado por Prompt (2008) para o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, podemos inferir que a bioconstrução baseia-se na construção de ambientes sustentáveis por meio do uso de materiais de baixo impacto ambiental, com adequação da arquitetura ao clima local e tratamento de resíduos. Fazem parte da bioconstrução os sistemas construtivos que respeitam o meio ambiente, desde a fase de projeto e de construção do edifício, juntando-se a escolha dos materiais e técnicas de construção adequadas, até ao longo do uso do edifício, além da adequação de tecnologias que possibilitem eficiência energética renovável. (LENGEN, 2004; PROMPT, 2008).

São nesses territórios que se encontram as cooperativas territoriais e acontecem os processos organizativos de formação, cooperação, administração, industrialização, comercialização, produção, experimentação e validação de tecnologias camponesas.

4.3.1 Construindo experiências emancipatórias a partir dos Centros Territoriais de Cooperação

4.3.1.1 Mutirão da Esperança Camponesa

Desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016 (HAIDAR; ROSSI; OLIVEIRA; BIANCHI, 2019), o governo brasileiro vem realizando uma série de reformas no Estado, muitas das quais retiram direitos e conquistas da classe trabalhadora. A Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos que modificou parte da Constituição Federal de 1988 para alterar o regime fiscal, limitando os gastos públicos por 20 anos em setores essenciais – incluindo saúde e educação (DELGADO, 2016), a reforma trabalhista e a reforma da previdência – é um exemplo concreto de que o Estado brasileiro, a partir de 2016, vem sendo gerenciado por setores do segundo território com interesses contraditórios aos dos trabalhadores, sejam camponeses ou das demais classes subordinadas.

Para denunciar as ações do governo anunciadas no parágrafo anterior, o MPA organizou o Mutirão da Esperança Camponesa.

Para o MPA, o mutirão é mais que uma técnica de produção para os camponeses e camponesas. É uma expressão de solidariedade e confiança que surge nas situações mais difíceis da vida da comunidade camponesa. É com esse sentido que o Movimento está realizando em todo país, durante o ano de 2017, um grande processo de mobilização para debater a situação do povo brasileiro e entender quais são os nossos desafios na luta por uma vida mais justa. (MPA, 2017).

Com esses objetivos, o Mutirão da Esperança Camponesa reuniu grupos de militantes que iam aos municípios para dialogar com prefeitos, vereadores, religiosos, estudantes, trabalhadores urbanos e camponeses a respeito dos problemas locais e também das mudanças na política brasileira. Carlos (2019) lembra, em relação ao mutirão, que, além de dialogar com as pessoas, também realizavam atividades práticas.

Nas comunidades que tinha pessoas enfermas, nós ajudamos no serviço que estava por fazer na propriedade desta pessoa. Colhemos milho, feijão, limpamos a lavoura. Teve lugares que as pessoas não recebiam assistência técnica, então, organizamos alguns cursos para as pessoas aprenderem a produzir insumos orgânicos e, até mesmo, técnicas para preservar as sementes não transgênicas. (CARLOS, 2019).

Através dessas ações, o pensamento da cooperação sistêmica foi materializado nas atividades do mutirão, e os Centros Territoriais de Cooperação apontados enquanto territórios de referência para vivenciar e conhecer alternativas de desenvolvimento. A ênfase permeou a necessidade de organização dos trabalhadores e de luta para manter os direitos conquistados e, da mesma maneira, para alcançar novas políticas públicas que influenciem o desenvolvimento pretendido; questões estas inquietantes devido ao processo de impeachment sofrido pela então presidenta da República Dilma Rousseff.

4.3.1.2 Escola da Memória Camponesa

Desde 2014, o MPA organiza turmas de estudos com a participação de camponeses para refletir questões referentes à “memória camponesa” sob diferentes dimensões, todavia, principalmente em relação à história de resistência e luta camponesa em momentos distintos da história. Esses estudos estão diretamente relacionados à dimensão do eixo “Campesinato, História e Memória” do Plano Camponês (NAPOLEONI, 2019).

Os Centros Territoriais de Cooperação são abordados nesses cursos como territórios de referência em relação ao projeto estratégico do MPA, o qual expressa o “desenvolvimento territorial geográfico e histórico do campesinato”³⁰. Dessa forma, as singulares técnicas de produção que foram fundamentais para o desenvolvimento da civilização humana são mantidas em experiências produtivas aliadas a novos

³⁰Refiro-me ao desenvolvimento territorial a partir da perspectiva do campesinato do MPA. Entendemos que esse desenvolvimento é uma síntese de diferentes experiências não capitalistas e capitalistas na história, que alteraram territórios em diferentes dimensões e escalas. Se o conhecimento é alterado cotidianamente no confronto de experiências do passado com a realidade presente (VIGOTSKY, 2018), as experiências camponesas do passado em contato com a realidade presente praticada pelo MPA e demais movimentos socioterritoriais camponeses constituem uma síntese que gera uma nova tese (HEGEL, 2011) de desenvolvimento nos Centros Territoriais de Cooperação constantemente.

conhecimentos e, quando não é possível na prática, registradas em manuais, cartilhas e/ou livros.

Na escola da memória, estudamos sobre os lutadores do povo, principalmente aqueles que estavam junto com os camponeses, lutando pelos interesses desta classe e demais trabalhadores. Conseguimos entender e sentir, entre muitas coisas, que antes de nós outros já lutavam, por outros e por nós. O Centro Territorial de Cooperação acaba representando um acúmulo da história de lutas de nossos antepassados. É o nosso território sagrado, que nos liga com o passado, presente e futuro. (CARLOS, 2019).

Esses elementos apontados pelo camponês Carlos indicam a importância dos estudos em torno da “memória camponesa” para projetar a superação das diferentes dimensões da subordinação camponesa, que vai do controle do território, tanto material como imaterial.

4.3.1.3 A Esperança na Nova Geração Camponesa

O trabalho organizativo com a juventude tem uma urgência, pois dele depende o futuro do movimento (CARLOS, 2019). Com o objetivo de formar uma nova geração camponesa – em um momento de crítica e de superação da sociedade capitalista patriarcal – comprometida com valores socialistas e com o Plano Camponês, o MPA criou um método organizativo de trabalho com a juventude (NAPOLEONI, 2019).

Na estrutura organizativa dos jovens no MPA, o coletivo da juventude cumpre a função dirigente e organizativa nos níveis regional, estadual e nacional. Este coletivo, em conjunto com a direção do movimento, é responsável pela criação, formação e organização de Brigadas da Juventude camponesa e popular, principalmente em pequenas e médias cidades (SILVA, 2019).

As brigadas da juventude têm como referência produtiva, tecnológica e de cooperação as experiências em desenvolvimento nos nossos Centros Territoriais de Cooperação. Fazem parte os jovens que passaram por processos formativos no Movimento e estão comprometidos em denunciar a estrutura social atual e anunciar o Plano Camponês e um Projeto Popular para o Brasil enquanto alternativas de desenvolvimento. Estas brigadas também são o polo centralizador e formador da juventude camponesa e popular. Nós entendemos que o número ideal é de 12 a 15 jovens por brigada, isto ajuda na locomoção e atuação com maior agilidade e eficiência nos diferentes territórios definidos pelo Movimento. (LUCIA, 2019).

A partir do trabalho teórico e prático desses brigadistas, são criadas novas ferramentas organizativas com o objetivo de o trabalho de base atingir uma maior escala territorial. Silva (2019) salienta que as “caravanas da juventude” são um exemplo do resultado dos trabalhos dos brigadistas. De acordo com um membro das brigadas do MPA:

A caravana é composta por um grupo de 3 a 5 jovens preparados para dialogar com a população urbana e camponesa. Debatem os problemas locais, possíveis soluções dos problemas, apresentam teatro e dialogam com autoridades locais. Eles são extremamente versáteis. Agora, pretendemos construir ‘caravanas territoriais’. A ideia é que nesta nova modalidade de caravana, a direção do Movimento indique os territórios prioritários e a equipe possa ficar mais tempo, para poder melhor diagnosticar a realidade de onde estão inseridos, para que deste jeito possam intervir com maiores possibilidades de sucesso. Portanto, nosso esforço é que estes da caravana, na maioria das vezes, possam já ter raízes no território a ser trabalhado. (MATIAS, 2019).

As iniciativas oriundas das caravanas tendem a ter um potencial que supera as ações de agitação e propaganda do Movimento. No tempo que são planejadas para que haja trabalhos mais consistentes com enraizamento no território dos sujeitos envolvidos em um período prolongado de desenvolvimento das atividades, a versatilidade desses jovens torna-se fundamental para o êxito do que está ideado, pois eles irão atuar perante diferentes realidades (SILVA, 2019b). Diante disso, conhecer e dominar o pensamento e as práticas do Plano Camponês é essencial, além de uma disciplina de estudo que abranja os diversos campos do conhecimento humano sob a perspectiva socialista, todavia, não dogmática, salienta o dirigente Napoleoni (2019).

Mediante a prévia ideação do que se deseja alcançar com o trabalho das caravanas, a nova geração camponesa comprometida com o Plano Camponês e com um Projeto Popular para o Brasil é o central (MATIAS, 2019). Pensamos que esses objetivos só serão alcançados se nós instrumentalizarmos as pessoas a entenderem o mundo em que vivem além das aparências e ajudá-las em questões concretas do dia a dia que dificultam sua felicidade e reprodução com dignidade (NAPOLEONI, 2019).

No instante em que os Centros Territoriais de Cooperação representam pequenos laboratórios multidimensionais que o MPA vem teorizando e praticando dentro da escala estadual do RS, possibilitam utilizar a caravana como exemplo de

práticas políticas, sociais, ambientais e econômicas que divergem da sociedade capitalista e apontam alternativas ao que está posto atualmente, visto na aparência enquanto natural e imutável.

A articulação de experiências praticadas nos Centros Territoriais de Cooperação, e destes espalhadas nos territórios camponeses e demais territórios em disputa, abrangem a tipologia dos territórios, suas multiescalaridades e multidimensionalidades. Estas, por vezes, estão associadas a ações unicamente pensadas, sistematizadas e materializadas pelo conjunto do movimento socioterritorial. Porém, outras estão associadas a políticas públicas elaboradas pelo Estado e dialogadas previamente, com diferentes intensidades e intenções com os movimentos socioterritoriais.

De maneira breve, apresentaremos no próximo item algumas reflexões em torno das políticas públicas PRONATEC Campo, ATER e Programa Camponês, que foram construídas em conjunto com o Estado, porém em diferentes momentos, bem como os graus de participação dos movimentos socioterritoriais.

4.3.1.4 PRONATEC Campo

Nos Centros Territoriais de Cooperação de Seberi e Santa Cruz do Sul, entre 2013 e 2016, o MPA organizou cursos de capacitação técnica para camponeses de diferentes idades por meio do PRONATEC Campo³¹. Os cursos eram demandados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e ofertados pelos Institutos Federais, que também acompanhavam o tempo de execução.

Por meio do PRONATEC Campo, no ano de 2013, o MPA realizou dois cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) de 'Agricultor Familiar' com 200 horas de duração. Em 2014, foram seis turmas: cinco de 'Agricultor Familiar' e uma de 'Cervejeiro Artesanal'. Já no ano de 2015, houve atrasos para o início dos cursos, porém, foi firmada parceria para a realização de 11 turmas; sendo que cinco turmas eram de 'Agricultor Orgânico', uma turma de 'Agricultor Familiar', duas turmas de 'Editor de Vídeo', uma turma de 'Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas', uma turma de 'Mecânico de Máquinas Agrícolas' e uma turma de 'Destilador de bebidas'. (MPA, 2016).

³¹O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

De acordo com Antonio (2019), um dos responsáveis pelo MPA na época em que a política pública PRONATEC estava em andamento, os cursos eram demandas da base do movimento. Essas reivindicações se originavam principalmente nas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, as quais iremos abordar mais adiante.

Tivemos cursos que eram solicitações específicas para aperfeiçoar com mais tempo o que já vinha sendo feito na área das práticas de produção. O que foi o caso dos cursos de 'Agricultor Familiar' e 'Agricultor Orgânico'. O curso de destilador de bebidas foi solicitado para especializar um grupo de camponeses e técnicos do MPA que já tinham envolvimento na produção de cachaça em pequenos alambiques e nas microdestilarias instaladas nos Centros Territoriais de Cooperação. O curso de cervejeiro artesanal foi demandado por conta de camponeses que na juventude acompanhavam os seus avós na produção de cerveja artesanal em casa, mas que na atualidade, já estavam perdendo este conhecimento e tinham o interesse de resgatá-lo. Já os cursos de operador de máquinas e implementos agrícolas, e mecânico de máquinas agrícolas, veio suprir uma antiga demanda dos agricultores, que sempre estavam solicitando um tempo de acessoria técnica para poderem operacionalizar e realizar manutenção em seus maquinários agrícolas com maior conhecimento de causa. O curso de editor de vídeos foi solicitado pelos jovens que tinham a intenção de registrar e produzir pequenos vídeos relacionados ao cotidiano do campo. (ANTONIO, 2019).

A ementa dos cursos, assim como a metodologia, eram construídas com educadores e educandos em encontros que antecediam o início oficial.

Não fomos convidados para pensar a política pública PRONATEC. Depois que a política pública estava criada, fomos convidados para participar das reuniões entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Institutos Federais. A partir dos cursos existentes no guia PRONATEC, a gente podia demandar para o MDA e prosear em conjunto com os Institutos Federais, pois estes últimos ofertavam os cursos. Por já termos uma relação de parceria com o Instituto Federal Farroupilha, optamos em comum acordo que esta instituição seria a ofertante dos cursos demandados por nós aqui no RS. A relação foi excelente, pois construímos em conjunto o projeto político-pedagógico dos cursos. Mas sabemos que em outros estados as dificuldades foram imensas, muitas vezes impossibilitando dos cursos acontecerem, por falta de diálogo dos representantes dos Institutos Federais junto ao MPA e demais movimentos. Os relatos que chegavam até nós é que estes institutos que dificultavam as relações, em sua maioria, tinham maiores compromissos de parceria com os representantes do agronegócio local. (ANTONIO, 2019).

O relato de Antonio citado acima leva-nos a pensar que a política pública PRONATEC, embora tenha sido produzida inicialmente de cima para baixo – logo, com grandes possibilidades de ser subordinatória, visto que houve diálogos entre demandantes, movimentos socioterritoriais e ofertantes, com identificação política dos

sujeitos do primeiro e segundo territórios –, adquiriu um caráter emancipatório (FERNANDES, 2013). Já as dificuldades encontradas, como observamos na fala de Antonio, estão justamente nos momentos de ausência de diálogo, assim como de controle, mesmo que parcial, de parceiros do regime alimentar corporativo em setores do primeiro território.

Nos cursos organizados pelo MPA no RS, cada aluno recebia uma bolsa de incentivo de 180 reais mensais, durante seis meses, para custear parte das despesas relacionadas a transporte e alimentação (MPA, 2016), dessa forma, facilitando e motivando a frequência de todos os inscritos.

Nas 19 turmas de PRONATEC Campo, chegou-se ao número total de 550 participantes envolvidos nas atividades teóricas e práticas realizadas nos Centros Territoriais de Cooperação. As disciplinas trabalhadas mantinham conexões com os eixos do Plano Camponês (MPA, 2016).

O PRONATEC do MPA me deu a oportunidade de poder voltar para a sala de aula e estudar coisas que me interessam. Neste curso de 'Agricultor Familiar', pudemos estudar assuntos que estão me ajudando a melhorar a gestão da minha propriedade. Em relação ao jeito de produzir, descobri coisas que nunca imaginei, por exemplo, que com a cinza da casca do arroz, posso ter silicato para melhorar a fertilidade das minhas hortaliças. Esse curso me deu mais energia, liberdade e esperança para seguir fazendo o que dá sentido em minha vida no meu território. Acredito que enquanto estou produzindo alimentos saudáveis, também estou lutando em defesa do meu território. (JOANA, 2019).

À vista disso, pensamos que, por meio do PRONATEC, os camponeses ligados ao MPA puderam debater sobre o projeto político do Movimento, especializar-se em algumas práticas que permeiam diferentes métodos de administrar suas propriedades, cuidar dos Sistemas Camponeses de Produção, industrializar e agregar preço no excedente, utilizar com mais segurança as máquinas, bem como realizar pequenos reparos, e registrar as ações pertinentes por meio de pequenos vídeos e fotografias.

No Quadro-síntese a seguir, apresentamos cada um dos cursos e suas respectivas disciplinas, cargas horárias e número de aulas.

Quadro 2 – Quadro-síntese da estrutura curricular dos cursos de PRONATEC desenvolvidos pelo MPA

Curso “Capacitação em Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas”		
Disciplinas	Aulas	C.H
Ética e Cidadania	02	5
Procedimentos de Organização, Manutenção e Segurança	05	20
Introdução ao Manejos de Conservação do Solo	03	15
Operação e Regulagem de Máquinas Agrícolas e Equipamentos Utilizados no Preparo do Solo e Manejo das Culturas	15	60
Operação e Regulagem de Máquinas Retroescavadeiras	15	60
TOTAL	40	160
Curso “Capacitação em Mecânico de Máquinas”		
Disciplinas	Aulas	C.H.
Ética e Cidadania	1	2
Introdução à Mecanização, Mecânica Rural, Galpões de Máquinas e Segurança no Trabalho	3	10
Motores Agrícolas	4	15
Tratores de Uso Agrícola	7	25
Máquinas para Preparo do Solo	5	20
Máquinas para Semeadura e Adubação	7	25
Máquinas para Tratamentos Culturais	5	20
Máquinas para Colheita	6	23
Máquinas para Silagem e Fenação	3	10
Combustíveis e Lubrificantes	3	10
TOTAL	44	160
Curso “Capacitação em Cervejeiro Artesanal”		
Disciplinas	Aulas	C.H.
Ética e Cidadania	1	4
História da Cerveja	5	20
Componentes da Cerveja e suas Funções	14	56
Sanitização	5	20
Processos Fermentativos e Produtivos	25	100
TOTAL	50	200

Curso “Capacitação em Edição Audiovisual”		
Disciplinas	Aulas	C.H.
Ética e Cidadania	1	4
Introdução à Comunicação Social	8	32
Introdução à Fotografia	9	36
Introdução a Audiovisual	11	44
Edição de Audiovisual	11	44
TOTAL	40	160
Curso “Capacitação em Destilador de Bebidas”		
Disciplinas	Aulas	C.H.
Ética e Cidadania	5	20
Gestão e Planejamento da Propriedade Familiar	3	12
Plantas, Plantio e Manejo Ecológico do Solo	10	40
Etapas da Fabricação dos Destilados	10	40
Edifício, Instalações e Procedimentos	5	20
Legislação	7	28
TOTAL	40	160
Curso “Capacitação em Agricultor Familiar” ³²		
Disciplinas	Aulas	C.H.
Ética e Cidadania	5	20
Gestão e Planejamento da Propriedade Familiar	5	20
Manejo Ecológico do Solo	12	48
Manejo Ecológico dos Sistemas de Produção	12	48
Agricultura Familiar x Meio Ambiente x Decrescimento	6	24
TOTAL	40	160

³²Entendemos que ser camponês não se resume a um modo de vida; é uma posição política, uma relação social e com a natureza, que produz desenvolvimento. Antonio (2019) nos reafirmou esse prisma ao salientar: “É importante frisar que os cursos de Capacitação em Agricultor Familiar não expressaram em nenhum momento a ideia de a gente querer transformar camponeses em agricultores familiares, mesmo porque a gente entende que todos os camponeses são agricultores familiares, assim como todos estes últimos são camponeses. Acontece que alguns estão presos à ideologia do agronegócio. Lutam e trabalham contra eles mesmos, é uma pena, mas daqui a pouco a gente se movimenta de novo e pode ser que uma hora dessas eles se acordem deste longo sono”.

Curso “Capacitação em Agricultor Orgânico”		
Disciplinas	Aulas	C.H.
Ética e Cidadania	5	20
Gestão e Planejamento da Propriedade Familiar	5	20
Alternativas de Viabilização da Propriedade Familiar	10	40
Insumos Alternativos para a Agricultura Familiar	15	60
Agricultura Familiar x Meio Ambiente x Decrescimento	15	60
TOTAL	50	200

Fonte: Elaboração própria, com base em MPA (2015).

Como podemos constatar, a disciplina “Ética e Cidadania” fez parte da grade curricular de todos os cursos. Analisando a ementa dessa disciplina nos Projetos Político-Pedagógicos (MPA, 2015), entendemos que ela formava um eixo transversal, porém, com diferenças na carga horária em cada curso. A respeito dessa diferença, Antonio (2019) infere que:

Em todos os cursos que nós organizamos do PRONATEC Campo, existia a carga horária máxima que deveríamos dissolver entre as disciplinas. Acontece que esta carga horária oficial não dava conta dos propósitos nossos e dos educandos. Então, além do número de horas oficial, tivemos uma carga horária paralela, que complementou. Por exemplo, na disciplina Ética e Cidadania, trabalhamos com todas as turmas, 20 horas. Em todas as disciplinas, tivemos sempre mais horas do que o número que estava no papel, o que certamente deu mais qualidade na formação de todos. (ANTONIO, 2019).

Esse aumento prático na carga horária dos cursos possibilitou uma formação mais ampla no ambiente da sala de aula e do campo. Na imagem adiante, os camponeses participantes do curso PRONATEC “Capacitação em Agricultor Familiar” estavam em uma oficina teórico-prática, realizando podas em árvores frutíferas em sistemas agroflorestais no Centro Territorial de Cooperação de Santa Cruz do Sul.

Imagem 8 – PRONATEC – Poda de árvores frutíferas



Fonte: Arquivo do autor (2014).

Essas práticas responderam às dúvidas que os camponeses possuíam a respeito de determinados manejos. Joana (2019) lembra que na sua agrofloresta pairavam algumas incertezas em relação às melhores técnicas e períodos do ano para a realização da poda das árvores frutíferas.

Depois da sala de aula, a gente ia na agrofloresta mexer nas plantas com a mão, o que a gente tinha apontado com a caneta era praticado. Minha agrofloresta ganhou qualidade com a minha participação no curso. Às vezes a gente quase cansava o professor. O que eu fazia em casa depois das aulas, levava as dúvidas pro professor novamente. (JOANA, 2019).

As palavras ditas por Joana são simples e profundas ao revelarem os caminhos da aquisição e produção do conhecimento.

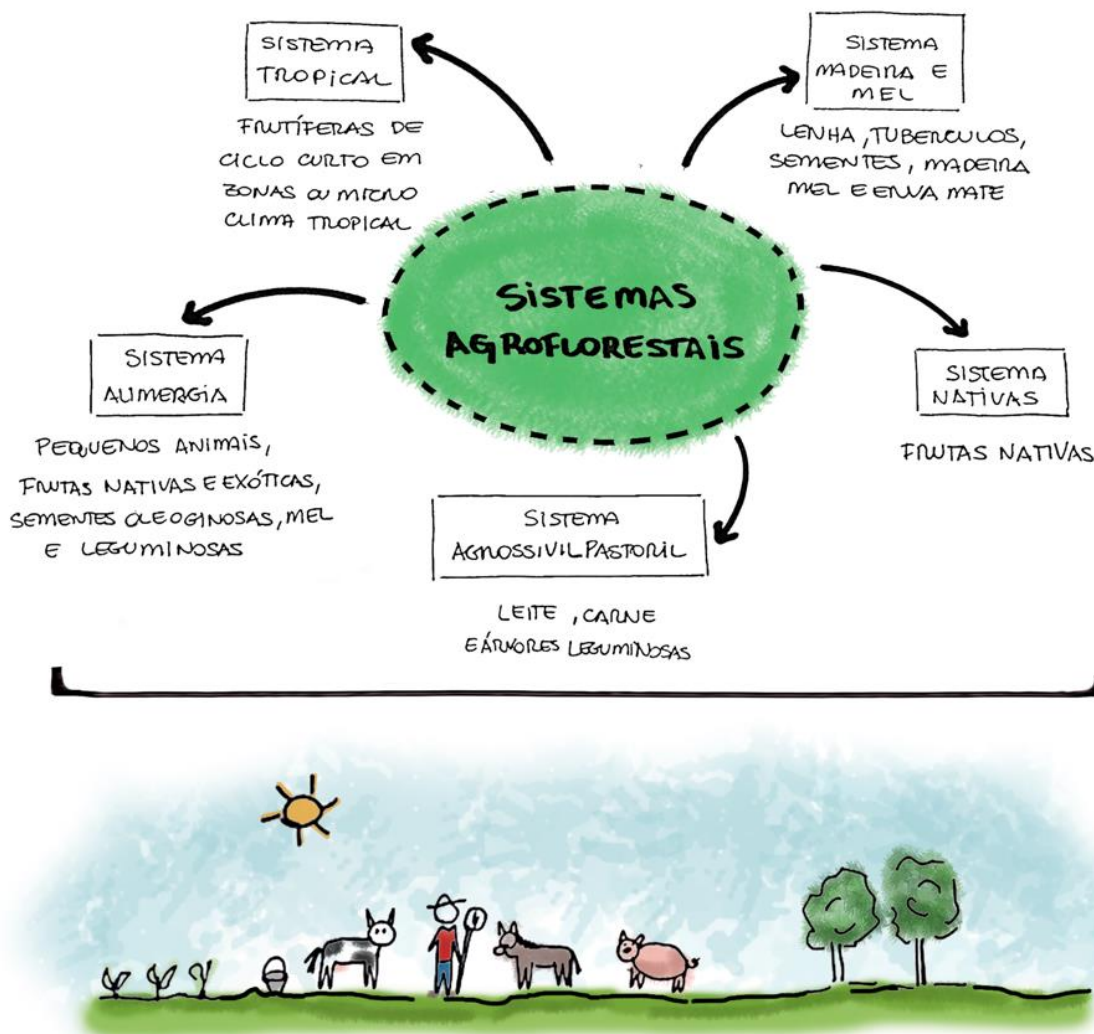
4.3.1.5 Organização Produtiva desde os Centros Territoriais de Cooperação: a ATER e o Programa Camponês

A organização produtiva dos alimentos segue os princípios da ALIMERGIA, conforme as tecnologias camponesas construídas nos Sistemas Camponeses de Produção. Em ambos os Centros Territoriais pesquisados, encontramos produção de alimentos, energia, recuperação e preservação ambiental. Os arranjos que organizam esse sistema tendem a seguir as concepções provenientes dos sistemas agroflorestais:

Na escala de sistemas de produção mais sustentáveis, o SAF seria o guia, então todo mundo teria que nos Sistemas Camponeses de Produção ir evoluindo pros SAFs. Combinando componente de produção animal, a agroindústria dentro do componente florestal. Ou seja, fazer uma nova integração de agricultura e indústria. Na integração que tá colocada aí, a indústria subordina a agricultura. A agricultura é um ramo, uma espécie de ramo consumidor da indústria. E a gente quer produzir uma integração ecológica entre agricultura e indústria. Pra isso, o componente florestal é fundamental pra fazer isso. Então ele é o sistema de produção mais sustentável. A gente caminha pra isso. Se tu olhar pra esse território nosso aqui no Centro, a ideia é no longo prazo, na verdade, médio prazo, todo ele virar um SAF, assim como o Centro lá em Santa Cruz. Então tem produção animal, tem hortaliças, tem o centro de formação, tem agroindústria... mas a gente ia evoluindo pra ele virar uma grande agrofloresta. Por ser fundamental na proposta produtiva que estamos construindo, temos o nosso próprio viveiro, para produzir as mudas que vamos utilizar. (NAPOLEONI, 2019).

Nessa concepção, os sistemas agroflorestais em desenvolvimento nos Centros Territoriais de Cooperação apresentam uma coleção de experimentos praticados e em avaliação, para diagnosticar os que melhor se adaptam e apresentam resultados relevantes nos três aspectos da ALIMERGIA. Na Figura 12, representamos os principais cultivos e produtos de cada subsistema agroflorestal.

Figura 12 – Organograma “Sistemas agroflorestais e os principais cultivos”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

Das culturas agrícolas resultantes desses sistemas agroflorestais, parte é encaminhada para as agroindústrias que também situam-se no Centro Territorial de Cooperação, o que tende a diminuir consideravelmente os gastos energéticos. Diferentemente das indústrias capitalistas que tendem a ultraprocessar a produção advinda da agricultura capitalista ou camponesa (PLOEG, 2013), as agroindústrias no Plano Camponês estão para cumprir múltiplas funções da ALIMERGIA. O camponês Abelardo, que acompanha os sistemas de produção nos Centros Territoriais de Cooperação, comenta:

A comida que a gente produz aqui na área (Centro Territorial de Cooperação), primeiramente vai para o consumo interno dos trabalhadores envolvidos nas diversas ações que desenvolvemos aqui. O excedente, nós comercializamos in natura, nas feiras agroecológicas e outros mercados, o que sobra das

feiras, nós industrializamos. Por exemplo, a abóbora que não comercializamos, transformamos em geleia; a cenoura e a beterraba, podemos fazer conservas. Porém, sempre preferimos que o alimento esteja na forma mais natural possível. (ABELARDO, 2019).

A fala de Abelardo expressa a função das agroindústrias, as quais beneficiam os excedentes alimentícios e processam sementes de óleos comestíveis, tais como gergelim, linhaça, noz-pecã e quinoa. Nesse arranjo agroindustrial, a indústria de secagem e armazenamento das sementes é de extrema importância para manter a qualidade das sementes que serão transformadas em óleos ou que serão estocadas para os próximos cultivos, dessa maneira, contribuindo para os eixos da soberania alimentar, energética e genética.

Alguns cultivos são aproveitados para a alimentação humana e animal, e o excedente é transformado em biodiesel, álcool e cachaça (SILVA, 2016). É o caso da cana-de-açúcar, amendoim, pinhão-manso e girassol. Mesmo não sendo a centralidade do Plano Camponês, Januário (2019) lembra que “o MPA tem um compromisso com as futuras gerações, então é nossa missão, também, ir testando e criando novas alternativas energéticas”.

Esse subsistema alimentar-energético não é o ponto final dos Sistemas Camponeses de Produção, mas o meio, o início e o retorno, desta maneira:

[...] trabalham com materiais e energia da natureza viva (biodiversidade, nutrientes etc.) e possibilitam a ciclagem, retroalimentando a fertilidade do sistema, diminuindo gradativamente o aporte externo de insumos. O Centro Territorial de Cooperação forma o elo material e simbólico com as Unidades de Produção Camponesa e suas comunidades com o território e a sociedade urbana. (SILVA, 2016, p. 27).

Portanto, no processo de produção de alimento e energia no regime alimentar corporativo, os subprodutos (MICHAEL, 2016) resultam em grandes problemas ambientais, enquanto nos sistemas camponeses a ciclagem (ODUM; ODUM, 2012) reduz os impactos sobre os biomas.

Utilizamos o vinhoto e o bagaço da cana-de-açúcar para alimentar o gado, principalmente as vacas de leite; depois temos a carne para comer e o leite para tomar e comercializar – há! – e ainda nos sobra o esterco para fazer diferentes tipos de adubo. (FLORÊNCIA, 2019).

O excedente desses subprodutos, que não é utilizado na alimentação animal

ou aproveitado em sua totalidade na propriedade, vai para a indústria de produção de insumos alternativos (SILVA *et al.*, 2019; GÖRGEN, 2017).

Na foto abaixo, jovens camponeses, estudantes de uma escola familiar agrícola do município de Santa Cruz do Sul, estão no seu período de estágio aprendendo a produzir micro-organismos eficientes do campesinato³³ no Centro Territorial de Cooperação São Francisco de Assis. Em relação aos micro-organismos:

Su objetivo general es mitigar el impacto ambiental negativo causado por el uso excesivo de insumos químicos en los cultivos agrícolas, mediante la utilización de micro-organismos promotores del crecimiento vegetal, que incluyen tanto a bacterias como a hongos benéficos asociados de forma saprofítica o simbiótica con las raíces de las plantas. (PEDRAZA et al., 2010, p. 156).

Imagem 9 – Produção de micro-organismos eficientes



Fonte: Arquivo do autor.

Os micro-organismos atuam na regeneração dos solos, fixação de nitrogênio e solubilização do fósforo, favorecendo o crescimento de plantas saudáveis e com excelente produtividade (EMBRAPA, 2016).

³³“Micro-organismos eficientes do campesinato” foi o nome dado pelos camponeses do MPA ao produzirem compostos vivos que ajudam na revitalização da saúde dos solos e das plantas.

O domínio dessa tecnologia tem evitado a necessidade de os camponeses irem ao mercado comprar adubos de composição petroquímica, ou mesmo produtos com características similares, todavia, provenientes das grandes redes ligadas ao agronegócio.

Ao se apropriarem deste conhecimento, esperamos que os jovens, retornando aos seus territórios, possam utilizar na propriedade que vivem, e socializar este conhecimento com as demais pessoas que moram na comunidade. É uma sabedoria que não deve ficar escondida, tem que ser espalhada, pois é uma ferramenta de luta. (JANUÁRIO, 2019).

Após a realização de experimentos nos Centros Territoriais de Cooperação, o preparo de fertilizantes à base de ingredientes naturais tem sido feito através de cursos nas comunidades camponesas. Na Imagem 10, sob a orientação de técnicos do MPA, agricultores estão produzindo biofertilizantes³⁴ e discutindo a melhor utilização nos cultivos desenvolvidos em suas unidades de produção.

A respeito da utilização de insumos controlados e produzidos pelos próprios agricultores, Restrepo analisa:

Los agricultores que han incorporado las prácticas de la agricultura orgánica en sus parcelas, no solamente están sacando mayores ventajas de los procesos naturales y de las interacciones biológicas del suelo, sino que también están reduciendo considerablemente el uso de recursos externos y aumentando la eficiencia de los recursos básicos. Están investigando caminos innovadores para reducir costos, proteger la salud y el medio ambiente. (RESTREPO RIVERA, 1996, p. 2).

Esse conhecimento compartilhado na produção de insumos naturais fortalece a esperança coletiva dos camponeses por uma agricultura com maior autonomia tecnológica no território.

³⁴Os biofertilizantes são biofermentados elaborados com matérias orgânicas e farinhas de rocha. Esses insumos atuam no equilíbrio da nutrição e saúde das plantas, com potencial de elevar a produtividade e a qualidade dos alimentos.

Imagem 10 – Produção de biofertilizantes



Fonte: Arquivo do autor.

Em decorrência das transformações na agricultura, principalmente a partir da década de 1960, com a ideologia da revolução verde juntamente com o apoio financeiro do Estado, a agricultura passou pela sua modernização conservadora (DELGADO, 1985), assunto já abordado em seções anteriores. A questão do cuidado com a fertilidade dos solos passou a ser de grande interesse das universidades e entidades de assistência técnica nos estados brasileiros.

Com argumentos de que a agricultura brasileira deveria se modernizar, técnicos agrícolas e agrônomos, treinados para vender os pacotes tecnológicos da agricultura capitalista, orientavam os camponeses a realizar análises químicas do solo para posteriormente corrigir a fertilidade (BRUM, 1987; ZAMBERLAM; FRANCHETI, 2001) da terra com aplicações de adubos petroquímicos. Essa metodologia de análise retira a vida do solo e orienta a entrada do camponês no modelo de agricultura capitalista, tornando-o dependente de insumos externos do seu território:

La 'matriz química' de la agricultura industrializada dejó huellas profundas y muchas víctimas en el medio rural, entre campesinos y asalariados del campo. En todo el mundo, por cada logro o éxito agroindustrial ha habido por día mínimo, cinco personas empobrecidas, expulsadas, marginadas, envenenadas o excluidas del agro. La situación de la agricultura en el mundo

es intolerable e insostenible por la voracidad antisocial y criminal de la agroindustria, pues todo lo químico que orienta el espacio productivo entre las personas más humildes del campo es muerte, contaminación y violencia. (RESTREPO RIVERA; PINHEIRO, 2011, p. 13).

Uma alternativa que os camponeses encontraram, através do MPA, tem sido o estudo e a prática da análise cromatográfica³⁵ do solo. A partir de cursos desenvolvidos nos Centros Territoriais de Cooperação, os agricultores estão aprendendo a dominar técnicas para realizar cromatografias dos seus solos e, dessa maneira, conseguem interpretar como está a saúde e a fertilidade das terras que eles cultivam. Na Imagem 11, estão alguns camponeses e técnicos do MPA expondo os cromatogramas que aprenderam a fazer e interpretar. A cromatografia também pode ser realizada em alimentos (PINHEIRO, 2014). Com esse conhecimento adquirido, alguns camponeses estão levando aos mercados, junto à sua produção, os cromatogramas das suas terras e dos alimentos que eles comercializam. Isso possibilita aos consumidores saber sobre a saúde da terra e dos alimentos que compram. Para a camponesa Estela (2019):

Fazer uma análise cromatográfica me dá muito orgulho, mostra que todos somos capazes de aprender a fazer. Consigo ver o meu amor pela terra no cromatograma, se a minha terra está bem de saúde, os alimentos que produzo também estão. Depois que conheci o Tião e adquiri estas sabedorias, sou uma pessoa mais feliz. (ESTELA, 2019).

A análise cromatográfica realizada pelos próprios camponeses tem evitado gastos com as análises químicas do solo, assim como orientam a uma melhor utilização dos insumos produzidos no território, afirma Napoleoni (2019). Destarte, é mais uma iniciativa inovadora do Plano Camponês que fortalece os territórios do campesinato.

³⁵A cromatografia é um método físico de separação de misturas complexas, utilizado em vários campos da ciência. No caso da cromatografia do solo, o camponês pode identificar a composição química, biológica e física do seu solo, assim como o trabalho das enzimas, os níveis de proteínas, aminoácidos e matéria orgânica.

Imagem 11 – Análise cromatográfica da saúde do solo



Fonte: Arquivo do autor.

A produção de insumos alternativos aos do regime alimentar corporativo e as análises cromatográficas começaram a ganhar destaque nas atividades de formação que as cooperativas ligadas ao MPA vêm desenvolvendo a partir de 2010 por meio de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Castro e Pereira (2017, p. 21) inferem que:

No começo dos anos 2000, o debate político em torno do desenvolvimento rural brasileiro ressurgiu, trazendo consigo a questão da ATER. A primeira consequência prática desse ressurgimento foi a transferência da competência para lidar com a ATER pública do então Ministério da Agricultura para o então Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003. Em 2003, o governo federal apresentou a proposta da PNATER. Essa política foi elaborada com a participação de organizações governamentais e não governamentais de ATER e incluiu como princípios orientadores o conceito de desenvolvimento sustentável, as noções de igualdade de gênero e étnicas e a importância da inclusão da sociedade civil no seu desenvolvimento como requisito para o seu sucesso. A PNATER ganhou força de lei com a publicação da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. (CASTRO; PEREIRA, 2017, p. 21).

Um elemento de grande relevância que deve ser salientado novamente é que a assistência técnica no Brasil, enquanto política pública, teve início nos anos de 1940, com grande intensificação de recursos entre 1965 e a primeira metade da década de

1980 (BRUM, 1987; DELGADO, 2012; ZAMBERLAN; FRONCHETI, 2001). Todavia, os projetos eram executados pelas EMATERs ou agências equivalentes dos estados, de acordo com o modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura. Ou seja, intencionavam tornar a agricultura brasileira dependente das tecnologias do regime alimentar intensivo e corporativo, o que de maneira geral aconteceu.

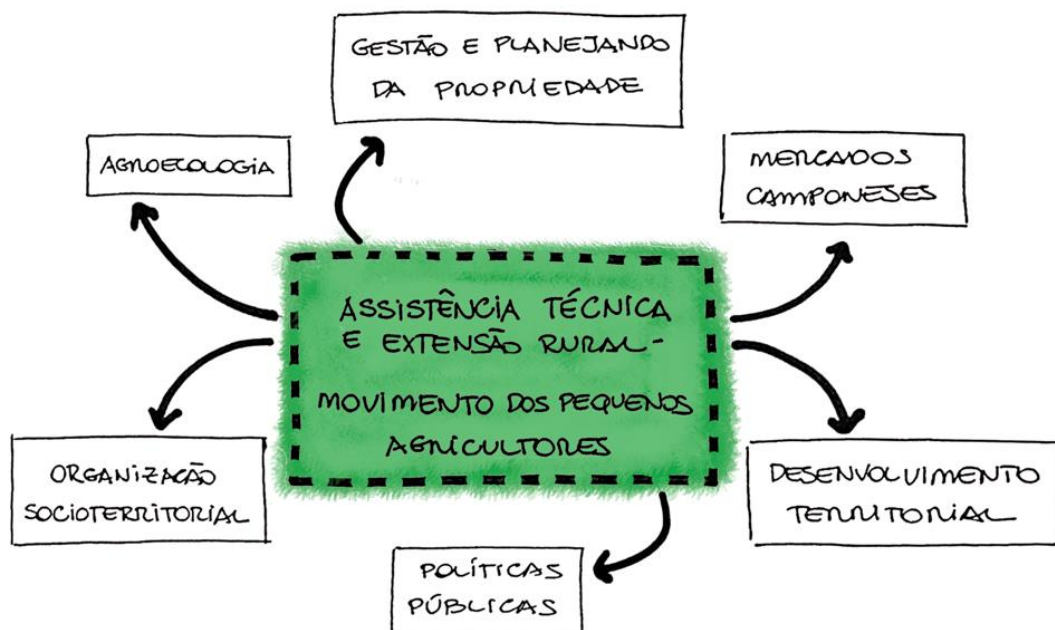
Os avanços nas concepções da assistência técnica ocorreram a partir da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, quando foi criado o PNATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar) (BRASIL, 2010), que possibilitou a participação da sociedade civil. Dessa forma, os camponeses, em suas associações e cooperativas, começaram a construir e disputar territórios, também a partir da assistência técnica.

O ATER com a nossa participação não foi apenas boa vontade do governo ou algo parecido. Fizemos muitas lutas para conquistar o direito de poder ajudar a reconstruir e executar esta política pública. Nossa base há muito tempo contestava a prática de determinados extensionistas rurais que chegavam com pacotes tecnológicos prontos. Até pareciam os funcionários das empresas do agronegócio. No fundo, acho que até eram. (CHICO, 2019).

Após essa conquista, Pedro (2019), um dos coordenadores da assistência técnica realizada pelas cooperativas ligadas ao MPA no RS, ressalta que de 2010 até setembro de 2019 foram desenvolvidos dez projetos de assistência técnica, atingindo 8.698 famílias.

Na Figura seguinte, são apresentadas as principais linhas de ação da assistência técnica executada pelas cooperativas, associações e institutos ligados ao MPA e à sua respectiva base.

Figura 13 – Organograma “MPA/ATER”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020), com base em ATER MPA (2019).

A partir dos eixos de ação citados na Figura anterior, criaram-se as condições de uma maior aproximação das ideias do Plano Camponês a uma parcela considerável da base do MPA e demais camponeses não organizados no estado em questão, que totalizaram o número de 8.698 famílias.

De acordo com os projetos de ATER elaborados pelas cooperativas ligadas ao MPA, em conformidade com as exigências de cada chamada pública, as ações envolveram reuniões de mobilização³⁶ e apresentação do projeto, visitas técnicas para cadastrar as famílias concomitantes a um primeiro diagnóstico da unidade camponesa de produção, encontros de planejamento das ações, visitas técnicas, reuniões, cursos, intercâmbios e encontros de avaliação parcial e final (COOPERFUMOS, 2015).

Pedro (2019) comenta a respeito das expectativas que permeavam as cooperativas interessadas e que se organizavam para disputar as políticas públicas de assistência técnica:

Quando vencemos as primeiras chamadas de ATER no ano de 2010, ficamos muito empolgados com a possibilidade de ampliarmos nossas condições de diálogo com os camponeses que já tínhamos relação em diferentes frentes

³⁶A palavra “mobilização”, nesse caso, expressa a busca por parceiros na escala territorial de desenvolvimento da ATER, para somar forças onde existe a compatibilidade de ideias.

de atuação do MPA. De fato, as chamadas permitiram aprofundarmos o nosso conhecimento em relação à realidade de uma parcela significativa de agricultores. Desta forma, pudemos entender as suas problemáticas do dia a dia, assim como o que lhes interessava na assistência técnica. (PEDRO, 2019).

Ainda, Pedro (2019) aponta questões que, a seu ver, devem ser equacionadas para melhorar as ações de assistência técnica:

Um grande problema que estamos tentando superar é em relação à liberação dos recursos financeiros. Nossas cooperativas não têm grande capital de giro, e às vezes ficamos meses para receber uma parcela de recursos do ATER para podermos pagar as ajudas de custo da equipe técnica e outras despesas correlatas. Agora, com a criação da ANATER melhorou bastante, mas, neste cenário político, não sabemos ao certo o que vai acontecer com esta política pública. (PEDRO, 2019).

No Quadro a seguir, podemos observar as principais atividades desenvolvidas e a quantidade dessas ações empreendidas nos dez projetos de assistência técnica que têm a participação das cooperativas do MPA:

Quadro 3 – Atividades da Assistência Técnica e Extensão Rural

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	
Entidades executoras: COOPERFUMOS (Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil), COOPSAT (Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Educação Rural), ICPJ (Instituto Cultural Padre Josimo) e COOPERBIO (Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil)	
Número de famílias: 8.698	
Atividades	Nº de atividades
Divulgação	248
Diagnóstico	8.698
Visitas técnicas	26.094
Seminários	580
Cursos	580

Intercâmbios	435
Avaliação parcial	30
Avaliação final	10

Fonte: Elaboração própria, com base em ATER MPA (2019).

Helena (2019), militante do MPA, técnica de campo e uma das responsáveis pelas sistematizações dos diagnósticos realizados nas unidades de produção camponesa, apresenta os grandes entraves apontados pelos camponeses para que superem as condições em que se encontram de subordinação à agricultura capitalista:

Falta de políticas públicas para diversificar a produção de alimentos, pouca terra, ausência de mercados não ligados ao do agronegócio, infraestrutura precarizada nas propriedades e de acesso às mesmas para escoar a produção, falta de sementes crioulas e insumos alternativos. (HELENA, 2019).

Sobre isso, Napoleoni (2019) avalia:

Essas questões levantadas pelos camponeses foram de grande valia para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas durante os períodos de execução dos projetos de assistência técnica e também para o enriquecimento do Plano Camponês e a organização das pautas de reivindicação do Movimento. (NAPOLEONI, 2019).

Seguindo as linhas gerais da assistência técnica listadas no Quadro 3 – Atividades da Assistência Técnica e Extensão Rural, sobre as atividades desenvolvidas nesses projetos, Pedro (2019) destaca que, atualmente, das 8.698 famílias que receberam ou ainda recebem assistência técnica, todas possuem alguma variedade de semente crioula e construíram ou melhoraram suas hortas com alimentos diversificados para o consumo da unidade de produção camponesa.

De acordo com as observações de Helena (2019), a ausência de políticas públicas estruturantes para materializar as propostas do Plano Camponês foram diagnosticadas logo nas primeiras intervenções das atividades de assistência técnica, o que, a priori, limitava uma série de avanços. Entretanto, com as demandas desses agricultores articuladas no Plano Camponês e com as demais necessidades dos camponeses ligadas aos movimentos socioterritoriais da Via Campesina no Rio Grande do Sul, desembocaram na construção de um Programa Camponês, contendo

propostas de políticas públicas emancipatórias necessárias para os avanços das ideias de desenvolvimento territorial defendidas por esses sujeitos.

4.4 O Programa Camponês

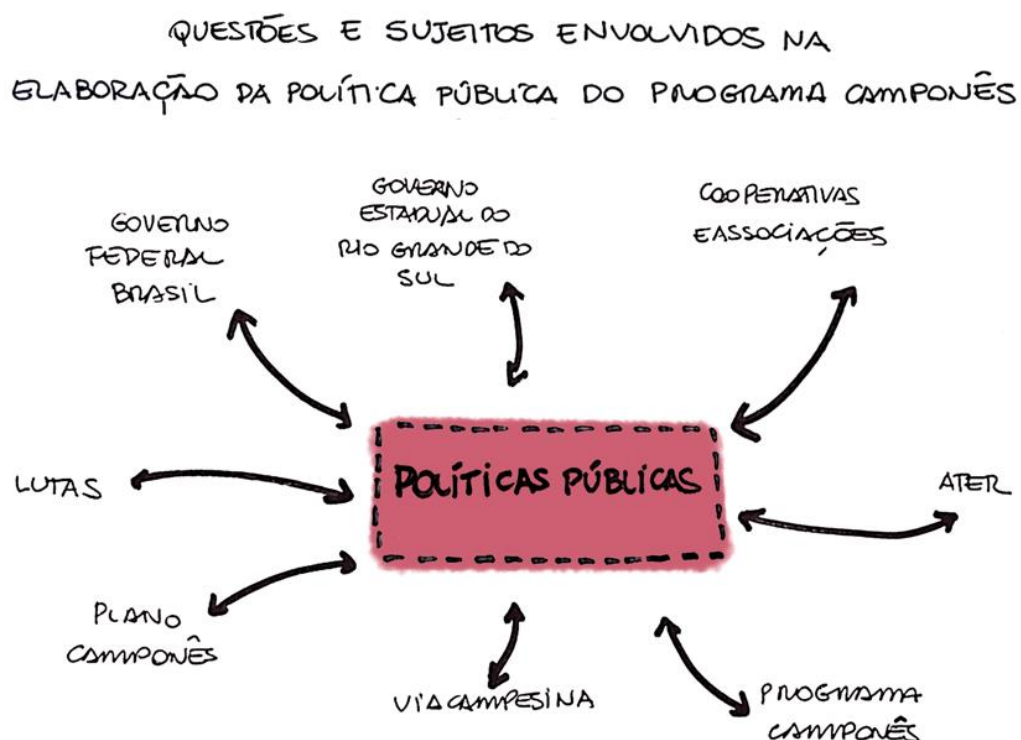
Para nos aproximarmos das ideias iniciais em relação ao Programa Camponês, recorreremos à memória de Chico (2019), o qual esteve presente em todos os momentos da elaboração dessa política pública:

Nós do MPA pensamos o Programa Camponês a partir do nosso Plano Camponês que traduz as demandas e necessidades da base. A construção de eixos unificados com os demais movimentos da Via Campesina do RS não foi difícil, pois nossos projetos de desenvolvimento convergem. No entanto, as negociações com o governo estadual foram duras, complexas, desgastantes e exigiram muito diálogo e luta. Por mais sensível e comprometido que estava com as nossas propostas, o Governador Tarso Genro, a estrutura do Estado não concebia uma política pública desbancarizada, fora das regras do Banco Central do Brasil, o que ocasionava conflitos entre o governo, os técnicos operadores das políticas públicas na estrutura do Estado e os nossos dirigentes que também eram e foram os elaboradores iniciais da política pública. (CHICO, 2019).

Cabe salientar que, pela pertinência da proposta que representava o Programa Camponês, recorda Chico (2019), o MPA do RS procurou os demais movimentos socioterritoriais da Via Campesina do RS, assim como a Federação dos Metalúrgicos do RS, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Levante Popular da Juventude (LPJ), para compartilhar e aperfeiçoar o desenho da política pública que estava em elaboração e, da mesma forma, pensar lutas em conjunto para obter êxito perante o estado do RS, ao apresentar o projeto.

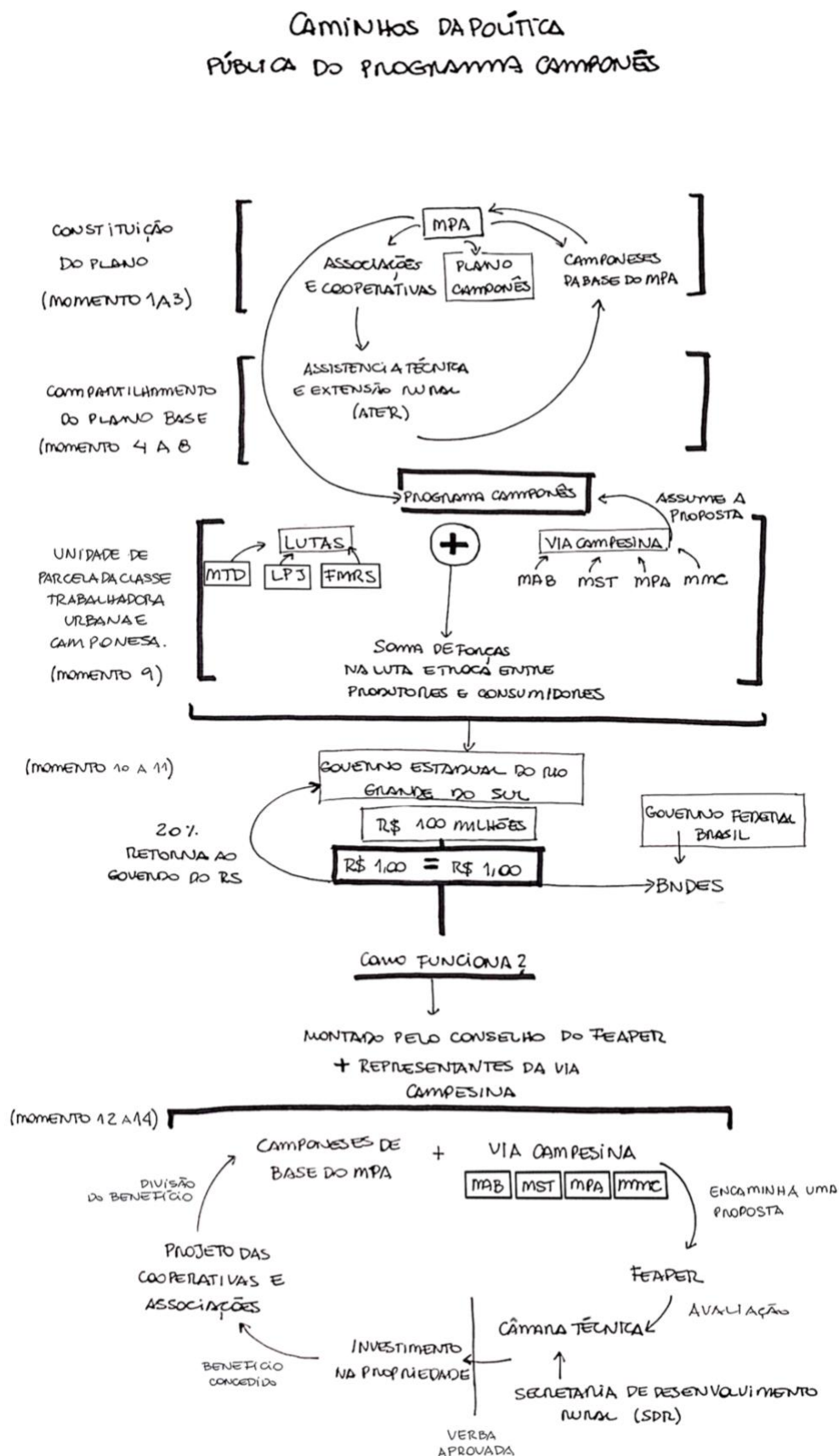
Nas Figuras 14 e 15, é possível seguir os caminhos percorridos pelos movimentos socioterritoriais na construção e na conquista do Programa Camponês.

Figura 14 – Organograma “Questões e sujeitos envolvidos na elaboração da política pública do Programa Camponês”



Fonte: Elaboração própria, com base em MPA ([2---]) e Via Campesina (2015), representação por Rosin (2020).

Figura 15 – Organograma “Caminhos da Política Pública do Programa Camponês”



Fonte: Elaboração própria, com base em MPA ([2---]) e Via Camponêsina (2015), representação por Rosin (2020).

Podemos classificar o Programa Camponês enquanto uma política pública emancipatória, tal como Fernandes (2013) compreende. Desde as ações iniciais pelo MPA e, em seguida, no conjunto da Via Campesina.

Temos muitas ideias para pôr em prática junto a nossa base. Mas as políticas públicas que os agricultores acessam, impossibilitam avanços em sistemas diversificados de alimentos, ainda mais agroecológicos. Essas políticas públicas tradicionais de certa forma nos aprisionam em sistemas pré-estabelecidos. Diferente é o nosso Programa Camponês. (NAPOLEONI, 2019).

Ao olharmos para o organograma anterior e seguirmos a evolução dos “Momentos”, percebemos que do “Momento 1” ao “Momento 14” a participação do campesinato e de outros setores da classe trabalhadora foi constante no território, assim como a presença de uma outra política pública, nesse caso, a ATER.

Destarte, pensamos que é pertinente voltarmos a alguns números citados anteriormente em relação às atividades desenvolvidas por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural que atingiu 8.698 famílias, envolvendo mais de 35.000 atividades entre divulgação, diagnóstico, visitas técnicas, seminários, cursos, intercâmbios, avaliação parcial e final.

Quando conseguimos ouvir e prostrar com a nossa base mais seguidamente, tivemos oportunidade de falar bastante sobre o Plano Camponês. Isso fez com que os agricultores aumentassem o leque de demandas. Este leque de demandas, mais o acúmulo que a gente já tinha, foi importantíssimo para iniciarmos a elaborar as propostas do Programa Camponês. Não tenho dúvida que o ATER propiciou as condições concretas para criarmos esta nova política pública. (CHICO, 2019).

Essas observações de Chico (2019) reforçam nossa interpretação em relação à relevância da política pública de ATER a partir de 2009-2010, quando não mais apenas os capitalistas do segundo território participavam dos debates da assistência técnica, mas também pequenos agricultores e sem-terra. Entre esses sujeitos, estavam presentes as representações dos movimentos socioterritoriais ligados à Via Campesina. Certamente, o Programa Camponês não é um produto dessa política pública somente, é uma construção que o MPA já vinha debatendo desde as suas primeiras elaborações em torno das políticas públicas e que desaguou no Plano Camponês. Porém, a política pública Programa Camponês encontrou solo fértil para se tornar realidade com a ATER, a qual potencializou os debates entre a equipe técnica ligada ao Movimento e às cooperativas junto com os agricultores, somando-

se a um governo que estava aberto ao diálogo diante de todas as classes sociais, no momento dessas discussões e reivindicações do ano de 2012. A respeito disso, podemos apontar o chamado “conselhão”³⁷, que reunia representantes de 90 entidades do RS e mais 11 representantes do estado para pensar políticas de desenvolvimento (RS, 2011).

Retornando ao organograma, do “Momento 1” ao “Momento 3”, apresentamos o caminho percorrido entre o MPA, suas estruturas e a base que compõe o Movimento para a construção do Plano Camponês. No “Momento 4”, destacamos a relevância das cooperativas e associações para organizar as políticas públicas e executá-las, a que trazemos como exemplo, na sequência, a política pública de ATER, pois propiciou diálogos constantes com os camponeses acerca de suas práticas produtivas, assim como demandas para exercitar práticas com potencial de superar os processos de subordinação. Essa movimentação organizada resultou nas ideias originárias do Programa Camponês. Observando do “Momento 6” ao “Momento 8”, é possível seguir a trajetória da elaboração dessa política pública.

Embora já tenhamos refletido em seções anteriores, acreditamos na relevância de reafirmar que a política pública pode ser elaborada por diferentes sujeitos, de diferentes territórios. Portanto, o MPA, a Via Campesina, as cooperativas/associações e o Estado a nível federal e estadual podem ser considerados alguns dos criadores de políticas públicas. Contudo, nesse caso, a política pública surgiu das necessidades dos agricultores, que em seguida são organizadas pelos movimentos e suas cooperativas e associações, retornando enquanto reivindicação de recursos financeiros perante o Estado.

Sabíamos que os demais movimentos da Via Campesina e suas respectivas bases também tinham necessidades similares às nossas. Isso nos levou a socializar a proposta em uma das reuniões da Via Campesina. Os demais companheiros acharam pertinente. Então falamos ‘Que tal tornarmos uma pauta da Via?’ De pronto, todos aceitaram e então fomos à luta. (NAPOLEONI, 2019).

³⁷Sobre o conselhão: “o órgão de consulta e assessoramento do governador é composto por 90 conselheiros de diferentes segmentos da sociedade, além de 11 integrantes do Governo. Ele terá o papel de analisar, debater e propor diretrizes para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul”. (RS, 2011). Entre as organizações participantes estavam a FARSUL e a Via Campesina.

A Via Campesina assumiu a proposta do Programa Camponês no momento em que o MPA socializou a ideia inicial, como observamos previamente nas palavras de Napoleoni (2019) e como indica o “Momento 9” do organograma. A partir dessa fase, a política pública ganhou uma maior dimensão territorial, multiescalar e multidimensional, extrapolando os territórios camponeses. Em uma articulação de classes entre camponeses e trabalhadores urbanos, a Via Campesina abriu conversações com a Federação dos Metalúrgicos do RS, o Levante Popular da Juventude e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

A relação entre a Via Campesina e as organizações urbanas³⁸ citadas no parágrafo anterior já existia, porém, nessa ocasião, abriu-se uma porta singular, pois em última análise o Programa Camponês estava em construção para organizar e melhorar a produção de alimentos do campesinato e os seus respectivos mercados a partir das ideias do Plano Camponês. Por outro lado, o debate da alimentação saudável, concomitante à origem dos alimentos, é uma reflexão que esses movimentos urbanos estavam realizando.

A comida aqui na cidade tem um preço bastante elevado, principalmente os que contêm o rótulo de procedência orgânica. Esses nós não tínhamos condições de adquirir. Consumíamos muitos alimentos geneticamente modificados e com bastante agrotóxico, não era o certo, mas era o que conseguíamos adquirir com o nosso dinheiro. Na nossa organização aqui da cidade, já fazia um tempo que a gente pensava em maneiras de não apenas apoiar os movimentos do campo em suas lutas, mas também poder adquirir parte dos alimentos que eles produzem, pois sabemos que grande parte dos agricultores ligados à Via Campesina cultivam alimentos saudáveis. Acho que o Programa Camponês surgiu para ajudar a construir esse caminho que liga povo da cidade com povo do campo. (NATACHA, 2019).

Essa interação dos movimentos camponeses e urbanos criou possibilidades de enriquecimento teórico em relação às ideias do Programa Camponês, pois estas foram compartilhadas com as organizações parceiras da cidade. Dessa forma, o projeto da política pública, ao ser apresentado ao Governo Estadual e Federal, já possuía uma configuração através da qual satisfazia demandas dos produtores e consumidores participantes das organizações anteriormente referidas.

A construção coletiva do Programa Camponês entre as partes interessadas

³⁸O Levante Popular da Juventude não é apenas um movimento urbano. Fazem parte dessa organização jovens urbanos e camponeses. Todavia, geralmente os camponeses, além de participarem do LPJ, também fazem parte de algum movimento socioterritorial da Via Campesina.

conseguiu integrar os vários momentos do processo produtivo até a realização desse sistema em canais de comercialização que priorizam os produtores, suas cooperativas, associações e os consumidores.

Debatemos inicialmente uma ideia de política pública que não estivesse nas amarras dos acordos de Basileia em relação às exigências restritivas e excludentes impostas para os pequenos agricultores acessar financiamentos. Também nos interessava um caminho que fortalece as entidades de cooperação das nossas bases, por isso, no desenho operativo da política pública, a relação do sistema financeiro é com as nossas cooperativas e associações. A riqueza da proposta se efetivou com o olhar dos consumidores organizados, que estavam representados por alguns movimentos. Essa junção de ideias permitiu pensarmos desde a fertilidade da terra até aquele que consome o alimento. (JANUÁRIO, 2019).

Da elaboração do projeto Programa Camponês até o acesso à política pública em questão, houve uma série de disputas territoriais no âmbito do aceite por parte do Estado. As disputas territoriais ocorreram por meio de negociações com o governo estadual do RS concomitantemente a momentos de trancamentos de órgãos públicos, passeatas e diálogo constante com a sociedade.

Com muita pressão popular, conseguimos sentar com o governador Tarso Genro, seus assessores e o secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural. O governador estava empolgado com nossa proposta, mas o secretário e uma parte dos assessores não demonstravam a mesma empolgação. Por fim, foi encaminhado por parte do governador a designação da construção de um grupo de trabalho, composto por representantes do Estado e dos movimentos, para elaborarmos os caminhos de operacionalização da política pública. (NAPOLEONI, 2019).

O grupo de trabalho com representantes do primeiro e do segundo territórios ficou composto por assessores do governador, o Secretário de Desenvolvimento Rural, seus assessores e representantes da Via Campesina que também atuam nas cooperativas e associações. Definiu-se após as reuniões de trabalho que o governo do estado do RS destinaria inicialmente 100 milhões de reais para investimentos e, para cada real que saísse dos cofres do estado, o mesmo governo estaria financiando mais um real com origem do Fundo Social³⁹ do Banco Nacional de Desenvolvimento

³⁹De acordo com os objetivos do BNDES, o Fundo Social é constituído por uma parcela dos lucros anuais do BNDES. Este fundo apoia investimentos de caráter social, nas áreas de inclusão produtiva, serviços urbanos, saúde, educação, desportos, justiça, meio ambiente e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social. Nos últimos anos, o BNDES Fundo Social tem direcionado grande parte dos investimentos em projetos de inclusão produtiva, tendo como público-alvo agricultores familiares e seus empreendimentos, observados os termos da Lei nº 11.326 de 2006, com ênfase em

Social. Dos recursos do estado do RS, em cada financiamento deveriam ser devolvidos 20%, enquanto os do BNDES seriam não retornáveis (MPA, [2---]).

O caminho jurídico da política pública foi redigido no Fundo de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos (FEAPER), pelo conselho deste órgão em conjunto com os representantes da Via Campesina.

Ficou estabelecido que os projetos de investimentos seriam apresentados pelas cooperativas e associações da Via Campesina ao FEAPER e, em seguida, avaliados por uma câmara técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural. (CHICO, 2019).

Dessa forma, os camponeses discutiram as demandas de investimento com suas cooperativas e associações nessas instituições de seu controle. Após os diálogos sobre o que seria importante investir na propriedade, a equipe técnica da entidade elaborou o projeto de acordo com as orientações das famílias.

Foi uma grande vitória do nosso movimento. A gente sempre teve muita dificuldade em lidar com as exigências dos bancos. Quando a gente vai tirar um empréstimo, eles nos pedem uma papelada que nos cansa, alguns dos nossos chegam a desistir. Cada dia é uma coisa diferente, ficamos troteando de nossas casas para o banco um grande tempo e às vezes assinamos papéis que liberam a cobrança de algumas taxas sem nos dar conta. Com o Programa Camponês foi diferente. O que a gente queria chegou em nossa propriedade depois das prosas na comunidade. Sem a gente precisar ir 'no' banco. Isso facilitou bastante. (ESTELA, 2019).

Como observamos no relato da Estela (2019), além de fortalecer as instituições coletivas do campesinato, esse caminho da política pública criou uma desburocratização do acesso a esta. No Quadro-síntese da Política Pública “Programa Camponês”, apresentamos as concepções da política pública a partir das reflexões do MPA e demais organizações da Via Campesina no RS.

Quadro 4 – Quadro-síntese da Política Pública “Programa Camponês”

Programa Camponês: Diretrizes e Objetivos
Cabe destacar a compreensão da Via Campesina de que esse Programa Camponês é uma plataforma política capaz de reorientar a construção de uma nova geração de políticas públicas agrícolas, que afirme os/as camponeses/as e os povos tradicionais como base do desenvolvimento do campo brasileiro. A construção, no aspecto mais amplo dessa plataforma, possibilita gerar um novo pacto social e político entre os/as camponeses/as e destes com os/as trabalhadores/as urbanos. Por todas essas questões, o documento “Por um Programa de Promoção, Valorização e Sustentabilidade da Agricultura Camponesa”, entregue pela Via Campesina, em abril de 2013, ao então Governador Tarso Genro, estabelecia ao menos cinco grandes diretrizes e objetivos, que estão listados abaixo: 1. Constituir um Programa que afirme a agricultura camponesa como base para o desenvolvimento do campo, construindo um espaço contra-hegemônico na produção de alimentos na sociedade gaúcha; 2. Aproximar, através da produção de alimentos, as forças sociais do campo e da cidade, que compartilham um interesse comum de mudanças sociais de caráter popular para o Brasil; 3. Constituir um Programa que crie as condições materiais para a manutenção do camponês e da camponesa no meio rural – sobretudo a juventude –, ampliando sua renda, elevando sua consciência social, gerando novas relações de gênero, novos processos produtivos ambientalmente sustentáveis e melhorando sua qualidade de vida; 4. Constituir um Programa que gere alimento de qualidade para a população gaúcha e que permita construir novos mecanismos de distribuição e consumo centrados no valor de uso dos bens; 5. Constituir um Programa que também fortaleça os movimentos populares urbanos, como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o Levante Popular da Juventude e o Movimento Sindical.

Concepção, princípios e materialização do Programa Camponês

Neste item, serão descritos elementos de concepção e princípios que perpassaram a materialidade do Programa Camponês. No entanto, também se considerou importante evidenciar como na prática esses princípios foram operacionalizados na sua execução. Assim, num primeiro momento, teremos a explicitação do princípio e, logo em seguida, como foi contemplado na execução do Programa Camponês.

a) Estímulo à cooperação e ao cooperativismo

Em contraponto às políticas agrícolas centradas na propriedade e na família individual, o Programa pauta-se em estimular as diversas formas de cooperação, intercooperação e o cooperativismo em diferentes escalas que contemplem a unidade de produção, a comunidade e o território.

A concepção do Programa objetiva articular os eixos clássicos da cooperação, nos âmbitos social e econômico, com a cooperação ecológica, em reconhecimento de que os sistemas econômicos e sociais coevoluem com a natureza, resultando em infraestrutura produtiva capaz de ajudar na recomposição ambiental dos biomas.

De maneira prática, esse princípio se materializou na execução do Programa Camponês, através de projetos que deveriam ser apresentados por uma forma jurídica que expressasse a organização social dos/as beneficiários/as. A forma legal para a formalização do contrato seria lastreada por esse ente jurídico, que, no caso do RS, foram as cooperativas. Assim, todo o processo foi mediado. Sem elas, o sucesso da execução do Programa poderia ter sido comprometido.

b) Crédito desbancarizado com fomento para a reestruturação produtiva

As políticas agrícolas centradas no crédito financeirizado funcionam dentro das normas e acordos de Basileia e sob as regras do capital financeiro, fazendo com que somente as famílias com maior capital sejam capazes de dar garantias reais para acessarem ao crédito rural. A seletividade do crédito agrícola tem levado

à diminuição das famílias que participam dessa política e, ainda, à concentração da produção em poucas propriedades, à diminuição do valor agregado, da diversidade da produção e da oferta de alimentos, agravando o cenário de risco potencial para a segurança alimentar do país⁴⁰.

Em paralelo a esse processo, a política agrícola foi gradualmente sendo sequestrada pelos interesses agroindustriais, induzindo as famílias aos monocultivos transgênicos, adubação química pesada, uso intensivo de agrotóxicos, aquisição de máquinas e implementos superdimensionados e inadequados às suas condições econômicas e produtivas, tornando a agricultura familiar e camponesa funcional à acumulação de capital.

Com base no exposto acima, são necessários mecanismos de fomento de reestruturação produtiva, nos quais o direito de produzir alimentos não seja limitado pelos marcos excludentes do sistema financeiro. Caminhos para isso foram construídos no efetivo exercício prático do Programa Camponês no estado do RS, através dos seguintes procedimentos:

- O Programa Camponês no RS apoiou-se num Fundo já existente no estado, o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), sendo o Conselho deste Fundo o órgão de coordenação do Programa. Há também um órgão técnico do Conselho, que analisa os projetos encaminhados pelas cooperativas vinculadas ao Programa e coordena todo o processo de cadastramento e enquadramento das propostas. O Conselho do FEAPER aprova ou não os projetos.
- Considera-se que foi construído pelo Conselho do FEAPER um Manual de Operação (anexo a este documento) para a gestão do Programa, adequando-o às normas do próprio Fundo.
- Após a aprovação dos Projetos, eles são encaminhados ao agente financeiro Badesul para que o Contrato de Financiamento seja formulado, a

⁴⁰Entre 2003 e 2012, mesmo considerando o aumento exponencial no volume de recursos ofertados pelo PRONAF no período, o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77,4%). No caso do feijão, o número de contratos de custeio pelo PRONAF reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%). Os contratos para o custeio da mandioca caíram de 65.396 para 20.371 (-69%) e para o custeio de milho declinaram de 301.741 para 170.404 (-44%). Fonte: Elaboração própria, com base em Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

fim de efetuar posterior pagamento das notas fiscais dos fornecedores. Cabe ressaltar que essas notas são encaminhadas e endossadas pelas cooperativas beneficiárias.

- Com esse formato legal, o risco do financiamento fica a cargo do Fundo e não mais do agente financeiro, cabendo ao Banco fazer apenas a parte operacional dos contratos, pagamentos das notas fiscais dos fornecedores, bem como o zelo pela conta bancária do Fundo, realizando, assim, a prestação de contas financeiras do Programa. Para esse serviço, o Banco recebe 1% sobre o saldo devedor de cada contrato.

c) Transição massiva para a agroecologia

A Via Campesina entende que a estratégia do capitalismo para o sistema agroalimentar mundial é muito clara: orgânico para os ricos, transgênicos e agrotóxicos para os pobres e fome aos miseráveis.

Neste contexto, faz-se necessário garantir ações de transição agroecológica em vista de produzir massivamente alimentos saudáveis para o conjunto dos/as trabalhadores/as, por meio da adoção de métodos e técnicas produtivas agroecológicas, compatíveis com a estratégia tecnológica e energética, garantindo autonomia camponesa.

Considera-se, portanto, que o Programa revelou-se como um excelente instrumento para o estímulo e orientação de um processo de transição agroecológica, pois apoiou, fortaleceu e qualificou diversas práticas que as famílias camponesas já desenvolviam, tendo como base fundamental a recuperação da fertilidade natural dos solos.

A base das ações do Programa deu-se pelo FOMENTO à agroecologia, na medida em que as cooperativas repassaram às famílias um conjunto de insumos e/ou equipamentos necessários para a produção de alimentos saudáveis.

Da mesma forma, o Programa dotou as cooperativas com as máquinas e equipamentos necessários para a prestação de serviços às famílias camponesas, que incluíam desde ações com máquinas agrícolas ao recolhimento da produção. Em alguns casos também foram viabilizadas, através do Programa, estruturas

necessárias para o armazenamento e processamento de alimentos. Assim, a família camponesa passou a ter uma condição mínima para iniciar ou fortalecer a sua transição para a agroecologia, pois havia um conjunto de ações previstas, desde insumos de base agroecológica à garantia do recolhimento da produção pela sua cooperativa.

d) Território como referência de aplicação do Programa

O território foi o critério base para espacializar as ações do Programa Camponês no estado do RS. A consideração da unidade territorial de planejamento e a ação das organizações sociais do campo – região, assentamento de reforma agrária, comunidade – foram fundamentais. Na medida em que distribuíram as ações, também possibilitaram a articulação campo e cidade e a integração de políticas públicas.

Esse critério buscou criar, através da construção simultânea e no mesmo espaço geográfico, as condições trabalhistas, ambientais, sanitárias e produtivas que conferem legitimidade para a função social da terra.

A base desses territórios fora determinada pela produção já operada pelas cooperativas em determinadas cadeias produtivas. Em alguns casos, inclusive, o controle pleno da cadeia produtiva já era exercido, como o caso da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados Região Porto Alegre Ltda. (COOTAP), com o arroz ecológico, e da Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda. (CONATERRA), com a semente agroecológica de olerícolas na região da Campanha Gaúcha.

Desse modo, a experiência do Programa Camponês já nos indica que essa opção foi acertada, pois se apoiou nos Sistemas Camponeses de Produção de alimentos (e não de commodities) em que as organizações camponesas já estão inseridas. De outro lado, também fomentou a articulação das políticas, sejam elas públicas ou das organizações camponesas daquele território.

Um outro aspecto relevante foi a articulação com as forças sociais urbanas do movimento popular organizado nas cidades: Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Levante Popular da Juventude, Movimento Sindical, Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos (FTM) e Federação dos

Trabalhadores na Indústria da Alimentação. Cabe salientar que, fruto desse processo, a FTM incluiu no seu acordo coletivo uma cláusula sobre a necessidade de uma alimentação saudável nos restaurantes das empresas metalúrgicas com base na agricultura camponesa. Um dos ramos empresariais desse setor aderiu a essa cláusula, virando um item da convenção coletiva.

e) Abastecimento popular

As relações capitalistas de produção operam em oposição campo-cidade, o que determina a espacialização da produção e da população. Devido a isso, para a população urbana, os alimentos, produtos e serviços oriundos do meio rural aparecem como sendo fabricados pela grande indústria do agronegócio.

O Programa Camponês tem em sua premissa a busca pela aproximação das organizações sociais do campo e da cidade, através do elemento material e simbólico da produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis. Nesse sentido, constituem o Programa ações que redimensionam a distribuição e o consumo juntamente com as populações urbanas, seja por mecanismos diretos, por programas de Estado ou pela combinação dos dois, tendo em vista a garantia da segurança e soberania alimentar.

f) Integração de políticas

Entendemos que as políticas de Estado, atualmente, têm funcionado de forma seletiva e fragmentada. O Programa Camponês, por sua vez, parte do princípio de que é necessário considerar a unidade territorial como base da integração das políticas públicas e, dessa forma, unir ações de reestruturação produtiva, assistência técnica e extensão rural, eletrificação rural, saúde, saneamento, educação, cultura, lazer e políticas no âmbito da garantia e ampliação dos direitos sociais das mulheres, juventude e idosos/as, qualificando as relações de produção e a sociabilidade nas áreas rurais.

Resulta dessa concepção a necessidade de instituições de Estado capazes de coordenar ações interministeriais, em vista de planejar e executar ações que visem à integralidade do desenvolvimento do campo brasileiro.

Estrutura das ações do Programa Camponês

Com base nos princípios e nos condicionantes históricos e institucionais, para sua materialização, a Via Campesina arquitetou as ações de reestruturação produtiva do Programa da seguinte forma:

1. Investimento nas Unidades de Produção Camponesa: cujo objetivo se materializa na construção de condições de reestruturação produtiva para os/as camponeses/as produzirem alimentos. Destacam-se as seguintes ações:

- Biomineralização do solo: recuperar a fertilidade dos solos com utilização de pó de rochas, adubos orgânicos, adubos verdes e biofertilizantes;
- Kit soberania alimentar: investimentos em diversificação da produção para abastecimento popular, com instalação de hortas, pomares de frutas, criação de animais de pequeno porte e sementes;
- Introdução do Pastoreio Racional Voisin (PRV): viabilizar a introdução de dois (2) hectares de pastagem permanente ou instalação do PRV, de modo a ampliar a produção leiteira e de carnes atualmente existentes;
- Resfriadores: qualificar a armazenagem do leite produzido, através de resfriadores a granel de 500 litros;
- Fruticultura: formação de pomar de até um (1) hectare por família;
- Mudas: instalar em algumas unidades de produção viveiros de mudas florestais, frutícolas e de olerícolas;
- Máquinas e equipamentos agrícolas: proporcionar a mecanização das atividades agrícolas ampliando a produtividade do trabalho nas unidades camponesas;
- Irrigação: dispor de recursos para as famílias irrigarem até três (3) hectares, implicando aquisição de equipamentos e construção de açudes.

2. Processamento e agroindustrialização da produção: como forma de estimular a cooperação, prevê-se a constituição de unidades agroindustriais cooperadas, tais como agroindústria de sucos, conservas, mel, processamento de

carnes e pescados, queijarias, embutidos, laticínios, padarias comunitárias, entre outras.

3. Biofábricas de insumos: têm como objetivo a produção massiva de insumos orgânicos, como fertilizantes, biofertilizantes e produção de agentes biocontroladores de pragas e doenças.

4. Logística e distribuição: garantia de aquisição de veículos adequados para transporte dos alimentos. Instalação de centros logísticos de recolhimento e distribuição de alimentos em regiões estratégicas e centros urbanos.

Elementos para uma avaliação política do processo de construção do Programa Camponês

1. A criação do Programa Camponês, acima de tudo, significou o reconhecimento do governo gaúcho e do BNDES, de que os camponeses/as são agentes do desenvolvimento e importantes atores na produção de alimentos diversificados e saudáveis para a população;

2. A construção do Programa fortaleceu um bloco político composto por entidades do campo e da cidade. Isso foi possível, pois o processo de construção do Programa envolveu um amplo leque de alianças e participação das organizações e de suas bases. Atualmente, as organizações estão mais “próximas”, se reúnem com mais frequência, constroem análises e pautas conjuntas, o que tem permitido melhorar (em qualidade e em quantidade) as lutas;

a) Cabe ressaltar que esse campo político fortalecido no Plano Estadual também se reproduziu e se fortaleceu, em maior ou menor grau, nas regiões/polos;

b) Entre as organizações do campo, o interesse e a adesão ao Programa foi ampliando concomitantemente à sua execução. Inicialmente, para além das organizações da Via Campesina, houve uma tímida participação da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF SUL) e uma “ausência” da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG). Atualmente, ambas as entidades demonstraram interesse em aprofundar suas participações;

c) Os relatos da Federação dos Metalúrgicos têm destacado que o tema da melhoria na qualidade da alimentação dos/as trabalhadores/as, além de retomar uma pauta histórica pelos restaurantes nas fábricas, desperta o interesse da categoria. Exemplo disso foi a inclusão no Dissídio Coletivo dos Trabalhadores das Máquinas Agrícolas, da reivindicação por alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e produzidos pelos/as camponeses/as. As atividades nas portas das fábricas, desenvolvidas pela Federação em conjunto com a Via, revelaram que os/as trabalhadores/as querem os alimentos saudáveis em suas refeições;

d) A execução do Programa possibilitou uma maior participação de lideranças de bairros populares de Porto Alegre e Região Metropolitana em reuniões e nas negociações com o Governo, bem como uma ampla participação nas jornadas de luta da Via Campesina. De certa forma, esse público saiu de uma posição de passividade em “esperar e cobrar a cesta básica de alimento”, para o entendimento de que cabe também a eles a responsabilidade de fazer acontecer, compreendendo que o alimento é um direito e que deve ser conquistado;

e) Passou-se a ouvir desse público urbano: “precisamos construir o nosso plano camponês”, ou seja, a luta conjunta fez surgir novas pautas e demandas. Durante as mobilizações foram realizadas audiências entre o Governo do Estado e lideranças dos bairros, com objetivo de negociar pautas específicas desse público.

3. A decisão de que a apresentação dos projetos seria realizada somente pelas cooperativas definidas pelas organizações, e em cada uma das grandes regiões, fortaleceu a cooperação e o cooperativismo. Consequentemente, houve qualificação na implantação do Programa. Importante destacar que entre o público urbano também surgiu a necessidade de debater a construção de cooperativas de consumo;

4. O Programa Camponês provocou a inversão da lógica predominante nos projetos de financiamento.

5. A construção do Programa Camponês exigiu e tem exigido aprofundamento e avanços no terreno da formulação, tanto das organizações do campo e da cidade como dos governos estaduais e federais envolvidos;

6. Realizados os primeiros investimentos, é possível verificar o aumento e a

diversificação na produção dos alimentos. As famílias camponesas responderam positivamente à implantação do projeto. Outra avaliação obtida com o andamento do Programa é que o ânimo das famílias, refletido no aumento da produção, está muito relacionado à expectativa de que, com o Programa Camponês “haverá garantia de mercado”, “de que a produção será recolhida” e “de que a produção será remunerada”;

7. Outro resultado importante alcançado durante a construção do Programa é o exemplo pedagógico contido na ideia de partilha da conquista obtida através da luta conjunta. Ter articulado diversas forças não só contribuiu na conquista, como também aumentou o volume de recursos aportados no projeto.

Impactos iniciais do Programa Camponês

Abaixo serão descritos, brevemente, relatos dos Movimentos Sociais que compõem a Via Campesina RS, no que diz respeito aos impactos iniciais do Programa Camponês.

a) Para as mulheres camponesas

Para as mulheres camponesas, organizadas no MMC, a produção de alimentos é uma ação concreta e cotidiana na vida da produção. Estudos já comprovam que boa parte da diversidade produzida nas pequenas propriedades rurais advém do trabalho e das mãos das mulheres. No entanto, o acesso a recursos específicos para fortalecer essas experiências de produção diversificada e sem uso de agrotóxicos não vinha sendo uma prática presente na vida dessas camponesas.

É nesse contexto que o Programa Camponês ganha sua importância histórica, fortalecendo a produção de alimentos e avançando para a formação de cadeias de comercialização direta nas cidades, envolvendo mulheres e homens.

Para o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o fato de as mulheres estarem acessando os insumos para a produção de alimentos orgânicos e diversificados é uma grande conquista e um marco histórico, e isso fica evidente na alegria das mulheres em terem nas mãos os processos de acesso e destinação

dos insumos em espaços na propriedade que, historicamente, pelo machismo presente em nossa cultura, eram destinados à decisão dos homens.

Dessa forma, para as 500 camponesas, o acesso a insumos, a equipamentos de padaria e a veículos (furgões) para o transporte da produção, através do Programa Camponês, significa finalmente ver chegar e acontecer concretamente em suas propriedades uma conquista que exigiu muita luta, que gerou insegurança, precisou de paciência e persistência. É poder, agora, concretizar a alegria da vitória, realizar os sonhos de uma produção mais qualificada, dar passos para a cultura de transição agroecológica, fortalecer os grupos de produção com mais condições, tanto para produzir como para comercializar e, tudo isso, consequentemente melhorando a qualidade de vida, a economia familiar e a permanência no campo.

É preciso destacar, também, que esse processo teve um efeito multiplicador e integrador, na medida em que faz o campo e a cidade dialogarem, na perspectiva do acesso e consumo de alimentos saudáveis. Também é possível perceber que através dele houve um resgate de companheiras na participação mais efetiva no Movimento, contribuindo para a sua ampliação, dinamização e fortalecimento. Abriu uma perspectiva a ser intensificada, para que quem não conseguiu acessar nesta etapa, possa participar na sequência de um novo projeto, sendo este um desafio a ser buscado, conquistado e construído.

b) Para as famílias assentadas

No caso do MST e das famílias assentadas, como o processo foi iniciado em dezembro de 2012, através do Programa de Qualificação dos Assentamentos, os impactos já são mais nítidos.

As famílias assentadas passaram mais de dez anos sem acessar qualquer tipo de recurso para a produção agropecuária, em virtude da crise do endividamento agrícola, gerado pelo ciclo do PRONAF.

Com o Programa, na medida em que as famílias passaram a acessar alguns insumos, equipamentos e serem ofertadas pelas cooperativas, serviços de

máquinas e transporte a preços acessíveis, elas passaram a ampliar a sua produção e/ou qualificá-la.

Na pecuária leiteira, a recuperação dos solos ampliou a massa de matéria verde ofertada aos animais, com pastagens mais desenvolvidas, além do estímulo à formação de silagem e a introdução de pastagem permanentes. Todos esses mecanismos ampliaram a produção leiteira, em média, 5 litros por animal (muitas famílias saíram da produção de 8 para 13 e até 15 litros por animal, somente com a melhoria da nutrição dos animais com uma estratégia mais eficiente combinando pastagem e forragens).

Outro aspecto essencial na bacia leiteira foi a melhoria da qualidade do leite, já que o Programa possibilitou o acesso aos resfriadores a granel. A efetividade no recolhimento do leite também contribuiu para a motivação das famílias, visto que os veículos novos das cooperativas não falhavam no dia do recolhimento.

Na produção de grãos, sobretudo do arroz ecológico, o aumento da fertilidade dos solos, seja pelo correto manejo da “resteva”, que só se viabilizou pelo fato de a cooperativa dispor na hora certa das máquinas e equipamentos, seja pela incorporação de insumos orgânicos ofertados pela cooperativa, implicou um aumento de produtividade na ordem de 8 a 12 sacos por hectare.

No caso das lavouras do arroz irrigado, a água é o insumo principal. Por isso, o apoio pelo Programa aos cinco distritos de irrigação foi essencial para a qualificação da produção primária na região metropolitana, criando as condições materiais adequadas para a boa condução das lavouras.

É claro que o Programa não se restringiu à produção primária e aos serviços que ela requer. Nos assentamentos, a qualificação e a introdução de unidades agroindustriais e de panifícios estão sendo a garantia do processamento da produção das famílias e a entrada dos produtos beneficiados nos mercados institucionais, sobretudo na merenda escolar e no PAA. O arroz ecológico, em suas diferentes modalidades (integral, polido, parboilizado), o leite pasteurizado e outros derivados do leite (iogurte, bebidas lácteas), as verduras minimamente processadas e a diversidade de panifícios, hoje fazem parte da merenda escolar no Rio Grande do Sul.

Contudo, o principal impacto nas áreas de reforma agrária foi a elevação da autoestima das famílias. À medida que elas foram apoiadas nas suas produções e tiveram garantias de venda e de retirada da produção do seus lotes, obtendo um preço remunerador, as famílias se estimularam, ampliaram sua produção, estreitaram seus laços de solidariedade e fortaleceram o MST, uma vez que passaram a participar do Movimento com maior intensidade. Muitas, inclusive, abandonam seus trabalhos externos, passando a se dedicar em tempo integral à produção em seus lotes, e outras retomaram a produção, rompendo práticas de arrendamento parcial ou total dos lotes.

A ação organizada do MST no terreno econômico-produtivo, através de suas cooperativas, fortalecida com o Programa, além de ampliar a renda das famílias, elevar sua autoestima, resultou no aumento organizativo do Movimento. Talvez seja esta combinação de elementos o principal impacto do Programa nos assentamentos de reforma agrária.

c) Para as famílias camponesas do MPA

O Programa tem se constituído uma grande ação de reestruturação produtiva junto com as famílias da base do Movimento. Vale ressaltar que o conjunto das famílias camponesas do MPA que participam do Programa estão inseridas em territórios hegemonzados pelo monocultivo da soja e da produção de tabaco, tornando-se a principal ação de contratendência ao monocultivo, ao uso dos agrotóxicos, à contaminação da natureza e da saúde das famílias e ao êxodo rural.

A massificação da prática de biomineralização do solo – com a distribuição de mais de 100 toneladas de adubos verdes, 5 mil toneladas de farinha de rochas, 3,5 mil toneladas de fertilizantes orgânicos, 60 mil litros de biofertilizantes foliares, bem como o acesso a centenas de kits de agentes de controle biológico – tem recuperado a fertilidade do solo e a capacidade produtiva das unidades de produção.

O acesso aos kits de soberania alimentar, a implantação de pequenos aviários e pocilgas para produção de ovos e carnes, a implantação de estufas para produção de hortaliças, a distribuição de mudas para implantação de 180

agroflorestas e o fomento à produção de mel estão recompondo a base genética da biodiversidade e da agrobiodiversidade da agricultura camponesa.

A relativa estruturação das cooperativas – com infraestrutura de logística para transporte de alimentos, infraestrutura de máquinas agrícolas para serviços e mecanização da produção camponesa através de patrulhas agrícolas, infraestrutura de comercialização e de produção de insumos orgânicos, como no caso da COOPERBIO em Seberi, com instalação da fábrica de adubo orgânico com capacidade nominal de 10 mil toneladas ano e de 300 mil litros de biofertilizantes ano – tem demonstrado as condições para o estímulo à produção agroecológica e impactado positivamente a autoestima das famílias cooperadas e atraído outras famílias a participarem do Programa.

d) Para as famílias atingidas por barragens

O MAB/COOPAR priorizou incluir como beneficiárias famílias atingidas pela construção de barragens hidrelétricas. São 526 famílias beneficiadas até o momento, de um total previsto de 1.200 famílias.

O fato de serem atingidas por grandes projetos hidrelétricos gerou fortes contradições na vida dessas famílias, visto que ocorrem negativos impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e fundiários. Na área da produção, houve uma “desestruturação” das cadeias produtivas anteriormente existentes, numa região onde aproximadamente 40% da população vive ou depende da agricultura. Famílias relocadas, estradas fechadas, “rotas de leite” desaparecidas, muitas famílias deixaram de ser “integradas” às agroindústrias, e/ou associadas às cooperativas; as terras mais produtivas (várzeas) ficaram debaixo d’água; pequenos comércios agrícolas desapareceram. Essa profunda modificação ocasionada pela construção das barragens afetou uma população já bastante desassistida pelas políticas públicas, que são as populações ribeirinhas. De outro lado, o fato de serem “camponeses” e também ameaçados ou atingidos por barragens, coloca em risco sua permanência na terra e na agricultura, o que permite que essas famílias se caracterizem pela forte defesa de seu patrimônio (físico, cultural e ambiental). Permanecer na terra e na atividade agrícola exigiu

delas um intenso processo organizativo e de luta que, em grande parte, permanece até hoje.

Na primeira fase de execução do Programa Camponês, os investimentos foram direcionados para as unidades familiares: recuperação de solo (aplicação de pó de rocha e adubo orgânico, plantio de adubação verde, aplicação de biofertilizantes e de agentes de controle biológico), implantação e recuperação de pastagens (Pastoreio Racional Voisin) e implantação do Kit Soberania Alimentar (estufa, pequenas culturas, pequenos galinheiros e pomares).

O protagonismo na construção do Programa Camponês, bem como a chegada e o uso dos primeiros insumos, além de ampliar, qualificar e diversificar a produção dos alimentos, trouxe um novo ânimo para as famílias beneficiadas. Observou-se, ainda, uma elevação na consciência das noções da agroecologia, maior participação nos espaços da cooperativa e do Movimento, a diminuição dos custos na produção leiteira, devido à alimentação a pasto ter ganhado espaço, aumento na quantidade e qualidade do leite e aumento na diversificação dos alimentos. Na área da comercialização, o aumento na produção permitiu que a COOPAR fechasse dois novos editais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e um do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que beneficiará 800 famílias.

Os primeiros resultados não deixam dúvidas da importância que o Programa Camponês tem para as famílias atingidas por barragens.

Fonte: MPA ([2---]) e Via Campesina RS (2015).

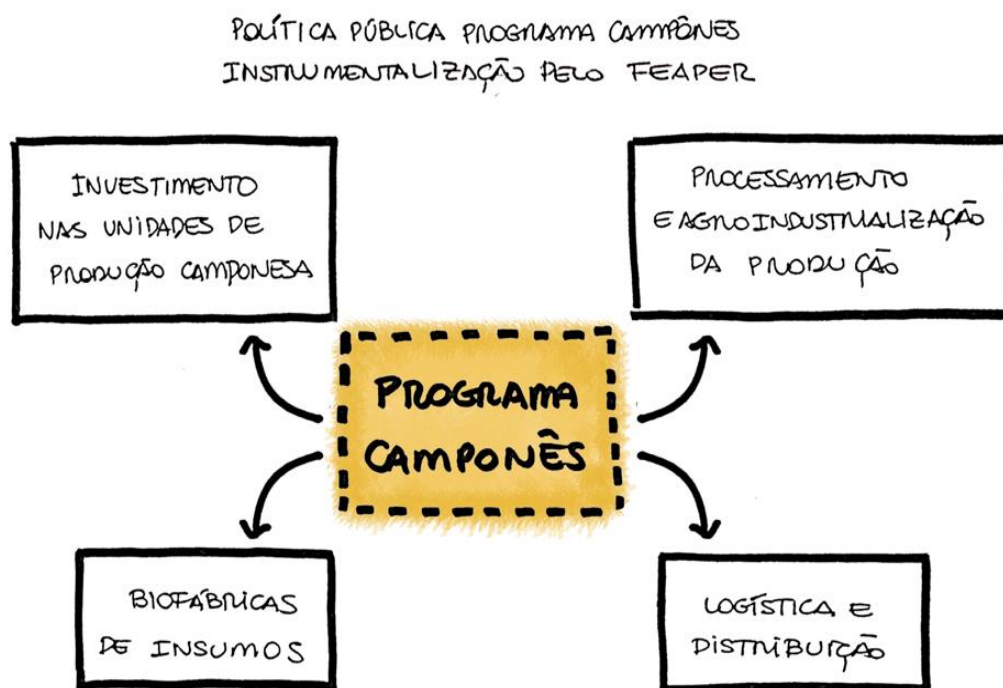
Os recursos financeiros do Programa Camponês, após a aprovação dos projetos, eram liberados pelo Badesul⁴¹ para as cooperativas e associações ligadas aos movimentos da Via Campesina. Destarte, essas instituições organizavam a aquisição e distribuição do que era demandado pelos camponeses.

O próximo Organograma expressa os grandes eixos de investimento da Política

⁴¹O Badesul é uma agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, busca promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, oferecendo consultorias e um conjunto de soluções financeiras de longo prazo para projetos do setor público, de empresas privadas e de produtores rurais (BADESUL, 2019).

Pública, abrangendo desde a escala da unidade de produção até as associações e as cooperativas, da fertilidade do solo à comercialização e distribuição.

Figura 16 – Organograma “Política Pública ‘Programa Camponês’: Instrumentalização”



Fonte: Elaboração própria, com base em MPA ([2---]) e Via Campesina (2015), representação por Rosin (2020).

Em relação ao MPA, esses eixos de investimentos do Programa Camponês responderam às principais demandas dos camponeses manifestadas nas diversas atividades do Movimento, principalmente de assistência técnica, assim como fizeram-se presentes princípios do Plano Camponês.

Quando o dinheiro iniciou a ser liberado e nós conseguimos começar a entregar o que os agricultores tinham solicitado nos projetos, senti a força da política pública construída pelos que dela necessitam. Não é como o PRONAF que atualmente mantém uma série de restrições em relação às decisões dos agricultores. Em relação aos produtos a serem entregues, tentamos priorizar a aquisição do que era demandado e produzido por entidades cooperadas de nosso controle ou de parceiros. O que a gente já fazia nas cooperativas localizadas em nossos Centros Territoriais de Cooperação, aumentamos a escala e também reforçamos a logística das nossas entidades. Hoje, nossa biofábrica é uma realidade e produz uma diversidade de insumos. Nossas agroindústrias também tiveram avanços importantíssimos. (JANUÁRIO, 2019).

Essa fala de Januário (2019) faz com que possamos voltar a discorrer em torno das potencialidades dos Centros Territoriais de Cooperação para pensar possíveis alterações nas diversas escalas e dimensões do território, a partir da produção ordenada e da conquista de políticas públicas emancipatórias em conjunto e como retorno de lutas socioterritoriais.

A comercialização da produção é uma questão complexa de ser tratada, principalmente pelo motivo de existir uma hegemonia do regime alimentar corporativo que controla quase a totalidade dos canais de comercialização (MCMICHAEL, 2016). Nas tratativas finais de elaboração da política pública Programa Camponês por parte dos movimentos socioterritoriais e seus parceiros, foram realizados alguns acordos com as organizações urbanas.

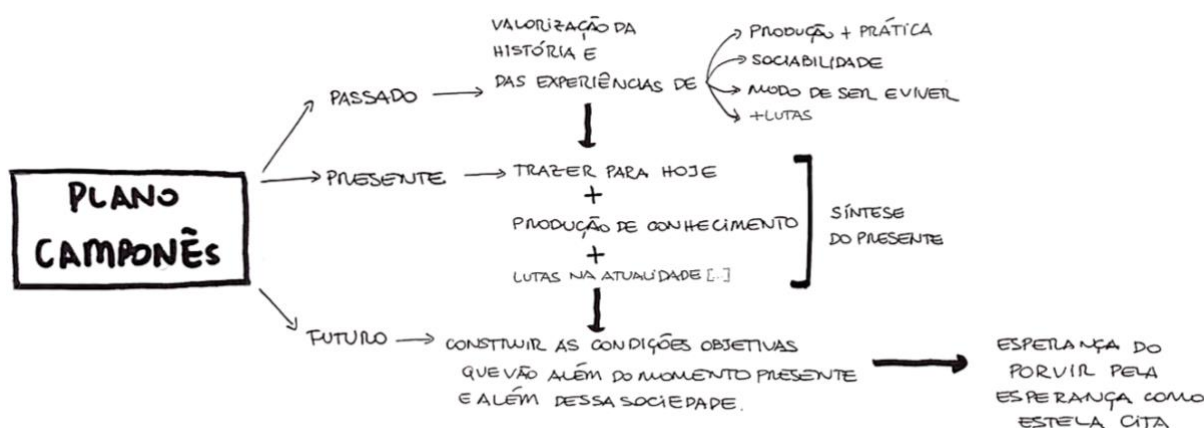
Temos um grande problema atualmente: que a comida saudável, principalmente nos centros urbanos, não está indo parar na mesa da classe trabalhadora, mas sim na mesa dos endinheirados. Nós do Movimento não queremos isso e achamos injusto. Portanto, na construção do Programa Camponês, acordamos em comercializar parte dos nossos alimentos em feiras e mercados populares nas periferias. Também acertamos com a Federação dos Metalúrgicos em fornecer alimentos nos restaurantes das empresas filiadas à federação. Desse jeito, pensamos que podemos fortalecer nossas atividades na roça e nossos laços com os companheiros da cidade. (JANUÁRIO, 2019).

A conquista e o acesso ao Programa Camponês, na experiência do MPA, foram o reflexo das lutas do conjunto de movimentos socioterritoriais da Via Campesina em parceria com os movimentos da cidade dantes mencionados, do trabalho de assistência técnica, do Plano Camponês e dos Centros Territoriais de Cooperação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fácil desejar transportar-se para longe de um lugar ruim. Mas a trilha para sair dele é menos óbvia, ainda precisa ser aberta. O terreno plano que se estende para todos os lados é tão difícil para o caminho certo quanto o montanhoso, com flagrantes bloqueios. Daí o desgarrar-se, uma das condições mais amargas, além de peculiar. Ela reside no prolongamento do querer, ao qual falta, ou ainda falta, o poder no prolongamento do broto que nunca evoluiu realmente para a flor. O desgarrado encontra-se entre o desejo permanente e o caminho não permanente ou que não se revela. Porém, o perigo a que o desgarrar-se expõe o viandante, o perigo de perecer, perfaz também o tributo do novo. É pago sempre que se arrebatou algo novo da escuridão. A caminhada até lá é decididamente não-aconchego. A segurança torna-se tanto menos quanto mais desvanece o mundo referencial conhecido. Mas como será significativa, então, a primeira luz, como será tranquilizadora acima de qualquer medida anterior! O ermo não devorou. Algo até então jamais visto, que assustara no caminho falso, no correto, no corrigido, torna-se absolutamente prazeroso. (BLOCH, 2006, p. 299).

Figura 17 – Organograma “Considerações”



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

Nesta última parte da nossa pesquisa, traremos alguns apontamentos e resultados a que chegamos em relação ao objeto que nos propusemos a estudar. Todavia, de maneira alguma apresentaremos conclusões absolutas, pois, de absoluto, entendemos que existem apenas as mudanças constantes da realidade, as quais são contraditórias e não lineares, resultando em avanços e retrocessos também contraditórios nas diferentes formas de vida.

Entre a teoria e o mundo real existem distâncias variadas. A teoria pode expressar uma realidade pretendida, existente ou falseada. Nossa dedicação e intenção visaram à aproximação da realidade existente, assim como da pretendida,

sob uma perspectiva dialética teórico-prática. Mas, também, por meio do conhecimento apreendido e produzido, que igualmente é poder, nos utilizamos desse instrumento para disputar e transformar territórios.

Os métodos de pesquisa devem ser destacados aqui, pois foram nossas lanternas em meio a tantas obras, informações e dúvidas. Obviamente que estas últimas seguem como um dos nossos lemas “*de omnibus dubitandum*”. Quando pensávamos que havíamos desvendado algumas, surgiam muitas outras. Porém, o cumprimento das disciplinas, reflexões coletivas e individuais, diálogos com o orientador, leituras, sistematizações, participação e apresentação de pesquisas em eventos e os trabalhos de campo sob a perspectiva da pesquisa militante foram de fundamental relevância para chegarmos até este momento.

Iniciamos a dissertação apresentando a história de vida do autor, que não estava apartada da produção e revisão do conhecimento pelas quais tínhamos nos disposto a percorrer. Dessa forma, a pesquisa buscou compreender, responder e quiçá transformar questões que atingem a vida do pesquisador; porém, não apenas a dele, pois quando falamos de espaço, território, movimentos, camponeses e projetos de desenvolvimento territorial, acreditamos tratar de formas de organização e reprodução da vida, indagações estas que, a nosso ver, são pertinentes aos interessados ou não na questão.

Partimos em busca de bases teóricas que afirmassem a nossa hipótese da centralidade, multiescalaridade e multidimensionalidade do território. Destarte, refletimos acerca do conceito de espaço geográfico nos ancorando nos pensamentos de Santos (1999, 2017), Lefebvre (1991) e Raffestin (1993). A partir desses teóricos, compreendemos que o espaço é uma totalidade em movimento que se metamorfoseia em território ao ser acometido por relações de poder. Foi diante dessa perspectiva de território que conseguimos compreender a tipologia dos territórios defendida por Fernandes (2013) e distingui-la da vulgarização do conceito empreendido por instituições que o definem na qualidade de unidimensional.

Quando constatamos a multidimensionalidade material e imaterial do território e, da mesma forma, sua multiescalaridade, foi possível conceber a atuação de diferentes sujeitos e classes sociais que produzem, destroem e disputam o território. Dessa maneira, a presença de movimentos socioterritoriais em nossa leitura é a expressão de sujeitos não satisfeitos com a organização do território.

Em uma breve análise em torno do campesinato brasileiro, pudemos perceber sua ausência secular no primeiro território, concomitante à sua assiduidade de classe subordinada e desterritorializada no segundo território, todavia, criando alternativas de re-existência diante dos processos de subordinação e desterritorialização. Assim, notamos que, ao mesmo tempo que alguns perdem seus territórios, outros resistem e até conquistam novos.

O prenúncio de perder seu território de produção e reprodução da vida é que leva diferentes sujeitos a buscarem meios de se organizar para enfrentar o que lhes ameaça. Com essa interpretação, concordamos com Fernandes (2013) que os movimentos socioterritoriais têm o território enquanto sentido da existência, características que encontramos no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Para buscarmos afirmar nossa hipótese de o MPA ser um movimento socioterritorial, fomos pesquisar os fundamentos na história desse Movimento, os porquês de sua existência, assim como os sujeitos e as razões que o colocam em risco. Identificamos que nas raízes desse Movimento estão agrilhoados séculos de lutas pela sua afirmação e em defesa de algo que os anima e materializa: o território.

Em relação ao que se apresenta enquanto perigo para o Movimento na atualidade, está o regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016; FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989), o qual se manifesta no cotidiano enquanto agronegócio. Este, em nossa leitura, incorporou e modernizou o latifúndio no Brasil, mas não apenas, pois seus tentáculos também alcançaram pequenas e médias propriedades por meio da subordinação e desterritorialização camponesa. Tal fenômeno tem ligação direta com o monopólio das políticas públicas do Estado e das corporações, o que Costa Neto e Fernandes (2017) caracterizaram nos então complexos em rede e complexos de sistemas do agronegócio.

Os camponeses que estudamos criaram um movimento socioterritorial, o MPA, para lutar por políticas públicas e construí-las sob uma perspectiva maior de criar uma síntese de uma nova sociabilidade no campo. Desse modo, ao longo de sua história, iniciaram a elaboração de um projeto de desenvolvimento territorial, o qual alcunharam Plano Camponês.

Ponderamos que, por meio do Plano Camponês, os agricultores da base do MPA ampliaram as dimensões e escalas de disputa territorial com o agronegócio. Isso

com a tendência de ser corolário da maior autonomia e liberdade alcançada e buscada por parte do campesinato da base desse movimento socioterritorial.

As conflitualidades do MPA com o agronegócio, ao terem como pano de fundo projetos de desenvolvimento territorial expressamente antagônicos, apresentaram-se concretamente na disputa e elaboração de políticas públicas, assim como na presença dos seus representantes nas diferentes esferas do primeiro território; incluindo as conflitualidades oriundas dos diferentes modos de se produzir, relacionar-se com a natureza e os fins a serem dados à produção.

O triunfo de determinada via de desenvolvimento reflete na vida dos seres sociais e demais seres orgânicos e inorgânicos. Isso nós identificamos por meio das entrevistas e da revisão bibliográfica. Dessa forma, a não erradicação da fome no mundo, o aumento drástico de obesos, doenças oriundas dos novos hábitos alimentares e dos altos índices de utilização de diferentes tipos de agrotóxicos, alimentos ultraprocessados, conflitualidades, desterritorialização camponesa, subordinação camponesa, desconexão da produção com os ecossistemas locais, destruição dos biomas, estrangeirização das terras, acumulação capitalista e desestabilização das democracias (FERNANDES, 2013; PLOEG, 2013; MCMICHAEL, 2016; ZIEGLER, 2013; NUNES; ROCHA, 2008; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) são algumas das faces facínoras exteriorizadas por esse modelo de desenvolvimento territorial perverso, assim chamado regime alimentar corporativo, ou agronegócio, que representa a organização do modo de produção capitalista no campo⁴².

⁴²A perversidade do modo de produção capitalista, podemos expressar por meio de uma metáfora em Fausto de Goethe, quando Fausto pede para Mefistófeles eliminar os últimos camponeses que não querem vender suas propriedades. Vejamos a passagem: "**Fausto** – Esse aqui maldito! / É o que me deixa irado e aflito. / Contigo, esperto e apto, é que falo; / Ofende e fere-me em excesso; / Não me é possível aturá-lo, / E envergonhado é que o confesso: / Das tílias quero a possessão, / Ceda o par velho o privilégio! / Os poucos pés que meu não são / Estragam-me o domínio régio. / Lá quero armar, de braço em braço, / Andaimas sobre o vasto espaço, / Afim de contemplar, ao largo, / Tudo o que aqui fiz, sem embargo, / E com o olhar cobrir, de cima, / Do espírito humano a obra-prima, / Na vasta e sábia ação que os novos / Espaços doou ao bem dos povos. / Na posse, assim, mais nos assalta / Mágua e ânsia pelo que nos falta. / Das tílias o hálito, e perfume, / Bafo de cripta e igreja assume, / Do poderoso o arbítrio férreo / Estaca ante um recanto térreo. / Como livrar-me desse fardo! / Toca a sineta, e em cólera ardo. / **Mefistófeles** – Vê-se que deve tal agrura / Encher-te a vida de amargura. / Quem o nega! A um ouvido nobre / Repugna o som deste vil cobre. / E o malfazejo tililim-tlim, / Nublado o céu, se mete assim, / Em cada evento, com emperro, / Desde o batismo até o enterro, / Como se entre tlin-tlins a vida / fosse sonho e ilusão perdida. / **Fausto** – A resistência, a teimosia, / O esplendor todo me atrofia, E é só com ira e a muito custo / Que me conservo ainda justo. /

Ernst Bloch (2006, p. 299), em “O Princípio Esperança II”, destaca em relação aos desafios de enfrentar o que existe e criar o novo:

É fácil desejar transportar-se para longe de um lugar ruim. Mas a trilha para sair dele é menos óbvia, ainda precisa ser aberta. O terreno plano que se estende para todos os lados é tão difícil para o caminho certo quanto o montanhoso, com flagrantes bloqueios. Daí o desgarrar-se, uma das condições mais amargas, além de peculiar. Ela reside no prolongamento do querer, ao qual falta, ou ainda falta, o poder no prolongamento do broto que nunca evoluiu realmente para a flor. O desgarrado encontra-se entre o desejo permanente e o caminho não permanente ou que não se revela. Porém, o perigo a que o desgarrar-se expõe o viandante, o perigo de perecer, perfaz também o tributo do novo. É pago sempre que se arrebatou algo novo da escuridão. A caminhada até lá é decididamente não-aconchego. A segurança torna-se tanto menos quanto mais desvanece o mundo referencial conhecido. Mas como será significativa, então, a primeira luz, como será tranquilizadora acima de qualquer medida anterior! O ermo não devorou. Algo até então jamais visto, que assustara no caminho falso, no correto, no corrigido, torna-se absolutamente prazeroso. (BLOCH, 2006, p. 299).

Para enfrentar o “lugar ruim” que entendemos ser o projeto e as práticas da agricultura capitalista, o MPA está construindo uma “trilha” por meio do Plano Camponês. Esse Plano, no estado do Rio Grande do Sul, vem orientando o movimento socioterritorial na confecção das suas estratégias. Identificamos que os Centros Territoriais de Cooperação territorializados nas Mesorregiões Centro-Oriental Rio-grandense e Noroeste Rio-grandense dispõem a incumbência de ligar as diversas dimensões e escalas territoriais.

Em nossa análise, o Plano Camponês existe através da cooperação sistêmica que abrange as dimensões materiais e imateriais do território, conectando ecologia, economia e sociedade. A materialização e irradiação dos eixos do plano – Terra e Território; Soberania; Novas Bases Produtivas; Nova Geração Camponesa com Protagonismo Feminista; e Campesinato e História e Memória – dependem das lutas e consequentemente das políticas públicas elaboradas e/ou conquistadas pelo Movimento.

Mefistófeles – Que cerimônia, ora! E até quando? / Pois não estás colonizando? / **Fausto** – Bem, vai; põe-nos enfim de lado! / Sabes da bela quintazinha / Que aos velhos reservado tinha. / **Mefistófeles** – A gente os pega e os bota lá, / De novo em pé ver-se-ão num já; / Compensa o susto e a violência, / À farta a nova residência...”. (GOETHE, 2011, p. 564).

Observamos que, no Rio Grande do Sul, o MPA conquistou diferentes políticas públicas que refletiram de diferentes maneiras no Plano Camponês e na vida dos agricultores.

O PRONAF foi extremamente positivo em sua origem, entretanto, conforme suspeitávamos, adquiriu um caráter subordinatório ao tempo que os financiamentos estreitaram os vínculos com as cadeias produtivas do agronegócio, tendência que confirmamos em nossos trabalhos de campo.

As políticas públicas PRONATEC Campo e ATER tiveram grande relevo nas elaborações e práticas do Plano Camponês, haja vista que ambas criaram possibilidades de o Movimento desenvolver processos formativos e, conseqüentemente, em diálogo com o público que teve acesso a esses Programas.

Queremos destacar a política pública Programa Camponês. Encontramos pistas de que essa foi o resultado da aprendizagem das políticas públicas anteriores que abordamos, de outras que optamos por não trabalhar na nossa pesquisa, das elaborações do Plano Camponês e das lutas do movimento socioterritorial que desenharam sua história.

O Programa Camponês expressou o prelúdio de políticas públicas emancipatórias, ao ser elaborado, disputado e conquistado a partir daqueles que dele requeriam, em conjunto com os trabalhadores da cidade, interessados e comprometidos na construção de um projeto popular para o Brasil, interligando o campo e a cidade sob novas relações socioterritoriais.

As experiências de cooperação e das novas bases produtivas que o MPA vem experimentando e praticando nos Centros Territoriais de Cooperação deram o subsídio técnico à proposta.

Entendemos que as características existentes no Plano Camponês e os corolários que resultaram na política pública Programa Camponês contêm o embrião de uma interação socioterritorial com o potencial de reconfigurar os territórios.

Desse modo, a vontade de ir além, até o fim bem-sucedido, sempre perpassa a consciência utópica, colore essa consciência com inesquecíveis seres de contos de fadas, e vigora ainda nos sonhos de uma vida melhor, mas a *sua modo* também nas obras de arte, o que finalmente tem de ser compreendido. A fantasia de melhoria do mundo aterrissa nelas não apenas de modo que todos os seres humanos e coisas sejam conduzidas até o limite de suas possibilidades, com todas as situações esgotadas e detalhadas em sua forma. Antes, toda a grande obra de arte, para além da sua essência manifesta, ainda foi concebida sobre uma *latência do aspecto vindouro* – vale

dizer: sobre os conteúdos de um futuro que no seu tempo ainda não haviam surgido. Em última análise, sobre os conteúdos de uma situação final ainda desconhecida. Essa é a única razão por que as grandes obras de cada período têm algo a dizer, e de fato algo novo, que o período anterior ainda não havia percebido nelas. Essa é a única razão por que a flauta mágica do conto e a *Divina Comédia* fixada com rigor histórico possuem 'eterna juventude'. O importante é, como disse Goethe, o 'sentido da irradiação de longo alcance'. (BLOCH, 2005, p. 99-100).

Portanto, o movimento socioterritorial MPA, ao estar construindo o Plano Camponês, está vivendo do passado, do presente e do futuro. Do passado, tal como Marcel Proust, em sua eterna obra "Em busca do tempo perdido", lembra-se de sua mãe com a xícara de chá e os inesquecíveis biscoitos madeleines:

A princípio recusei e, nem sei bem porquê, acabei aceitando. Ela, então, mandou buscar um desses biscoitos curtos e rechonchudos, chamados *madeleines*, que parecem ter sido moldados na valva estriada de uma concha de São Tiago. E logo, maquinalmente, acabrunhado pelo dia tristonho e a perspectiva de um dia seguinte igualmente sombrio, levei à boca uma colherada de chá, onde deixaria amolecer um pedaço de *madeleine*. Mas no mesmo instante em que esse gole, misturado com os farelos do biscoito, tocou meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem a noção de sua causa. Rapidamente se me tornaram indiferentes as vicitudes da vida, inofensivos os seus desastres, ilusória a sua brevidade, da mesma forma como opera o amor, enchendo-me de uma essência preciosa; ou antes, esta essência não estava em mim, ela era eu. Já não me sentia medíocre, contingente, mortal. (PROUST, 2012, p. 48).

Obviamente, a sensação de Proust ao tomar o chá junto ao biscoito veio da memória, o que lhe causou sentimento de liberdade, no instante em que lhe ressurgiam apazíveis instantes do pretérito. Esse sentimento o MPA desperta e carrega consigo por meio das experiências históricas do campesinato animadas no Plano Camponês.

O MPA vive do presente, porque a história está sendo feita neste exato momento. Destarte, encara o seu tempo histórico e atua nos diferentes territórios, não apenas conforme sua intenção, mas de acordo com a realidade existente.

Indissociável ao passado e ao presente está a atuação do Movimento no futuro como um sonho acordado no prelúdio de se tornar realidade, o que não é sinônimo de idealismo irreal, mas de projeção a ser realizada por meio da práxis. Essa condição nos arremete a Lenin (1986, p. 133), ao expressar:

[...] meu sonho pode ultrapassar o curso natural dos acontecimentos, ou desviar-se em uma direção para onde o curso natural dos acontecimentos

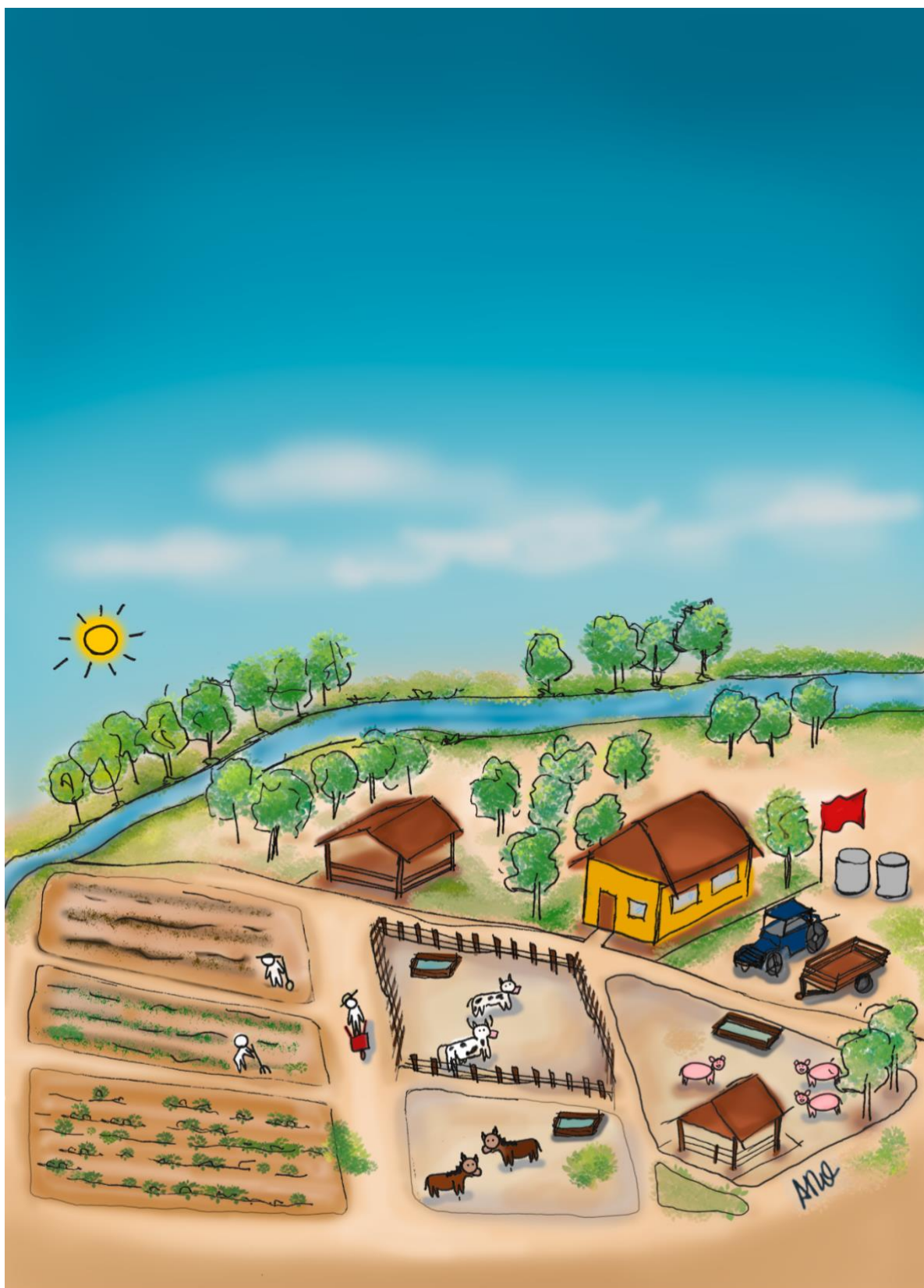
jamais poderá conduzir. No primeiro caso, o sonho não produz nenhum mal, pode até sustentar e reforçar energia do trabalhador [...]. Em tais sonhos, nada pode corromper ou paralisar a força do trabalho; ao contrário. Se o ser humano fosse completamente desprovido da faculdade de sonhar assim, se não pudesse de vez em quando adiantar o presente e contemplar em imaginação o quadro lógico e inteiramente acabado da obra que apenas se esboça em suas mãos, eu decididamente não poderia compreender o que leva o ser humano a empreender e realizar vastos e fatigantes trabalhos na arte, na ciência e na vida prática [...]. O desacordo entre o sonho e a realidade nada tem de nocivo se, cada vez que sonha, o ser humano acredita seriamente em seu sonho, se observa atentamente a vida, compara suas observações com seus castelos no ar e, de uma forma geral, trabalha conscientemente para a realização de seu sonho. (LENIN, 1986, p. 193).

Essa esperança entre o que existe e o que ainda está no porvir, podemos concluir retomando uma passagem de nossas entrevistas, quando dialogamos com a camponesa Estela (2019), que descreveu seu sentimento sobre aprender a analisar a vida de sua própria terra:

Fazer uma análise cromatográfica me dá muito orgulho, mostra que todos somos capazes de aprender a fazer. Consigo ver o meu amor pela terra no cromatograma. Se a minha terra está bem de saúde, os alimentos que produzo também estão. Depois que conheci o Tião e adquiri essas sabedorias, sou uma pessoa mais feliz. Acho que os sonhos do Movimento, que em parte também são os meus, começam a sair das nuvens. (ESTELA, 2019).

Assim, concluímos momentaneamente que o Movimento dos Pequenos Agricultores é um movimento socioterritorial que está produzindo desenvolvimento e esperança nos territórios em que suas concepções são irradiadas. Todavia, os avanços e rupturas em relação ao atual modelo de desenvolvimento hegemônico dependem das lutas de hoje e de amanhã, assim como o alcance das dimensões e escalas. Dessa maneira, as transformações profundas se apresentam enquanto uma esperança em movimento.

Desenho 3 – Território camponês



Fonte: Elaboração própria, representação por Rosin (2020).

REFERÊNCIAS

ABELARDO. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.** Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AGRO, a indústria riqueza do Brasil. **G1.** 04 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/06/04/agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2019.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo:** servidão moderna e violação de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ALVARENGA, Darlan. “Monopólio” brasileiro do nióbio gera cobiça mundial, controvérsia e mitos. **G1.** 09 abr. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04/monopolio-brasileiro-do-niobio-gera-cobica-mundial-controversia-e-mitos.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

ALVES, Cloves Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 21, n. 45, 15 ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5335/rtee.v21i45.6187>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/6187>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AMAZÔNIA, maior reserva de biodiversidade do planeta. **ESTADÃO**, 04 dez. 2002. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,amazonia-maior-reserva-de-biodiversidade-do-planeta,20021204p59846>. Acesso em: 27 jul. 2019.

AMBRÓZIO. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.** Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

AMORIM, Daniela. IBGE: Sudeste concentra mais de 50% das empresas. **ESTADÃO**, São Paulo, 25 maio 2011. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-sudeste-concentra-mais-de-50-das-empresas,68516e>. Acesso em: 09 ago. 2018.

ANTONIO. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.** Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

ARANHA, Ana; ROCHA, Luana. “Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. **Repórter Brasil**, [s.l.], 15 abr. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

ATER MPA. **Relatório da assistência técnica e extensão rural.** Não publicado. 2019.

BADESUL. **Badesul desenvolvimento:** a gente dá Valor para o Rio Grande crescer. Disponível em: <https://www.badesul.com.br/badesul>. Acesso em: 26 dez. 2019.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 4, 2004. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/587/pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BANDUKI, Nabil (org). **A luta pela reforma urbana no Brasil:** do Seminário de habitação e reforma urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BASSI, Bruno Stankevicius. Nova Frente Parlamentar da Agropecuária reúne 257 deputados e senadores; com 25, PSL de Bolsonaro só fica atrás de PP e PSD. **Instituto Humanitas Unisinos**, 28 mar. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587849-nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BINO. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.** Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança I.** – Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança II.** – Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006.

BNDES. BNDES Fundo Social – **Apoio ao Social.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-social>. Acesso em: 24 dez. 2019.

BONATO, Amadeu; ZOTTI, Cleimary Fatima; DE ANGELIS, Thiago. **Tabaco:** da produção ao consumo - uma cadeia de dependência. Curitiba: DESER, dez. 2010. Disponível em: https://actbr.org.br/uploads/arquivo/585_RevistaTabacoACT.pdf. Acesso em: 05 ago. 2019.

BORGES, G. A; FERNANDES; Bernardo Mançano; SILVA, Marcelo Leal Teles da. Teodor Shanin: MPA perde um amigo e apoiador da luta camponesa. **MPA Brasil**. 06 fev. 2020. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/teodor-shanin-mpa-perde-um-amigo-e-apoiador-da-luta-camponesa/>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1355.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/1974. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 dez. 1972. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1975/1979. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 04 dez. 1974. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@@download/file/II%20PND%207579.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9456.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003. Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 15 dez. 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.814.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura** – trigo e soja. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

CABRAL, Umberlândia. Desemprego sobe para 13,3% no 2º trimestre, com redução recorde de ocupados. **Agência de Notícias IBGE**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28480-desemprego-sobe-para-13-3-no-2-trimestre-com-reducao-recorde-de-ocupados>. Acesso em: 02 set. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 827/2015**. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1049258>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CAMPELO, Lilian. Projeto de Lei quer proibir agricultores de produzir, distribuir e armazenar sementes: PL em tramitação no Congresso quer estabelecer royalties para agricultores que plantem as chamadas cultivares. **Brasil de Fato**. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/11/projeto-de-lei-quer-proibir-agricultores-de-produzir-distribuir-e-armazenar-sementes/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. ed. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1982.

CARLOS. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

CARVALHO, Tarcisio Motta de. **Coerção e Consenso na Primeira República**: a Guerra do Contestado (1912-1916). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CASTILHO, Alceu Luís *et al.* **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de ATER**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

CAVALCANTI, Marco Antônio Freitas de Hollanda; RIBEIRO, Fernando José. **As exportações brasileiras no período 177/96**: desempenho e determinantes. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1998. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0545.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHICO. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

CLOC LA VÍA CAMPESINA. **V Asamblea de Mujeres**. 2015. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/congresos/v-asamblea-de-mujeres>. Acesso em: 26 jul. 2019.

COMO destruição do Cerrado ameaça “floresta de cabeça para baixo” e abastecimento de aquíferos. **BBC**. 08 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42995360>. Acesso em: 24 set. 2019.

CONOF. **Informativo técnico nº 6/2019-CONOF/CD**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2019/05/2761014292_educacao.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

COOPERFUMOS. **Menos tabaco, mais alimento:** Agricultura sustentável para diversificar a produção do tabaco. Relatório descritivo da execução física, chamada pública SAF/DATER 06/2013, contrato 174/2013. Não publicado. Santa Cruz do Sul, 2015.

COSTA NETO, Adolfo da Oliveira; FERNANDES, Bernardo Mançano. A produção de óleo de palma a partir da subordinação de territórios camponeses em assentamentos da reforma agrária. *In:* HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros *et al.* **A geografia do Pará em múltiplas perspectivas:** políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial. Tupã, ANAP, 2017.

CPT. **Violência no campo Brasil 2018.** Goiânia: Centro de documentação gráfica Dom Tomás Balduino, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018>. Acesso em: 04 jul. 2019.

CRESOL. **Institucional.** 2020. Disponível em: <https://cresol.com.br/institucional/#missao-visao-valores>. Acesso em 10 de out. 2020.

CRESOL. **Tudo que você precisa saber sobre o PRONAF.** 2019. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pronaf/>. Acesso em 05 jan. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Mike. **The Monster at Our Door:** The Global Threat of Avian Flu. The New Press, New York, 2005.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985.** São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios.** Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

EMBRAPA. **Código florestal:** adequação ambiental da paisagem rural. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo:** construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Latin America at a crossroads**: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development. London: Cultural Studies, v. 24, n. 1, Jan. 2010b, p. 1-66.

ESCOBAR, Arturo. Worlds and knowledges otherwise: the latin american modernity/coloniality research program. *In*: MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo. **Globalization and the Decolonial Option**. London and New York: Routledge, 2010a.

ESTELA. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. *In*: SACHS. Wolfgang Org. **Diccionario del desarrollo**: Una guía del conocimiento como poder, PRATEC, Perú, 1996

FAO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**: fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. Roma: FAO, 2018.

FAO. **World Food Summit**: declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de acção da Cimeira Mundial da Alimentação. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FEE. **Unidades geográficas**. Disponível em: <http://feedados.fee.tcche.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas/mesorregioes/8>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil**. Presidente Prudente: Revista Dataluta, 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2017.pdf. Acesso em: 03 jul. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. 2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 10 out. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas Públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. *In*: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, *et al.* **Estado, Políticas Publicas e Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Biblioteca digital do Planejamento, 2004. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564?show=full>. Acesso em: 07 out. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regimes Alimentares, Impérios Alimentares e Movimentos Alimentares**. Argentina: Revista Latinoamericana de Estudios Rurales, 2019. Disponível em: <http://www.ceilconicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/563>. Acesso em: 03 jul. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FLORÊNCIA. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

FLORESTA Amazônica abriga cerca de 20% de toda a fauna do planeta. **G1**. 06 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/floresta-amazonica-abriga-cerca-de-20-de-toda-a-fauna-do-planeta.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: LTC, 2014.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. **Agriculture and the State System: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present**. Sociologia Ruralis, Journal of the European Society For Rural Sociology, vol. 29, issue 2, pages 83-200, August, 1989.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

GIMENO, Alejandro Jesus Fenker. **Apropriação e comércio de terras na cidade de Cachoeira no contexto da imigração européia (1850 – 1889)**. Dissertação de mestrado, 2014. Disponível em: http://coral.ufsm.br/ppgh/images/MESTRADO/dissertacoes/turma2012/dissertao_alejandro%20gimeno_2014%20ppgh.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia – Segunda parte**. Tradução de Jenny Klabin Segall. Apresentação, comentários e notas de Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora vozes, 1998.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto do agronegócio**. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

GOTTEMS, Leonardo. Logística e Armazenagem: Brasil perde 34 milhões de grãos. **Agrolink**. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/logistica-e-armazenagem-brasil-perde-34-milhoes-de-toneladas-de-graos_401161.html. Acesso em: 26 nov. 2018.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. [20--]. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK EwIN2NLVtuvnAhUVJ7kGHUUOC_4QFjAAegQIAxAB&url=http%3A%2F%2Fwww.cristinaenea.eus%2Ffeu%2Fdownload%2Fmicrosites%2Fficheros%2Fagroecologia_y_transformacion_social.pdf&usg=AOvVaw1Qb49XVwJFjA1ty71LnrLG. Acesso em: 25 set. 2019.

HAIDAR, Daniel; ROSSI, Marina; OLIVEIRA, Regiane; BIANCHI, Paula. Às vésperas do afastamento de Dilma, Lava-jato rejeitou delação que prenderia Temer em 2019. **El País**. São Paulo/Rio de Janeiro, 18 out. 2019. Economia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/30/economia/1569857428_539313.html. Acesso em: 20 dez. 2019.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

HELENA. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

HERÉDIA, Vania. **A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul**. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

HOBBSBAWM, Eric John. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IBGE. **Censo 2010**: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>. Acesso em: 10 ago. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 18 jul. 2019.

IBGE. **Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos**. Rio de Janeiro: IBGE, ago. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/334>. Acesso em: 12 ago. 2018.

IBGE. PNAD contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **Agência de Notícias IBGE**. 19 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem. Acesso em: 01 set. 2020.

IBRAM. **Comércio externo da mineração brasileira**. Disponível em: <http://portaldamineracao.com.br/wp-content/uploads/2018/09/comex-jan2019.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

INCA. **O que é a doença da “folha verde do tabaco” ou “mão verde”?** Instituto Nacional do Câncer. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/en/node/1743>. Acesso em: 05 jan. 2020.

JANUÁRIO. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

JOANA. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

JORNAL NACIONAL. Governo acelera liberação de novos agrotóxicos no país. **G1**. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/06/28/governo-acelera-liberacao-do-uso-de-novos-agrotoxicos-no-pais.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2019.

JÚNIOR. Horácio Antunes de Sant’; AQUINO, Ana Maria José da Silva; BRUSTOLIN, Teisserenc Cíndia; Org. **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUFMA, 2018.

JUNIOR, João Pitella; CHALUB, Ana. Censo aponta dificuldades em manter jovens no campo como obstáculo ao crescimento da agricultura familiar. **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, 24 maio 2018. Agropecuária. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/558036-CENSO-APONTA-DIFICULDADE-EM-MANTER-JOVENS-NO-CAMPO-COMO-OBSTACULO-AO-CRESCIMENTO-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR.html>. Acesso em: 18 jul. 2019.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo**. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KIIHL, Romeu Afonso de Souza; CALVO, Éberson Sanches. A soja no Brasil: mais de 100 anos de história, quatro décadas de sucesso. *In*: ALBUQUERQUE, Ana Christina Sagebin; SILVA, Aliomar Gabriel da. **Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. v. 1, Brasília, DF: Embrapa informacional tecnológica, 2008.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KÜHN, Fábio. **A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII**. 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/25507/14904>. Acesso em: 19 jul. 2019.

LABOISSIÈRE, Paula. Conab: safra de grãos 2016/2017 deve chegar a 227,9 milhões de toneladas. **Agência Brasil**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/conab-safra-de-graos-20162017-deve-chegar-2279-milhoes-de-toneladas>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

LENGEN, Johan Van. **Manual do arquiteto descalços**. Porto Alegre: Editora livraria do arquiteto, 2004.

LI, Tania Murray. **"What is land? Assembling a resource for global investment"**. TSpace. 2014. Disponível em: <https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/67829/1/what-is-land.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LONDOÑO, Ernesto. Miners Kill Indigenous Leader in Brazil During Invasion of Protected Land. **The New York Times**. Jul. 27th 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/27/world/americas/brazil-miners-amapa.html>. Acesso em: 29 jul. 2019.

LUCIA. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição estudo econômico do Império**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra: a disputa pelo destino da fronteira - aluta dos posseiros de Trombas e Formoso 1950/1960**. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MALVEZZI, Roberto. Transposição: a hora da verdade. **EcoDebate**. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/03/07/transposicao-hora-da-verdade-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MANTELLI, Jussara. **O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária**. 2006. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/xmlui/bitstream/handle/1/1093/o%20processo%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20do%20noroeste.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MAPA. Mapa divulga relação dos 337 municípios que irão integrar o plano do MATOPIBA. **Canal Rural**. 13 nov. 2015. Desenvolvimento. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/mapa-divulga-relacao-dos-337-municipios-que-vao-integrar-plano-matopiba-59683/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MAPA. **Projeções do agronegócio 2016/2017 a 2026/2027**. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2017-a-2027-versao-preliminar-25-07-17.pdf/view>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MARCIS, Frédéric Le. **A luta contra as epidemias eclipsa outros problemas: doenças do norte migram para a África**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/doencas-do-norte-migram-para-a-africa/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 25 set. 2019.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista**. 2. ed., t. 2., v. 3. São Paulo: Nova cultural, 1986.

MATIAS. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

MAZOYER, Marcel; ROUTARDT, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MCMICHAEL, Phillip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

MEC. **PRONATEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 30 dez. 2019.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural**. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/81/80/0>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans** : suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris: Babel Essai, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **Unisinos**, v. 14, n. 2, maio/ago 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4718/1941>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Metade dos brasileiros está acima do peso e 20% dos adultos estão obesos**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46485-mais-da-metade-dos-brasileiros-esta-acima-do-peso>. Acesso em: 01 set. 2020.

MME. **Setor Mineral Brasileiro exportou US\$ 36,6 bilhões em bens minerais em 2016**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

MORAES, Clodomir Santos de. História das ligas camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas / 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MPA. **Atividades do PRONATEC Campo**. Relatório (não publicado). Santa Cruz do Sul, 2016.

MPA. **Em nota movimento manifesta apoio à luta pela soberania hídrica em Correntina – Bahia**. 2017. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/criminosos-sao-os-ladros-de-agua-nao-os-camponeses-em-nota-movimento-manifesta-apoio-a-luta-pela-soberania-hidrica-em-correntina-ba/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

MPA. **Movimento dos Pequenos Agricultores**. Relatório (não publicado). Brasília, 1998.

MPA. **Programa Camponês: por alimentação saudável e preservação da natureza, promovendo e valorizando a Agricultura Camponesa**. Articulação Nacional de Agroecologia. Não publicado. [2---].

MPA. **Projeto Político Pedagógico**. Não publicado. Santa Cruz do Sul, 2015.

NACIONES UNIDAS. **Declaración universal sobre la erradicación del hambre y la malnutrición**. 1974. Disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/EradicationOfHungerAndMalnutrition.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2019.

NAPOLEONI. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

NATACHA. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

NETO, Moriti; PERES, João. Ela tinha uma falsa dívida com a fumageira Alliance One: Ainda assim, se matou. **The Intercept Brasil**. 26 jan. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/25/divida-fumo-alliance-one/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

ODUM, Howard T.; ODUM, Elisabete C. **O declínio próspero: princípios e políticas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMÉRCIO. **Acuerdos sobre la agricultura**. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/ursum_s.htm#aAgreement. Acesso em: 15 out. 2018.

ORTEGA, Henrique; OLIVEIRA, Regiane; ALBUQUERQUE, Teldes; ALMEIDA, Alice Wey de. **Conceitos básicos sobre sistemas agrossilvopastoris (SASP)**. Laboratório de engenharia ecológica da Unicamp. 2008. Disponível em: <https://www.unicamp.br/fea/ortega/extensao/modulo2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. Brasil: OXFAM BRASIL, 2017.

OXFAM BRASIL. **Coronavírus vai empurrar meio bilhão de pessoas para a pobreza**. 09 abr. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/coronavirus-vai-empurrar-meio-bilhao-de-pessoas-para-a-pobreza/>. Acesso em: 01 set. 2020.

PEDRAZA, Raúl O.; TEIXEIRA, Kátia R. S.; FERNÁNDEZ SCAVINO, Ana; GARCÍA DE SALAMONE, Inés; BACA, Beatriz E.; AZCÓN, Rosario; BALDANI, Vera L.D.; BONILLA, Ruth. **Microorganismos que mejoran el crecimiento de las plantas y la calidad de los suelos**. Revisión Corpoica. Ciencia y Tecnología Agropecuaria, v. 11, n. 2, julio-diciembre, 2010, p. 155-164, Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria Cundinamarca, Colombia.

PEDRO. **Dialogando com os sujeitos que produzem e disputam territórios**. Entrevistador: Gerson Antonio Barbosa Borges. Rio Grande do Sul, 2019.

PERES, João; MORITI, Neto. **Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva e matando**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PETERSEN, Paulo; ARBENZ, Markus. **Aumento de escala da agroecologia: uma questão política**. 2019.

PINHEIRO, Sebastião. Eucaliptos: a pandemia latente. *In*: FILHO, Althen Teixeira. **Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso**. 2010. Disponível em: <https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2010/01/11/lavouras-de-destruicao-a-imposicao-do-consenso-2/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia I**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013a.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia II**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013b.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Sete teses sobre a Agricultura Camponesa**. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/sete-teses-sobre-agricultura-camponesa>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PNUD. **Matopiba**. 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/projects/Matopiba.html>. Acesso em: 27 jul. 2019.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Rui Santos e Edições 70, LTDA, 2016.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. (Org.) LEVITT, Kari Polanyi. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 2004.

PROMPT, Cecília. **Curso de Bionconstrução**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MMA, 2008.

PROUST, Marcel. **Em Busca do Tempo Perdido**. No caminho de swann. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RBA. **Políticas neoliberais impedem crescimento econômico, diz Bresser-Pereira**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/04/politicas-neoliberais-impedem-crescimento-do-pais-diz-bresser-pereira/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

RESTREPO RIVERA, J. **Abonos orgánicos fermentados: experiencias de agricultores en Centroamérica y Brasil**. Corporación Educativa para el Desarrollo Costarricense (CEDECO) – Proyecto de la Seguridad y la Salud del Trabajo en la Agricultura en América Central y Panamá (PSST-ACyP) de la Organización Internacional del Trabajo (OIT): San José, Costa Rica, 1996.

RESTREPO RIVERA, Jairo; PINHEIRO, Sebastião. **Cromatografia**. Cali: Impressora Feriva, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Ester Sanches. **Desordem e retrocesso: os discursos científicos e cientificistas acerca da Guerra de Canudos na imprensa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western origins to Global Faith**. London & New York: 3rd. ed. Zed Books, 2008.

ROCHA, Bruno Lima. **Em defesa da soberania energética do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/analise/em-defesa-da-soberania-energetica-do-brasil/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

RS. **Governo instala conselho que terá como desafio propor plano de desenvolvimento para o RS**. Governo do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-instala-conselho-que-tera-como-desafio-propor-plano-de-desenvolvimento-para-o-rs>. Acesso em: 04 jan. 2020.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. México: Editora Plaza y Valdés, S.A. de C.V, 2001.

SAGAN, Karl. **Cosmos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTANA, Maria Carlos de. **Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito**. 2010. Disponível em:

<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/dimensoes/article/download/2553/2049>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SETE grandes estatais brasileiras que já foram privatizadas. **Época Negócios**. 29 abr. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/04/7-grandes-estatais-brasileiras-que-ja-foram-privatizadas.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. 1993. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1991/anuario91_giraldaseyferth.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão de bibliografia**. 1988. Disponível em: <https://imigracaohistoricablog.files.wordpress.com/2017/07/seyferth-giralda-imigrac3a7c3a3o-e-colonizac3a7c3a3o-alemc3a3-no-brasil-uma-revisc3a3o-da-bibliografia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Presidente Prudente: Revista NERA, 2005.

SHANIN, Teodor. **La Clase Incómoda**. Madri: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. São Paulo: Zahar editores, 1981.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Políticas de terras e fronteira**. Disponível em: <http://governancadeterreas.com.br/2017/wp-content/uploads/2017/10/Pol%C3%ADticas-de-Terras-e-Fronteira.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SILVA, Marcelo Leal Teles. **Projeto Alimergia**. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2016.

SILVA, Marcelo Leal Teles. Uma síntese do Plano Camponês. In: GÖRGEN, Sérgio Antônio Frei. **Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto do poder do agronegócio**. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

SILVA, Marcelo Leal Teles *et al.* **Plano Camponês: por soberania alimentar e poder popular.** São Paulo: Outras Expressões, 2019.

SILVA, Marcelo Leal Teles. **Trabalhos da juventude: formas e desafios políticos organizativos.** 2019.

SILVA, Marco Antônio Both. **Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro no planalto rio-grandense – 1850 – 1900.** Dissertação de mestrado. 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6862>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SIMÃO, Edna; PUPO, Fábio. Programas sociais têm corte de até 96% em 4 anos. **Valor Econômico.** 09 out. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5149370/programas-sociais-tem-corte-de-ate-96-em-quatro-anos>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas I.** São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas II.** São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SOBREIRO FILHO, José; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Relatório DATALUTA Brasil.** n. 20. Presidente Prudente: NERA, 2019.

TATSCH, Ana Lúcia. **O arranjo de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul: infra-estrutura produtiva, educacional e institucional.** Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2154>. Acesso em: 27 jul. 2019.

TCHÉKHOV, Anton. **Cartas a Suvórin (1886-1891).** São Paulo: Edusp, 2002.

TORRES, Luiz Henrique. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63).** 2004. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/421>. Acesso em: 26 jul. 2019.

VERNADSKY, Vladimir Ivanovich. **La Biosfera y la Noosfera.** Caracas: Instituto de Venezolano de Investigaciones Científicas, 2007.

VÍA CAMPESINA. **Declaração de Nyélény:** Foro Mundial Pela Soberania Alimentar. 28 fev. 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 02 maio 2019.

VIA CAMPESINA RS. **A experiência do Programa Camponês no RS.** Não publicado. 2015.

VOGT, Olgario Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849 – 1993).** 256 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Setor de Ciências

Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1994. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27825/D%20-%20VOGT%2c%20OLGARIO%20PAULO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VOGT, Olgario Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. *In*: VOGT, Olgario Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VON MISES, Ludwig. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

WALLACE, Rob. **Big farms make big flu**: Dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of science. New York: Monthly Review Press, 2016.

WOLF, Eric Robert. **Guerras Camponesas no Século XX**. São Paulo: Global Editora, 1984.

WWF. **Maior aumento de desmatamento da Amazônia em 10 anos**. 2018. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?68662/maior-aumento-desmatamento-amazonia-dez-anos>. Acesso em: 21 jul. 2019.

WWF. **Por dentro da Floresta Amazônica**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/. Acesso em: 20 jul. 2019.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850 - 1920**. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Tecnologia e agricultura**: das “práticas rotineiras” aos exemplos dos “povos cultos”. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s7a5.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: Geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.